



CONTABILIDADE APLICADA A COOPERATIVAS



ADRIANA CASAVECHIA FRAGALLI
JULIANA MORAES DA SILVA



ACESSE AQUI ESTE
MATERIAL DIGITAL!

EXPEDIENTE

Coordenador(a) de Conteúdo

Leonardo Furtado da Silva

Projeto Gráfico e Capa

Arthur Cantareli Silva

Revisão Textual

Elias José Lascoski

Fotos

Shutterstock e Envato

FICHA CATALOGRÁFICA

C397 Centro Universitário Leonardo da Vinci.

Núcleo de Educação a Distância. **FRAGALLI**, Adriana Casavechia.
SILVA, Juliana Moraes.

Contabilidade Aplicada a Cooperativa / Adriana Casavechia Fragalli.
Juliana Moraes da Silva. - Florianópolis, SC: Arquê, 2023.

252 p.

ISBN papel 978-65-6083-354-8

ISBN digital 978-65-6083-355-5

1. Contabilidade 2. Aplicada a Cooperativa 3. EaD. I. Título.

CDD - 657

Bibliotecária: Leila Regina do Nascimento - CRB- 9/1722.

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Impresso por:

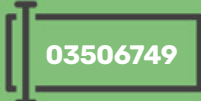
AVALIE ESTE LIVRO!



CRIAR MOMENTOS DE APRENDIZAGENS INESQUECÍVEIS É O NOSSO OBJETIVO E POR ISSO, **GOSTARÍAMOS DE SABER COMO FOI SUA EXPERIÊNCIA.**

Conta para nós! leva menos de 2 minutos Vamos lá?!

DIGITE O CÓDIGO

 03506749

 Aa

RESPONDA A PESQUISA









RECURSOS DE IMERSÃO



PENSANDO JUNTOS

Este item corresponde a uma proposta de reflexão que pode ser apresentada por meio de uma frase, um trecho breve ou uma pergunta.



APROFUNDANDO

Utilizado para temas, assuntos ou conceitos avançados, levando ao aprofundamento do que está sendo trabalhado naquele momento do texto.

PRODUTOS AUDIOVISUAIS

Os elementos abaixo possuem recursos audiovisuais. Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.



PLAY NO CONHECIMENTO

Professores especialistas e convidados, ampliando as discussões sobre os temas por meio de fantásticos podcasts.



EU INDICO

Utilizado para agregar um conteúdo externo.



EM FOCO

Utilizado para aprofundar o conhecimento em conteúdos relevantes utilizando uma linguagem audiovisual.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Utilizado para desmistificar pontos que possam gerar confusão sobre o tema. Após o texto trazer a explicação, essa interlocução pode trazer pontos adicionais que contribuam para que o estudante não fique com dúvidas sobre o tema.



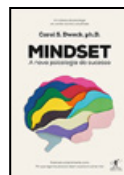
INDICAÇÃO DE FILME

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Aqui você terá indicações de filmes que se conectam com o tema do conteúdo.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Aqui você terá indicações de livros que agregarão muito na sua vida profissional.



SUMÁRIO

7

UNIDADE 1

ESTRUTURA BÁSICA DA CONTABILIDADE	8
CAMPOS DE ATUAÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL	30
SISTEMATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	50

69

UNIDADE 2

SISTEMATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	70
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.	88
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.	116

149

UNIDADE 3

CONTABILIDADE DE CUSTOS.	150
CONTABILIDADE DE CUSTOS.	172
CUSTOS PARA GESTÃO.	206

unidade





TEMA DE APRENDIZAGEM 1

ESTRUTURA BÁSICA DA CONTABILIDADE

MINHAS METAS

- Compreender a inserção da Ciência Contábil na Ciência Social.
- Reconhecer o objeto, objetivo e usuários internos e externos da Contabilidade.
- Identificar os campos de atuação da Contabilidade na atualidade.

INICIE SUA JORNADA

Olá, caro estudante, seja bem-vindo ao mundo da Contabilidade! Aqui, nem tudo são números e cálculos, mas tudo ocorre de maneira lógica. O conteúdo desta disciplina acumulado ao seu conhecimento acerca do mundo à sua volta, em especial, ao seu conhecimento em relação ao mundo dos negócios, lhe proporcionará condições de melhor gerenciar ou negociar.

A compreensão da Contabilidade amplia o conhecimento acerca dos fatos ocorridos na empresa e proporciona maior possibilidade de análise dos negócios. Você perceberá a importância de compreender o sentido das palavras de acordo com a terminologia contábil. Neste estudo, vários termos que são usuais no seu dia a dia serão trazidos para a compreensão da Ciência Contábil.

A Contabilidade, a exemplo das outras áreas da ciência, surgiu em razão da necessidade do homem. Sua história confunde-se com a própria história da civilização, totalmente interligada com atividades de interpretação das transações financeiras ocorridas e propostas pelo homem. Mesmo estando em uma sociedade em constante evolução, o objeto de estudo e o objetivo da Contabilidade permanecem, praticamente, inalterados desde a sua sistematização.

O campo de atuação da Contabilidade é amplo e diversificado, vai desde aplicações para fins fiscais e controle até a interferência no processo decisório, razões pelas quais as informações geradas pela Contabilidade devem ocorrer de forma fidedigna e em tempo real, refletindo a real situação econômica e financeira da empresa. Os principais usuários da informação financeira são credores e investidores em potencial, mas gestores, funcionários, governo, dentre outros, também utilizam os dados contábeis evidenciados nas demonstrações.

Por esse motivo, a informação gerada pela Contabilidade deve seguir as características qualitativas fundamentais e de melhoria, de forma a gerar uma informação útil aos usuários.

Ótimo estudo!

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

A Contabilidade, a exemplo das demais ciências, só existe em razão de suprir uma necessidade do homem. Caso não houvesse a necessidade, não existiria a ciência.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Mas o que é ciência? O que é Ciência Contábil?

De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009, p.496), ciência pode ser entendida como:



Conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, historicamente acumulados, dotados de universalidade e objetividade que permitem sua transmissão e, estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam compreender e, possivelmente, orientar a natureza e as atividades humanas.

A ciência só é possível com a utilização de métodos científicos. Sobre esse assunto, Lakatos e Marconi (2019, p. 79) afirmam que:



[...] as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, mas nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências. A utilização de métodos científicos não é, portanto, da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos.



APROFUNDANDO

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

A ciência tem várias divisões, entre as quais destacam-se:

CIÊNCIA EXATA

Qualquer campo da ciência capaz de expressar quantidades, predições precisas e métodos rigorosos de testar hipóteses, especialmente, os experimentos reprodutíveis, envolvendo predições e medições quantificáveis pela Matemática, Física, Engenharia, Química e Estatística.

CIÊNCIA SOCIAL

Ramo da ciência que estuda os aspectos sociais do ser humano. Propõe conhecer o ser humano enquanto elemento integrante de grupo organizado.

Para ser considerado como ciência, o ramo de conhecimento precisa apresentar uma série de características. De acordo com Padoveze (2011, p. 16), essas características precisam ser, no mínimo, as seguintes:

- a) o ramo de conhecimento ter objeto de estudo próprio, ou seja, um campo de atuação dos fenômenos em que ela se debruça;
- b) deve utilizar-se de métodos racionais ou científicos;
- c) deve ter um corpo de teoria, normas e princípios;
- d) apresentar o caráter de certeza de seus enunciados;
- e) estar em evolução e relacionar-se com os demais ramos de conhecimento científico;
- f) ter caráter de generalidade em seus estudos e aplicações;
- g) seus resultados serem comprovados etc.

O autor complementa afirmando que a Contabilidade é uma ciência porque:

- a) tem objeto de estudo próprio, que é o Patrimônio e os eventos econômicos que alteram esse Patrimônio;
- b) utiliza-se de método racional, que é o Método das Partidas Dobradas;
- c) estabelece relações entre os elementos patrimoniais, válidas em todos os espaços e tempos, ou seja, é um ramo de conhecimento universal e permanente;
- d) apresenta-se em constante evolução;
- e) o conhecimento contábil é regido por leis, normas e princípios, ou seja,

- tem um corpo de teorias e princípios contábeis;
- f) seus estudos têm o caráter de generalidade, ou seja, os mesmos eventos econômicos reproduzidos nas mesmas condições provocam os mesmos efeitos;
 - g) tem caráter preditivo, isto é, os modelos contábeis permitem a construção de modelos de decisão para eventos futuros;
 - h) tem o caráter de certeza na afirmação de seus enunciados, isto é, suas aplicações podem ser comprovadas por evidências posteriores;
 - i) está relacionada com os demais ramos do conhecimento científico, pois se utiliza de instrumentos das ciências da matemática, filosofia, economia, psicologia, administração, direito etc. (PADOVEZE, 2011, p. 16).

A Ciência Contábil ou Contabilidade é uma Ciência Social. Para Franco (1989), a Contabilidade é uma Ciência Social que estuda os fenômenos no patrimônio das entidades, mediante registro, classificação, demonstração, análise e interpretação dos fatos contábeis, objetivando oferecer informações e orientações para o auxílio na tomada de decisões.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Embora ela utilize métodos quantitativos, não se pode interpretar a sua aplicação como uma Ciência Exata. Os números utilizados pela Contabilidade servem para demonstrar a situação patrimonial da entidade contábil, e não para alcançar um resultado exato, até porque cada entidade é única e, conseqüentemente, apresenta valores diferentes.

Mas, afinal, o que é uma entidade contábil?

Antes de conhecermos o que é uma entidade contábil, vamos compreender a diferença entre pessoa física e jurídica.

PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA

Desde os tempos mais remotos, o homem procurou se agrupar, viu que, sozinho, sem ajuda mútua, não poderia sobreviver. Com o passar dos anos, passou a se

juntar, principalmente, para a realização de determinados objetivos comuns ou negócios, criando companhias ou empresas.



Pessoa Física



Pessoa Jurídica

Hoje, por força da lei, a pessoa natural recebe o nome de pessoa física, sendo identificada pelo RG (Registro Geral); já as pessoas físicas, unidas por um objetivo comum, podem constituir o que chamamos de pessoa jurídica, sendo identificadas pelo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

PESSOA NATURAL OU FÍSICA

O Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), em seu capítulo 1, trata da personalidade da pessoa natural, em que define que:

- a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (Art. 1º);
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro (Art. 2º);
- c) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. (Art. 6º);

Assim, quando nos deparmos com qualquer ser humano, estamos diante de uma pessoa natural ou física.

PESSOA JURÍDICA

O Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) classifica as pessoas jurídicas como sendo de direito público (interno ou externo) e de direito privado.

Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno (art. 41)

Segundo o art. 41 do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), as pessoas jurídicas de direito público interno são:

- | | |
|-----|--|
| I | - A União (exemplo: República Federativa do Brasil). |
| II | - Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios (exemplo: estado do Paraná). |
| III | - Os Municípios (exemplo: Município de Maringá). |
| IV | - As autarquias, inclusive as associações públicas. |
| V | - As demais entidades de caráter público criadas por lei. |

Essas entidades observam os interesses estatais e sociais.

PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO EXTERNO

Consideram-se pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público (art. 42) (exemplos: Estados Unidos da América, Portugal, ONU).

PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO PRIVADO

Correspondem às pessoas que não são públicas. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo (Contrato Social, Estatuto) no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição no registro próprio e na forma da lei dos seus atos constitutivos (arts. 45, 985 e 1150).

Termina a existência da pessoa jurídica com a inscrição do destrato social no respectivo órgão de registro.

São pessoas jurídicas de direito privado (art. 44):

- I. as associações.
- II. as sociedades.
- III. as fundações.
- IV. as organizações religiosas.
- V. os partidos políticos.
- VI. as empresas individuais de responsabilidade limitada (BRASIL, 2002).

As pessoas jurídicas de direito privado estão voltadas para relações e interesses particulares. Sendo assim, as cooperativas configuram-se nesta classificação, afinal são constituídas por um estatuto social e estão voltadas para os interesses de seus associados.

PESSOAS NO SENTIDO CONTÁBIL

Para a Ciência Contábil, fora do contexto do Código Civil Brasileiro, o conceito e classificação das entidades contábeis são diferentes. A entidade contábil/azienda pode ser definida como um patrimônio sob a ação administrativa do homem, que age sobre ele praticando atos de natureza econômica.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Segundo o Novo Dicionário Aurélio (2009, p. 256), azienda é: complexo de obrigações, bens materiais e direitos que constituem um patrimônio, representados em valores ou que podem ser objeto de apreciação econômica, considerado juntamente com a pessoa natural ou jurídica que tem sobre ele poderes de administração e disponibilidade.

Sendo assim, a entidade contábil pode ser tanto o patrimônio de uma **pessoa física** quanto o de uma **pessoa jurídica**.

As entidades contábeis/aziendas, quanto aos fins, classificam-se em:

SOCIAIS

São as entidades que não visam o lucro. Sua finalidade está voltada para questões sociais, como associações beneficentes, esportivas, culturais, recreativas, entre outras.

ECONÔMICO-SOCIAIS

As entidades econômico-sociais também se preocupam com questões sociais, no entanto, possuem finalidade lucrativa, mas no sentido de beneficiar as pessoas que contribuíram para sua formação. São exemplos de entidades econômico-sociais: os institutos de pensão, aposentadorias, pecúlio e previdência.

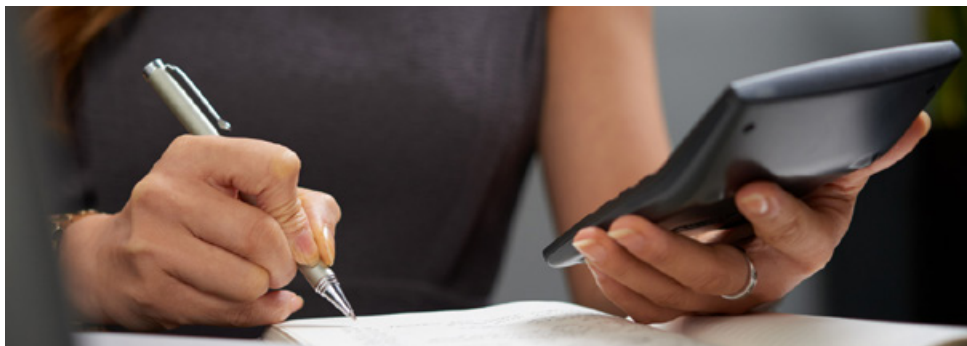
ECONÔMICAS

As empresas econômicas têm como principal finalidade o lucro. Neste tipo de entidade, classificam-se as empresas comerciais, industriais, prestadoras de serviços, entre outras que tenham o lucro como sua principal finalidade.

As entidades contábeis/aziendas, quanto aos seus proprietários, classificam-se em:

- a) **Públicas:** as entidades públicas podem estar sob a administração do poder público ou privado, contudo elas prestam serviços à sociedade, sendo assim, elas pertencem à comunidade. São exemplos de entidades públicas: as fundações, os sindicatos e os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- b) **Particulares:** as entidades particulares pertencem a uma ou mais pessoas que visam atender objetivos próprios. São exemplos de entidades particulares: as sociedades civis ou comerciais.

A classificação das entidades impacta nas normas contábeis, fiscais e tributárias que elas deverão seguir.



Objeto, objetivo e usuários da contabilidade

O estudo de uma nova disciplina é de importância ímpar para a composição do conhecimento. O perfeito entendimento dos conceitos básicos envolvidos em cada desafio requer a compreensão de termos e expressões adotadas nas áreas exploradas. Isso porque cada área pode dar seu próprio significado aos termos e expressões utilizados.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Mas, afinal, o que é Contabilidade?

A Contabilidade, assim como qualquer área de conhecimento, desenvolveu-se para atender aos anseios da sociedade (FAVERO *et al.*, 2011). Nesse caso, o anseio pela informação sobre o patrimônio administrado.



A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica.

De certa forma, o "homem contador" põe ordem, classifica, agrega e inventaria o que o "homem produtor", em seu anseio de produzir, vai, às vezes, desordenadamente, amalhando, dando condições a este último para aprimorar cada vez mais a quantidade e a qualidade dos bens produzidos, por meio da obtenção de maiores informações sobre o que conseguiu até o momento (IUDÍCIBUS, 2010, p. 16).

O que o autor nos descreve é que a Contabilidade põe ordem nos negócios, ou seja, produzir e vender sem informações, controle ou avaliação do que está sendo feito é, de certo modo, um caos. Por outro lado, uma gestão baseada em informações contábeis aprimora de forma quantitativa e qualitativa os negócios realizados.

Sendo assim, a Contabilidade é uma ciência, mais especificamente uma Ciência Social, que estuda o patrimônio à disposição das entidades/aziendas em seus aspectos estático e dinâmico. Dessa forma, a Contabilidade evidencia o desempenho alcançado pela administração da empresa.

OBJETO DE ESTUDO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade registra, controla, analisa e relata os fatos que afetam o patrimônio econômico. Dessa forma, pode-se dizer que o objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio das entidades contábeis e suas variações.

OBJETIVO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é classificada como uma ciência social que estuda o patrimônio com a finalidade de fornecer aos seus usuários informações econômicas, financeiras e patrimoniais, sendo esse o objetivo e o fim que justificam a existência da Contabilidade. Segundo Favero *et al.* (2011, p. 1), a Contabilidade tem como objetivo "gerar informações para o controle e tomada de decisões".

Para Szuster *et al.* (2013), a Contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de na-

tureza econômica, financeira, física e de produtividade no que tange a entidade objeto da contabilização.

Na figura a seguir, observa-se o sistema para processamento de dados.



Figura 1 - Processamento de dados / Fonte: adaptada de Szuster *et al.* (2013).

Descrição da Imagem: Esquema de processamento de dados, azul com branco, primeira seta Eventos Econômico-financeiros - Input - Contabilidade (processamento) - Output Demonstrações Contábeis.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, dentre as atividades desenvolvidas por um contador, estão:

1. Registrar a abertura da empresa de acordo com sua estrutura societária e, conforme houver alteração, atualizar os registros.
2. Registrar e controlar os elementos que compõem o patrimônio das entidades.
3. Analisar as alterações ocorridas nos elementos patrimoniais ao longo do tempo.
4. Elaborar relatórios que auxiliem os gestores no processo de tomada de decisão.
5. Atender às necessidades de informação dos usuários externos, gerando os relatórios contábeis que forem solicitados.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Isso demonstra que, ao contrário do que muitos pensam, a Contabilidade não serve apenas para atender às determinações legais. É muito comum associar a Contabilidade a recolhimento de impostos. Na verdade, a parte tributária é apenas mais uma das atividades desempenhadas pela Contabilidade.

Silva (2002, on-line)¹ afirma que a Contabilidade pode ser estudada, de modo geral, para todas as empresas ou, em particular, aplicada a certo ramo de atividade ou setor da economia. Assim, no estudo da Contabilidade, pode-se enfocar, dentre outros, os seguintes ramos:

- Contabilidade Comercial e de Serviços.
- Contabilidade Industrial.
- Contabilidade Bancária.
- Contabilidade Hospitalar.
- Contabilidade Pública.
- Contabilidade Agropecuária.
- Contabilidade Securitária.
- Contabilidade de Transporte (rodoviário, marítimo, aéreo).
- Contabilidade das Pessoas Físicas e Atividade Rural.
- Contabilidade de Autônomos (SILVA, 2002, on-line)¹.

Além destes citados por Silva, a Contabilidade aplicada às cooperativas, também, é um dos ramos da Contabilidade.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Independentemente do ramo da Contabilidade, seu objeto e objetivo permanecem os mesmos. O que muda são as características e necessidades informacionais de cada empresa, às quais a Contabilidade procura se adequar.

USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

Consideram-se usuários todas as pessoas que se utilizam da Contabilidade.

Os usuários da informação contábil podem ser internos ou externos e correspondem a todas as entidades contábeis (pessoas físicas e jurídicas) que, direta ou indiretamente, tenham interesses na avaliação e na situação da entidade contábil.

A depender do tamanho da empresa e da tecnologia utilizada, a diversidade de informação gerada é extensa, possibilitando atender uma gama de usuários. Os usuários internos são aqueles que trabalham na empresa e ocupam cargos que requerem a tomada de decisões, e, por isso, necessitam de informações direcionadas. Já os usuários externos não possuem relação de trabalho com a empresa, mas, também, necessitam de informações para a tomada de decisões. Para estes usuários, as informações são, normalmente, padronizadas (FAVERO *et al.*, 2011).


APROFUNDANDO

O Governo e os órgãos reguladores são alguns dos usuários da Contabilidade, mas é importante lembrar que não são os únicos. A informação gerada pela Contabilidade vai muito além do cumprimento das exigências legais, elas são fundamentais para o processo de gestão.

Usuários internos, como os administradores, valem-se de informações financeiras e operacionais, por exemplo, ciclo financeiro, ciclo operacional, fluxo de caixa, tempo de estocagem entre outras. Já os empregados têm interesse em informações quanto à capacidade de pagamento da empresa.

Os usuários externos, como os fornecedores e instituições financeiras, buscam informações sobre a situação financeira da empresa, visando analisar sua capacidade de pagamento. Já o Governo procura saber sobre o faturamento da empresa, a fim de identificar se o regime tributário e os respectivos recolhimentos estão de acordo. Favero *et al.* (2011, p. 3) apresentam os tipos de usuários e as principais informações requeridas por cada um:

INTERNOS	INFORMAÇÕES REQUERIDAS
Empregados	Fluxo de caixa capaz de assegurar condições de boa remuneração.
Diretores	Desempenho e rentabilidade.
Encarregados de produção	Produtividade e análise das variações de desempenho.
Encarregados de vendas	Desempenho por região, linhas de produtos, vendedores etc.
EXTERNOS	INFORMAÇÕES REQUERIDAS
Instituições financeiras	Capacidade de pagamento da empresa. Ao emprestar o dinheiro, sua preocupação é que a empresa tenha uma geração de caixa futura suficiente para pagar, com segurança, o capital emprestado atualizado mais os juros.

Entidades governamentais	Lucro tributável, produtividade e valor adicionado.
Acionistas ou quotistas minoritários (não participantes da administração das entidades)	Retorno sobre o capital investido. Normalmente, esperam que a empresa tenha condições de manter um fluxo regular de distribuição de lucros.
Sindicatos	Fluxo de caixa futuro e rentabilidade.

Quadro 1 - Tipos de Usuários / Fonte: Favero *et al.* (2011, p. 3).

A complexidade do processo de geração de informação é decorrente dos tipos de usuários da informação contábil e suas necessidades específicas (FAVERO *et al.*, 2011). Para melhor atender a todos os usuários, a Contabilidade busca gerar informações direcionadas para os usuários internos e informações padronizadas para os usuários externos.



APROFUNDANDO

As informações direcionadas são aquelas elaboradas de acordo com a solicitação do usuário, como relatórios de movimentação do estoque, relação de contas a receber ou a pagar, histórico de pedidos de compra, entre outras. As informações direcionadas, também, são elaboradas conforme a necessidade, podendo ser diária, semanal, mensal etc. O atendimento dos usuários internos com informações direcionadas é decorrente do impacto que essas informações provocam na gestão da empresa. De nada adianta apresentar a relação de contas a pagar para o setor financeiro depois que as contas já venceram.

Por outro lado, os usuários externos, normalmente, são atendidos com informação padronizada, ou seja, por meio dos relatórios contábeis elaborados conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade. Dentre eles, estão o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outros.

Esses relatórios são, comumente, elaborados ao final de cada ano. Contudo, nada impede que a Contabilidade elabore relatórios específicos para atender às exigências dos usuários externos. No caso das cooperativas, é im-

portante lembrar que os cooperados, também, são usuários das informações contábeis. Afinal, eles têm o direito de saber sobre o desempenho da empresa da qual participam. Quanto à classificação, os cooperados podem ser usuários internos ou externos, dependendo da sua relação com a empresa.

Por exemplo, nas cooperativas de produção, em que os cooperados trabalham dentro da cooperativa, tendo acesso às informações de forma facilitada, eles são classificados como usuários internos. Já no caso dos cooperados de uma cooperativa de crédito, que simplesmente possuem uma conta bancária, tendo acesso apenas às informações publicadas no site da cooperativa ou apresentadas em reuniões de cooperados, eles são classificados como usuários externos.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade: teoria e prática.

Sinopse: Os autores buscam um equilíbrio entre a teoria e a prática contábil, evidenciando a ligação entre o que fazer, por que fazer e como fazer a Contabilidade, de modo a gerar informações com a qualidade necessária aos diversos usuários. Trata-se, portanto, de um material que apresenta inovações no conteúdo da Contabilidade e nos aspectos metodológicos do ensino. Prioriza o raciocínio lógico em face do pragmatismo, ou seja, trabalha o ensino da Contabilidade numa abordagem descritiva (porque e como fazer).



NOVOS DESAFIOS

Prezado estudante, com essa pequena viagem pela Contabilidade, foi possível compreender que o objeto de estudo dela é o patrimônio, seja esse da pessoa física ou jurídica. Quanto ao objetivo de estudo, ficou evidente que desde os primórdios, continua sendo o mesmo: fornecer informações contábeis úteis aos diversos usuários para fins de auxiliar no processo decisório.

Por esse motivo, a Contabilidade é classificada como Ciência Social. Afinal, para auxiliar os gestores em seu processo de decisão, a Contabilidade estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade no intuito de gerar informações sobre ela, o que não deixa de ser um estudo sobre os aspectos sociais de uma entidade.

AUTOATIVIDADE

1. Onofre possui uma grande rede de supermercado há mais de cinco anos. Muitos dados são enviados mensalmente ao contabilista para que a Contabilidade possa gerar diversos relatórios. Considerando a diversidade de usuários, discorra sobre quais seriam os prováveis usuários de informação contábil.

2. Quanto ao conceito, objetivo e objeto da Contabilidade, leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

I - O principal objetivo da Contabilidade é identificar os usuários da informação contábil.

II - O objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio apenas dos bens e direitos da entidade.

III - A Contabilidade se relaciona com várias ciências, como a econômica e a matemática.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
 - b) II.
 - c) III.
 - d) I e II.
 - e) I e III.
3. O campo de atuação da contabilidade é constituído pelas pessoas físicas e jurídicas. Analisando uma cooperativa de trabalho, pode-se dizer que a contabilidade tem atuação nesse tipo de entidade? Justifique.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406com-pilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/ins-trucoes/insto59.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codi-go=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/>

REFERÊNCIAS

docs/ RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarremCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo:

REFERÊNCIAS

Atlas, 2019.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.

2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.

3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-cssl-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. Administrador e/ou diretor; empregados; fornecedores; Governo.
2. C.
3. Sim. A Contabilidade se aplica nesta entidade, pois as cooperativas, de trabalho ou de qualquer outro ramo, são pessoas jurídicas obrigadas a seguir determinações contábeis, além de necessitarem de informações para gestão.



TEMA DE APRENDIZAGEM 2

CAMPOS DE ATUAÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL

MINHAS METAS

- Conhecer as especificações da Contabilidade para as cooperativas.
- Conhecer a segmentação da Contabilidade.
- Conhecer as características qualitativas da informação contábil-financeira útil.

INICIE SUA JORNADA

Olá, estudante. Você já viu que a Contabilidade se aplica aos diversos ramos de atividade empresarial, inclusive ao ramo do cooperativismo. Agora, você conhecerá as formas de atuação da Contabilidade, as quais podem ser utilizadas por qualquer tipo de empresa.

A Contabilidade é aplicada a qualquer tipo de pessoa, seja ela física ou jurídica, que exerça atividades para alcançar determinados fins, sejam eles lucrativos ou não. Ela está presente tanto nas entidades públicas quanto privadas para fornecer diversos tipos de informações.

Szuster *et al.* (2013) afirmam que a atuação da Contabilidade, segmentada em Contabilidade Gerencial, Contabilidade Financeira e Contabilidade Fiscal, fornece, no conjunto, as informações mais utilizadas no mundo dos negócios.

Ótimo estudo!

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Uma síntese das características dos campos de atuação da Contabilidade pode ser verificada no Quadro 1.

CARACTERÍSTICAS	CONTABILIDADE GERENCIAL	CONTABILIDADE FINANCEIRA	CONTABILIDADE FISCAL
Adoção e elaboração	Facultativa.	Obrigatória.	Obrigatória.
Utilizada para	Relações internas.	Relações externas.	Relações tributárias.
Vínculo à legislação	Não está condicionada às disposições legais.	Condicionada às disposições legais.	Condicionada às disposições legais e tributárias.

Vínculo aos princípios contábeis	Não precisa acompanhar.	Deve acompanhar todos os princípios de Contabilidade.	Normalmente, o fisco acompanha, mas tem poder de determinar tratamento diferente.
Produto principal	Relatórios para planejamento e controle.	Conjunto completo de demonstrações contábeis.	Relatórios específicos exigidos por lei.
Visão da empresa	Interesse nas partes.	Empresa como um todo.	Empresa como um todo.
A informação é	Rápida.	Relevante e confiável.	Precisa (objetiva).
A informação busca	Utilidade.	Essência econômica das transações.	Objetividade e legalidade.

Quadro 1 - Características dos segmentos da contabilidade / Fonte: adaptado de Szuster *et al.* (2013).

A rapidez de comunicação e informação entre pessoas e países trouxe consequências determinantes para a entidade contábil, tornando-a mais competitiva, global, instável e complexa. Em razão desses fatos, as entidades contábeis passaram a exigir uma Contabilidade em tempo real, não só das informações patrimoniais até então geradas, mas, também, de outras, de natureza financeira, econômica e social.

O usuário da Contabilidade não se contenta mais com informações fracionadas, quer uma visão contextualizada, integral de todo o sistema que envolve a **entidade contábil**.

A barreira que a Contabilidade tradicional tinha de transformar a enorme quantidade de dados em informações úteis para a entidade contábil está sendo vencida graças à informática. Atualmente, as informações estão sendo geradas de forma eficaz, gerando maior segurança no controle.

Vale ressaltar, estudante, que, dentre as principais invenções da humanidade, encontra-se a Contabilidade. Ela nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela. Sem a Contabilidade, os negócios não teriam avançado, e a humanidade não teria o grau de progresso, hoje alcançado. Enfim, uma vez mais, cabe à Contabilidade revolucionar sua estrutura, para se adaptar ao meio cultural vigente, com geração de informações de forma rápida e transparente.



APROFUNDANDO

A Contabilidade é a principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos na busca de oportunidades de investimentos e na avaliação do risco de suas transações. A existência de práticas contábeis distintas tem sido um problema para a melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. Por essa razão, procura-se com a convergência das normas contábeis no mundo, facilitar o processo de comunicação.

Fonte: Niyama e Silva (2011, p. 32).

É importante destacar que as práticas contábeis mundiais tendem a se unificarem, a falarem uma só linguagem contábil, de forma que o interessado possa entender e comparar os resultados das informações contábeis em qualquer parte do mundo. É esta a proposta das Normas Internacionais de Contabilidade. Segundo Niyama e Silva (2011), as **Normas Internacionais de Contabilidade** são editadas desde 1975 e têm como principal finalidade reduzir as diferenças entre os procedimentos e as normas contábeis adotadas nos diferentes países.

O Brasil aderiu às Normas Internacionais em 2007 e vêm, desde então, emitindo normas, pareceres e interpretações técnicas para a correta atuação da Contabilidade.

Contabilidade nas cooperativas

As Sociedades Cooperativas são reguladas pela Lei n.º 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Sociedades Cooperativas (BRASIL, 1971). Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns que presta serviços sem fins lucrativos, formada pela participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados.

Com relação ao aspecto contábil, as cooperativas devem observar a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidades Cooperativas. A ITG 2004 (SESCOOP, 2017) visa estabelecer critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa.

Entidade cooperativa é aquela que exerce as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto e pela natureza das atividades desenvolvidas por seus associados (SESCOOP, 2017, p. 6).



Na sua série Cooperativa Legal (SESCOOP, 2017, p. 5), a OCB observa que a ITG 2004 “guarda consonância com os princípios e valores do cooperativismo, com as interpretações e orientações gerais de contabilidade, bem como a legislação vigente e com os preceitos constitucionais do cooperativismo”. Significa que, ao seguir as especificações da ITG 2004, a cooperativa atende às normas contábeis, assim como às normas da sociedade cooperativa, sem deixar de atender aos princípios e valores do cooperativismo.

Contudo, a norma estabelece critérios que são gerais para todos os ramos do cooperativismo, o que não elimina a obrigatoriedade das cooperativas em observar as normas específicas referentes à sua atividade ou ao seu port. Conforme descrito na ITG 2004 (SESCOOP, 2017, p. 6), aplica-se, também, às entidades cooperativas a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (NBCs TG) naqueles aspectos não abordados pela ITG 2004.

A norma, ainda, esclarece que as determinações contidas na ITG 2004 se aplicam a todo tipo de cooperativa, no que não for conflitante com as determinações de órgãos reguladores, exemplos: Banco Central do Brasil (BCB), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Isso significa que uma cooperativa de crédito, por exemplo, deve seguir a ITG 2004, desde que isso não comprometa o atendimento das normas do Banco Central do Brasil.

Para a correta compreensão das determinações apresentadas pela ITG 2004, é importante compreender os conceitos nela utilizados. As seguintes expressões usadas na ITG 2004 (SESCOOP, 2017, p. 7) têm os seguintes significados:



ZOOM NO CONHECIMENTO

- Movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos (receitas por conta de cooperados) e dispêndios (custos e despesas por conta de cooperados) e aquela originada de ato não cooperativo corresponde a receitas, custos e despesas.
- Ato cooperativo é aquele de interesse econômico do cooperado conforme definido em legislação própria.
- Fundos constituídos de sobras líquidas, previstos na legislação ou no estatuto social, nesta interpretação, são denominados Reservas.
- Demonstração do Resultado é denominada de Demonstração de Sobras ou Perdas.

Vamos analisar, rapidamente, essas expressões. Primeiramente, é importante separar as movimentações econômico-financeiras de atos cooperados, denominadas de ingressos e dispêndios, das movimentações de atos não cooperados, denominadas de receitas, custos e despesas. Essa separação permite identificar melhor como é gerado o resultado da cooperativa, além de servir para apuração de tributos a serem recolhidos.

Os atos cooperados, por sua vez, são originados de transações com os cooperados e atendendo ao objetivo da cooperativa. Os fundos, definidos como obrigatórios pela Lei 5.764/71 (BRASIL, 1971), na Contabilidade, recebem o nome de Reservas. E, por fim, a Demonstração do Resultado recebe o nome de Demonstração de Sobras ou Perdas, afinal as cooperativas não têm finalidade

lucrativa, então seus resultados não são lucros ou prejuízos, mas, sim, sobras ou perdas. Todas essas expressões serão exemplificadas nos próximos capítulos, quando trabalharemos as demonstrações contábeis.



APROFUNDANDO

Por fim, vale ressaltar que a escrituração contábil é obrigatória para entidades cooperativas e deve ser registrada de forma segregada em ato cooperativo e não cooperativo, por atividade, produto ou serviço (SESCOOP, 2017). Sendo assim, seja por meio de um departamento interno ou por contrato de serviços com escritório, as cooperativas são obrigadas a manterem os registros contábeis, sendo esses separados por ato cooperativo e não cooperativo e, ainda, especificando, a cada registro, a atividade, produto ou serviço a que se refere.

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO - CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL

De nada adianta a Contabilidade gerar informação se ela não for útil aos usuários. É justamente por isso que as características qualitativas fundamentais e as de melhorias fazem com que as demonstrações contábeis possam servir de base precisa para a tomada de decisão.

No entanto, antes de conhecer essas características, é necessário considerar um pressuposto fundamental: a essência sobre a forma. Empregar as características qualitativas é fundamental para tornar a informação útil, contudo todo o processo contábil, bem como a elaboração das demonstrações, deve considerar o que realmente ocorreu, e não, simplesmente, o que está escrito. Isso significa que, mais que seguir as orientações para elaboração das demonstrações contábeis, é necessário observar a realidade da empresa, buscando evidenciar fielmente o que aconteceu. De qualquer forma, as características qualitativas apresentadas pela NBC TG Estrutura Conceitual buscam orientar a elaboração das demonstrações contábeis de forma a atender as necessidades comuns da maioria dos usuários.

Neste sentido, a NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019) estabelece a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis visando os usuários em geral.

Nessa norma, estão descritas as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Basicamente, para ser útil, a informação precisa ser relevante e fidedigna. Essas características são melhoradas quando forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

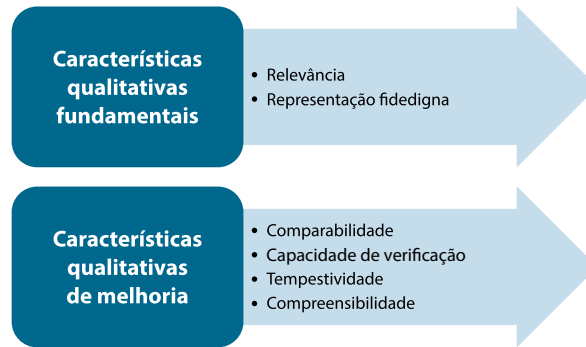


Figura 1 - Características qualitativas da informação contábil / Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: caixas com setas em tons de azul, Primeira caixa - Características qualitativas fundamentais - Relevância e Representação fidedigna, Segunda caixa - Características qualitativas de melhoria - Comparabilidade, Capacitação de verificação, tempestividade e compreensibilidade.

Uma questão importante a ser observada é o custo para a geração das informações segundo tais características. Isso porque elaborar e divulgar os relatórios contábil-financeiros, de acordo com as características qualitativas, acarreta custos com pessoal, sistemas informatizados etc., mas, mesmo assim, é importante levá-las em consideração.

O que deve ser observado, nesse processo, é o custo-benefício das informações. Por exemplo, uma grande indústria não deve perder tempo controlando itens de valor insignificante, como canetas, lápis, sulfite etc. Isso não significa que a empresa não vai contabilizar esses itens, contudo é muito mais importante controlar itens como matérias-primas e materiais de produção do que pequenos itens.

A Contabilidade, então, precisa gerar informações atendendo às características qualitativas, mas deve buscar um equilíbrio entre a necessidade informacional dos usuários e o custo para gerar tais informações.

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS

As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna e devem ser observadas em conjunto. “Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019, p. 11).

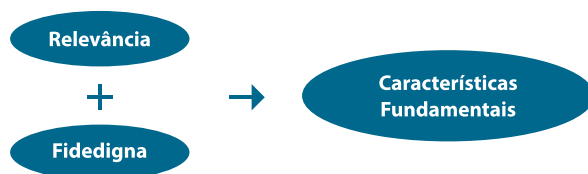


Figura 2 - Características fundamentais da informação contábil / Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: esquema de soma com balões azuis: Relevância + Fidedigna = características fundamentais.

Vamos, agora, conhecer cada uma das características qualitativas fundamentais e compreender como elas impactam na geração das informações contábeis.

RELEVÂNCIA

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019), as informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes. Pode-se dizer que a informação é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação terá valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada para prever futuros resultados. A informação tem valor confirmatório se retroalimentar, ou seja, serve de feedback para avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).

Por exemplo, a informação sobre valor de vendas de um período pode ser utilizada como base para prever vendas futuras, também, pode ser comparada com previsões de vendas passadas. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem ou a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais previsões.

a) Materialidade

A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam, tendo por base a informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta à informação.

Em outras palavras, a materialidade é um aspecto de relevância da entidade, baseado na natureza ou na magnitude. Segundo a NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019, p. 10),



consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que seria julgado material para uma situação específica. Por exemplo, os valores dos estoques existentes, separados por cada uma das classes, conforme a classificação apropriada ao negócio.

REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019), para ser útil, a informação não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem que representar, com fidedignidade, o fenômeno que se propõe a representar.

Para ser representação fidedigna, a realidade retratada precisa ser:

COMPLETA

O retrato da realidade econômica completa deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

NEUTRA

Um retrato neutro da realidade econômica é desprovido de viés na seleção ou na apresentação da informação contábil-financeira.

LIVRE DE ERROS

Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros.

Representação fidedigna, por si só, não garante a utilidade da informação. Por exemplo, uma empresa pode receber do Governo um terreno em doações para que possa construir sua unidade e gerar empregos, assim, se a empresa registrar o terreno na Contabilidade com valor zero, seria uma representação fidedigna, contudo não seria útil – tendo em vista que o terreno possui um valor econômico.

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA

Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).



COMPARABILIDADE

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019, p. 12):

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

As decisões de usuários podem implicar em escolhas de alternativas, como vender ou manter um investimento ou investir em uma entidade ou noutra. Assim, a informação acerca da entidade será mais útil, caso possa ser comparada com outras entidades, e com informação da mesma entidade em diferentes períodos.

CAPACIDADE DE VERIFICAÇÃO

Para a NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019), a capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que a informação representa, fidedignamente, o fenômeno econômico que se propõe a representar.

Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem-informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019, p. 13).

A capacidade de verificação permite que diferentes pessoas consigam averiguar se os procedimentos contábeis foram aplicados corretamente.

TEMPESTIVIDADE

Na NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019, p. 13), “tempestividade significa ter informação disponível para

tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões”, ou seja, de nada adianta gerar a informação depois que a decisão já tiver sido tomada.

COMPREENSIBILIDADE

Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível. Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos, mas a exclusão de tais informações pode tornar a informação mais facilmente compreendida, contudo os referidos relatórios seriam considerados incompletos e, talvez, distorcidos.

Relatórios contábil-financeiros são elaborados para os usuários considerando que eles possuem conhecimento razoável de atividades econômicas e, assim, consigam analisar as informações. Contudo, mesmo os usuários com conhecimento na área contábil podem sentir a necessidade de procurar ajuda para compreender informações de fatos mais complexos (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Uma vez compreendidos os termos e conceitos inerentes à Contabilidade, você estará preparado para dar início à compreensão da sistematização da Contabilidade.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade geral: introdução à Contabilidade Societária

Sinopse: Este livro contém os itens básicos que devem ser estudados para se adquirir uma base fundamentada da Contabilidade. Foi desenvolvido em linguagem de fácil compreensão com exemplos da vida prática, possibilitando, também, ao não contador uma mais fácil compreensão da matéria.



NOVOS DESAFIOS

Estudante, vale lembrar que o profissional contábil tem um amplo campo de atuação, podendo se relacionar com a Contabilidade Gerencial, Fiscal ou Financeira, cada qual com suas características de controle e aplicação.

Que diferenciam esses campos de atuação, deixando claro que a Contabilidade vai muito além de cumprir determinações legais como o cálculo e recolhimento de impostos. Contudo, com relação ao aspecto fiscal, conheçamos as normas específicas de Contabilidade para as cooperativas.

Independente da finalidade da informação gerada pela Contabilidade, ela deve ser útil aos usuários. Para tanto, segundo as características qualitativas fundamentais apresentadas pela NBC TG Estrutura Conceitual (2019), a informação precisa ter relevância e representação fidedigna.

Lembrando que essas características podem ser melhoradas se apresentarem comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade.

Agora que você já conheceu os principais termos relacionados à Contabilidade, podemos avançar nas informações econômicas registradas e demonstradas na Contabilidade, possibilitando que você, estudante, compreenda quais são as informações geradas.

AUTOATIVIDADE

1. Uma cooperativa agropecuária está passando por dificuldades econômicas. Para tentar melhorar o desempenho da empresa, foi contratado um novo contador, no intuito de gerar mais informações sobre o processo produtivo da empresa, para, então, encontrar onde estão as falhas. Dentre as atividades desse contador, estão: elaborar, semanalmente, relatórios sobre a captação de novos clientes; apresentar, diariamente, relatórios de contas a pagar e contas a receber; elaborar um relatório descrevendo cada etapa do processo, indicando custos, tempo gasto e pessoas envolvidas. De acordo com as atribuições do novo contador, é correto afirmar que ele atua na seguinte área de atuação da Contabilidade:
 - a) Contabilidade Fiscal.
 - b) Contabilidade Social.
 - c) Contabilidade Financeira.
 - d) Contabilidade Econômica.
 - e) Contabilidade Gerencial.

2. Sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, analise as afirmações a seguir.
 - I - Relevância e comparabilidade são características de melhoria.
 - II - Tempestividade e compreensibilidade são características fundamentais.
 - III - Relevância e representação fidedigna são características fundamentais.
 - IV - Capacidade de verificação e relevância são características de melhoria e fundamentais, respectivamente.Está correto o que se afirma em:
 - a) I e II, apenas.
 - b) II e III, apenas.
 - c) III e IV, apenas.
 - d) I, II e III, apenas.
 - e) I, II, III e IV.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406com-pilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/ins-trucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codi-go=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/>

REFERÊNCIAS

SRE/docs/ RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Altas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Altas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo:

REFERÊNCIAS

Atlas, 2019.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018. NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescoopr.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>.

Acesso em: 21 jul. 2020.

2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.

3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-csll-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. E.

2. C.



TEMA DE APRENDIZAGEM 3

SISTEMATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

MINHAS METAS

- Reconhecer os bens, direitos e obrigações como os elementos que compõem o patrimônio.
- Conhecer como os elementos patrimoniais são organizados.
- Reconhecer se a situação patrimonial é positiva ou negativa.

INICIE SUA JORNADA

Olá, estudante! Na natureza, tudo o que você tocar ou imaginar, com exceção do ser humano, são coisas. As coisas materiais, corpóreas e tangíveis são aquelas que conseguimos tocar, pegar. Por outro lado, as coisas imateriais, incorpóreas e intangíveis são aquelas que não conseguimos tocar e correspondem aos frutos da imaginação. Esta unidade de nosso livro traz a diferença entre as “coisas” e a sua relação com a Contabilidade.

Definições de conceitos básicos na Contabilidade, como bens, direitos e obrigações, são apresentadas para a sistematização do objeto de estudo da Contabilidade: o patrimônio.

Enquanto os bens e direitos correspondem às coisas úteis ao ser humano, as obrigações correspondem às dívidas presentes, exigíveis ou não. O conjunto desses bens e obrigações constitui o que chamamos de patrimônio. Frei Luca Pacioli marcou o início da fase moderna da Contabilidade, ele não apenas sistematizou o patrimônio, como, também, abriu precedentes para que novas obras pudessem ser escritas sobre o assunto.

Ao sistematizar os elementos patrimoniais, observamos um equilíbrio entre os bens e direitos e as obrigações. Isso porque as obrigações, exigíveis ou não, representam as fontes de recursos da entidade e que são aplicadas na forma de bens e direitos. Sendo assim, o equilíbrio existe, pois todos os recursos captados, também, são aplicados de alguma forma. Isso em qualquer entidade contábil, inclusive nas cooperativas.

Nosso propósito é proporcionar um aprendizado sobre a Contabilidade que ocorra de maneira fácil e tranquila, por isso, apresentamos conteúdos teóricos e exemplos práticos.

O estudo está apenas começando. Para que o seu aprendizado seja alcançado, será preciso muita leitura e perseverança.

Siga em frente e nunca pare de estudar!

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Contabilidade tem como objetivo gerar informação para o controle e tomada de decisão, tendo como objeto o patrimônio. Agora, vamos conhecer quais são os elementos que compõem esse patrimônio e como eles são organizados pela Contabilidade.



APROFUNDANDO

Quando observamos a palavra patrimônio, rapidamente, nos vem à cabeça “bens”, como uma casa ou um carro, por exemplo. Esse termo nos remete à ideia de posse, ou seja, os bens que possuímos. Essa interpretação está correta, mas não podemos limitar o patrimônio apenas a esse tipo de elemento. Também compõe o patrimônio de uma pessoa ou empresa aquilo que ela tem a receber, que, na Contabilidade, chamamos de direito. Assim, se uma empresa vende uma mercadoria a prazo, ela fica com valores a receber, e esses valores, também, representam um elemento patrimonial.

Além dos bens e direitos, as obrigações que a entidade possui, também, fazem parte do seu patrimônio. Se você disser que possui um imóvel, por exemplo, um apartamento, mas não informar sobre a dívida contraída com o banco para comprar esse imóvel, sua informação está incompleta.

Sendo assim, podemos afirmar que o patrimônio de uma entidade é composto por **bens, direitos e obrigações**.



O Patrimônio é formado por bens materiais e imateriais, com possibilidade de avaliação em dinheiro, vinculados à entidade pela aquisição ou por recebimento por doação ou outro título. É formado também pelo direito jurídico de receber dinheiro de terceiros e pela obrigação de liquidação das suas dívidas (COSTA; LIMA, 2017, p. 44).

Um aspecto importante sobre os elementos patrimoniais é que eles precisam ter um valor monetário, ou seja, precisam ser avaliados em dinheiro. Dessa forma, o patrimônio registrado pela Contabilidade possui dois aspectos: qualitativo e quantitativo.

O aspecto qualitativo do patrimônio é composto pela conta contábil que representa o elemento patrimonial. O nome da conta contábil tem ligação com o elemento que ela representa. Por exemplo, a conta “Caixa” se refere ao dinheiro do caixa da empresa, já a conta “Fornecedores” representa a dívida para com o fornecedor de mercadorias ou matéria-prima.

Esse aspecto qualitativo leva em consideração o nível de detalhamento necessário para correta compreensão sobre os elementos patrimoniais da entidade. Vamos observar o exemplo do estoque: na Contabilidade, esse grupo pode ser detalhado de forma a apresentar cada item particular do estoque, como:

- Mercadorias: itens adquiridos para revendas.
- Produto acabado: itens prontos para venda que foram fabricados pela própria empresa.
- Produto em elaboração: itens fabricados pela empresa ainda inacabados.
- Matéria-prima: item fundamental para a fabricação.
- Materiais secundários: itens utilizados no processo de fabricação.
- Materiais de consumo: itens que não compõem o processo produtivo, como material de limpeza ou material de escritório etc.

Essas diversas contas, por sua vez, podem ser mais especificadas. Por exemplo, a conta “Mercadorias” pode ser subdividida em “Calças” e “Camisas” para uma loja de roupas, ou, ainda, em “Soja”, “Milho” e “Trigo” em uma cerealista, e assim sucessivamente.

A Contabilidade não determina o nível de detalhamento das contas contábeis, mas orienta que deve ser o suficiente para a correta compreensão do elemento patrimonial a que se refere.

**APROFUNDANDO**

Para que haja uma correta avaliação da entidade, é necessário diferenciar o patrimônio da empresa do patrimônio particular de seu(s) proprietário(s). Caso não haja essa separação, as informações sobre o patrimônio ficarão distorcidas.

Por sua vez, o aspecto quantitativo diz respeito ao valor de cada elemento. Se temos o elemento “Caixa”, também, é necessário apresentar o valor constante nesse caixa, assim como, se temos mercadorias no estoque, temos que identificar o valor dessas mercadorias, e assim por diante.

Esses valores, então, representam o aspecto quantitativo dos elementos patrimoniais.

Podemos, enfim, concluir que o patrimônio corresponde ao complexo de bens, direitos e obrigações, passíveis de avaliação econômica, à disposição de uma pessoa e sujeito a uma administração. Portanto, compreende a soma dos bens, direitos e obrigações econômicas de uma pessoa (física ou jurídica).

Vamos agora analisar melhor cada um desses elementos.

BENS

Os bens representam tudo aquilo que é útil para satisfazer as necessidades das pessoas e, por isso, são suscetíveis de avaliação econômica (COSTA; LIMA, 2017). Para exemplificar, vamos imaginar uma fábrica de roupas: quando você entra, percebe que, naquele ambiente, existem, máquinas de costura, máquinas de corte, tecidos, equipamentos de tintura, mesas, cadeiras, ar-condicionados, prateleiras, telefones, computadores, calças e camisas já finalizadas, o prédio onde a fábrica está instalada, entre diversos outros itens. Todos esses elementos são bens, pois são úteis para a empresa.

Cada ciência tem sua classificação para bens. A Ciência Contábil classifica os bens em tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais).

a) **Bens tangíveis**

São aqueles que podem ser tocados, possuem corpo ou matéria. Só poderão ser destruídos por uma ação física e, se destruídos, obviamente, deixam de ser bens. Os bens tangíveis são subdivididos em móveis e imóveis.

Móveis: Art. 82 - “[...] os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou destinação econômico-social” (BRASIL, 2002). Exemplos: máquinas, veículos, mercadorias. Imóveis: Art. 79 - “[...] o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente” (BRASIL, 2002). Exemplos: terrenos, edificações.

b) **Bens intangíveis**

Os bens intangíveis não podem ser destruídos por uma ação física, são destruídos por difamação, má qualidade, preços incompatíveis, desrespeito com o consumidor. São aqueles que não podem ser tocados, não têm corpo ou matéria.

Esses bens, apesar de não constituídos de matéria, são suscetíveis de valor econômico, ou seja, são avaliados monetariamente.

Para Marion (2015), os bens intangíveis, incorpóreos ou invisíveis são os bens que não se pode tocar ou pegar. São aqueles que passaram a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos.



Eles podem ser objeto de cessão, ou seja, ação de ceder ou transferir a outrem a posse ou propriedade de alguma coisa. Os exemplos de bens intangíveis são fundo de comércio, software, marcas e patentes, direitos autorais e direitos de exploração. Apesar de esses dois últimos exemplos apresentarem o termo “direitos”, na Contabilidade, eles ficam registrados como intangíveis.

DIREITOS

Para a Contabilidade, os elementos classificados como direitos referem-se a valores a receber de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Segundo Costa e Lima (2017, p. 46), direito “é o poder jurídico que uma empresa tem de exigir valores de outra empresa, pessoas físicas ou órgãos públicos”.

Conforme sugerido por Costa e Lima (2017), os direitos são derivados de diversos fatos contábeis, dentre eles, podemos citar alguns exemplos:

VALORES A RECEBER DE CLIENTES

São decorrentes de vendas realizadas a prazo – como os clientes levaram os produtos ou mercadorias e não pagaram no ato da compra, a empresa fica com o direito de receber no prazo estabelecido.

VALORES A RECEBER DO PODER PÚBLICO

Dependendo do regime tributário adotado pela empresa, ela tem o direito a créditos por impostos não cumulativos, que, legalmente, serão utilizados para reduzir o valor dos impostos a pagar nos períodos seguintes.

VALORES A RECEBER DE FUNCIONÁRIOS OU SÓCIOS

São decorrentes de adiantamentos de salários ou empréstimos feitos a alguns funcionários ou aos sócios. Enquanto esses valores não forem descontados dos rendimentos, a empresa fica com o direito de recebê-los.

No caso das cooperativas, as vendas ou empréstimos aos cooperados também geram valores a receber, podendo ser registrados separadamente ou em conjunto com exemplos apresentados.

OBRIGAÇÃO

As obrigações são todos os compromissos, deveres ou ações passivas que envolvam valor econômico, ou seja, são avaliadas em dinheiro.

Ao contrário dos direitos, as obrigações são os valores que a empresa tem a pagar a terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Segundo Costa e Lima (2017, p. 46), “as obrigações são valores que a empresa tem a pagar para outras empresas, pessoas físicas, instituições financeiras, poder público, empregados etc.”

Nesse sentido, as dívidas que a cooperativa tiver com seus cooperados também representam obrigações.



As obrigações são geradas por diversos motivos, como compras a prazo, contratação de empréstimos ou financiamentos, determinação legal, contratação de funcionários, entre outros.



APROFUNDANDO

Cada ciência tem sua classificação própria para as obrigações. A Contabilidade classifica as obrigações da seguinte forma: obrigações a fornecedores, obrigações trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações financeiras etc.

A liquidação de uma obrigação contábil, geralmente, implica na utilização de elementos como os bens e os direitos. De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011, on-line), a liquidação de uma obrigação pode ocorrer por meio de:

- a. pagamento em caixa;
- b. transferência de outros ativos;
- c. prestação de serviços;
- d. substituição da obrigação por outra; ou
- e. conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

A Contabilidade, ainda, divide as obrigações em exigíveis e não exigíveis. As obrigações exigíveis são aquelas contraídas com terceiros, como os fornecedores, o governo e os funcionários. Essas obrigações têm um prazo determinado para pagamento.

As obrigações não exigíveis são aquelas contraídas com os sócios. Quando a empresa é constituída, os sócios investem um capital. Na Contabilidade esse investimento recebe o nome de **Capital Social** e gera uma obrigação para a empresa, contudo essa obrigação não tem um prazo determinado para pagamento, por isso, é considerada uma obrigação não exigível.

A classificação das obrigações com os cooperados, por sua vez, dependerá da origem da transação. Por exemplo, as cotas-partes adquiridas pelo cooperado representa uma obrigação não exigível, pois funciona como o capital de um sócio, por exemplo. Já as obrigações decorrentes de outras transações, como compra de mercadorias do cooperado, são classificadas como obrigações exigíveis, pois terão um prazo para pagamento.

Agora que você já conhece os elementos que compõem o patrimônio de uma entidade, vamos conhecer como estes elementos são sistematizados, ou seja, são organizados pela Contabilidade.

Patrimônio sistematizado

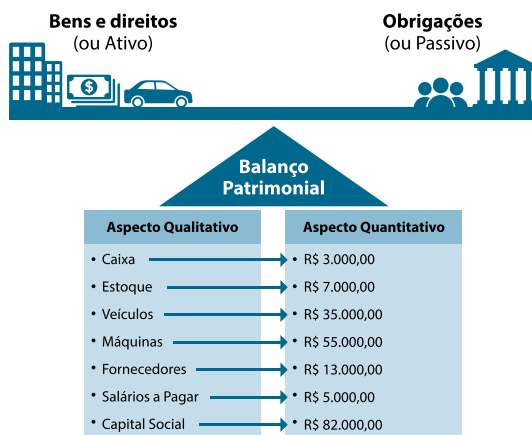


Figura 1 - Patrimônio não sistematizado / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: esquema com Bens e direitos (ou ativo) - balanço patrimonial - Obrigações (ou passivo) / Quadro azul com os Aspectos Qualitativo e Aspecto Quantitativo:
 Caixa - R\$3.000,00 - Estoque - R\$7.000,00, Veículos - R\$35.000,00, Máquinas - R\$55.000,00, Fornecedores - R\$13.000,00, Salários a pagar - R\$5.000,00 e Capital Social - R\$82.000,00.

Apenas o levantamento de todos os elementos patrimoniais em seus aspectos qualitativo e quantitativo representaria um simples inventário, ou seja, a apuração de todo o patrimônio pertencente a uma entidade. Neste caso, temos o que chamamos de patrimônio não sistematizado, conforme demonstrado na Figura 1.

Contudo, a sistematização do patrimônio consiste na organização desses elementos. Sendo assim, a Contabilidade separa os bens e os direitos das obrigações. O conjunto de bens e direitos é denominado Ativo. O conjunto de obrigações com terceiros e com os sócios é denominado Passivo.

Por meio do que é apresentado por Castro (2014), podemos visualizar o Patrimônio Economicamente Sistematizado da seguinte forma:

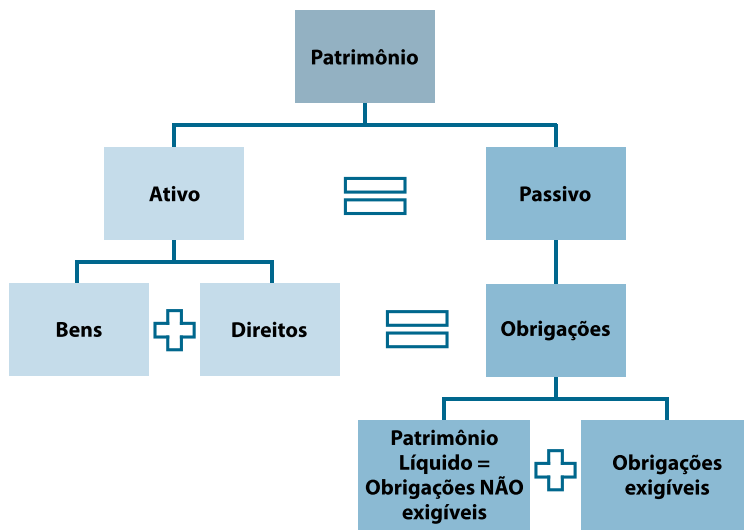


Figura 2 - Sistematização do patrimônio / Fonte: Castro (2014).

Descrição da Imagem: esquema em branco e azul sobre a sistematização do patrimônio Patrimonial: Ativo: Bens + Direitos = Obrigações = Patrimônio líquido = não exigíveis + Obrigações exigíveis. Passivo = Obrigações = Patrimônio líquido = não exigíveis + Obrigações exigíveis.

Como podemos observar na figura, a separação em Ativo (bens e direitos) e Passivo (obrigações com terceiros e os sócios) gera um equilíbrio no patrimônio. Assim, a sistematização do patrimônio sempre vai gerar o mesmo valor para o total do ativo e o total do passivo.

Dessa forma, podemos traduzir o patrimônio sistematizado nas seguintes equações:

- Bens e direitos = obrigações

Ou:

- Ativo = Passivo

De forma mais detalhada, temos:

- Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido

Ou, ainda:

- Patrimônio Líquido = Ativo - Passivo

Para ilustrar, vamos utilizar como exemplo os dados da Figura 1, apresentada anteriormente, demonstrando como ficam se os elementos patrimoniais forem organizados ou, em termos contábeis, se forem sistematizados.

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	3.000	Fornecedores	13.000
Estoque	7.000	Salários a Pagar	5.000
Veículo	35.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Máquinas	55.000	Capital Social	82.000
Total do Ativo	100.000	Total do Passivo + PL	100.000

Quadro 1 - Patrimônio sistematizado / Fonte: as autoras.

Como você pode perceber, ao colocar, de um lado, os bens e direitos (Ativo) e, do outro, as obrigações (Passivo + Patrimônio Líquido), chegamos a um equilíbrio, neste caso, de R\$ 100.000,00. E isto é uma constante, ou seja, o patrimônio sistematizado vai estar sempre em equilíbrio, não importa o valor, mas, sempre o total do Ativo será igual ao total do Passivo e Patrimônio Líquido.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade introdutória: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09

Sinopse: O livro inova o ensino da Contabilidade no Brasil. Permanentemente revisto e atualizado, tem em vista não só sua adaptação aos modernos padrões de ensino da Contabilidade, como, ainda, as frequentes modificações introduzidas na legislação fiscal e societária do País. Originou-se de cursos desenvolvidos no Departamento de Contabilidade da FEA/USP, sob a preocupação básica de clareza e de didática na exposição da matéria. Quanto ao conteúdo e ao enfoque operacional, a diretriz central tem sido a de apresentar a Contabilidade como um poderoso instrumento de Administração.



NOVOS DESAFIOS

Estudante, você conheceu os elementos patrimoniais: bens, direitos e obrigações. Os bens podem ser materiais (móveis ou imóveis) ou imateriais. Já as obrigações podem ser exigíveis (obrigações com terceiros) ou não exigíveis (obrigações com sócios/acionistas).

A sistematização do patrimônio permite observar um equilíbrio entre os bens e direitos, denominados “Ativo”, e as obrigações, denominadas “Passivo” ou “Patrimônio Líquido”. Apesar do valor total dos bens e direitos ser sempre igual ao valor total das obrigações, é possível identificar a situação patrimonial observando a situação líquida da empresa, a qual é representada pelo Patrimônio Líquido.

Se o valor do Ativo for maior que o valor do Passivo, a situação é positiva, já se o valor do Ativo for menor que o valor do Passivo, a situação é negativa.

AUTOATIVIDADE

1. O patrimônio das empresas é composto, basicamente, por bens, direitos e obrigações. Com relação aos bens, podemos afirmar que eles são úteis às empresas, caso contrário, não seriam classificados dessa forma. Para que um item seja registrado pela empresa como um bem, além de sua utilidade, é necessário efetuar uma avaliação econômica, ou seja, esse item precisa ser mensurável monetariamente. Contabilmente, esses bens são, comumente, classificados quanto à sua materialidade. Com relação à classificação, associe as colunas.

- | | |
|---------------|-----------------------|
| () Edifícios | (1) Materiais móveis |
| () Marca | (2) Materiais imóveis |
| () Veículos | (3) Imateriais |

A sequência correta é:

- a) 1, 2, 3.
b) 1, 3, 2.
c) 2, 1, 3.
d) 2, 3, 1.
e) 3, 2, 1.
2. Toda e qualquer empresa, independentemente de sua finalidade, seja com ou sem fins lucrativos, trabalha com a movimentação de recursos. Por este motivo, captar e aplicar os recursos são questões que devem ser muito bem administradas. O Balanço Patrimonial, dividido em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, também pode ser observado de outra forma: fonte e aplicação de recursos. Sobre as fontes de recursos, analise as afirmativas.

- I - Os recursos próprios geram obrigações financeiras com bancos ou instituições financeiras.
II - Os recursos de terceiros representam o Passivo Exigível, o qual possui prazo determinado para sua liquidação.
III - Os recursos de terceiros são provenientes de receitas, lucros e ganhos obtidos em transações com terceiros.
IV - O Capital Social é um exemplo de recurso próprio, enquanto o lucro é um exemplo de recurso de terceiros.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e III, apenas.
e) II e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406com-pilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/ins-trucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codi-go=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REFERÊNCIAS

- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescooprps.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- SZUSTER, N. et al. **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.
- VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

- 1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-csll-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. D.

2. B.



unidalle



TEMA DE APRENDIZAGEM 4

SISTEMATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

MINHAS METAS

- Identificar as origens e aplicações de recursos.
- Conhecer como os fatos contábeis provocam alterações na estrutura patrimonial.
- Diferenciar os patrimônios.

INICIE SUA JORNADA

Olá, estudante! O patrimônio sistematizado apresenta um equilíbrio entre os bens e direitos e as obrigações, ou seja, o **Ativo** e o **Passivo**. Se o total do Ativo é sempre igual ao total do Passivo, como saber se a situação da entidade é positiva ou negativa?

É isso que vamos conhecer agora.

Siga em frente e nunca pare de estudar!

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Essa análise é feita com base na situação líquida da empresa, que nada mais é do que o saldo do Patrimônio Líquido. Se, por um lado, o Patrimônio Líquido representa a obrigação da empresa com seus sócios, por outro lado, ele representa o que sobra para a empresa. Basta lembrarmos a equação:

$$\blacksquare \text{ Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

Podemos interpretar essa equação da seguinte forma: se utilizarmos todos os nossos bens e direitos (Ativo) para pagar todas as obrigações exigíveis (Passivo), o que sobra representa a situação líquida da empresa (Patrimônio Líquido). Dessa forma, podemos observar as seguintes situações patrimoniais.

SITUAÇÃO LÍQUIDA POSITIVA

Quando a soma dos bens e direitos são maiores que as obrigações para com terceiros, gera-se uma situação líquida positiva, pois os valores que compõem o Ativo permitem resolver as obrigações e, ainda, apresentam sobra.

Ativo: R\$ 100.000,00 .

Passivo Exigível: R\$ 70.000,00 .

Patrimônio Líquido: R\$ 100.000,00 - R\$ 70.000,00 = R\$ 30.000,00

ATIVO R\$ 100.000,00	PASSIVO R\$ 70.000,00
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ 30.000,00
Total: 100.000,00	Total: 100.000,00

Figura 1 - Situação líquida positiva / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: esquema em quadrados azuis - Quadrado 1: ativo R\$ 100.000,00 = Total: R\$ 100.000,00 / Quadrado 2: Passivo R\$ 70.000,00 = Patrimônio Líquido = R\$ 30.000,00 = Total R\$ 100.000,00

SITUAÇÃO LÍQUIDA NEGATIVA

Quando as obrigações com terceiros são maiores do que os bens e direitos, gera-se uma situação líquida negativa, pois os valores que compõem o Ativo não são suficientes para cobrir as obrigações.

Quando ocorre essa situação, contabilmente, dizemos que a empresa apresenta um **Passivo a Descoberto**.

Exemplo:

Ativo: R\$ 70.000,00 .

Passivo Exigível: R\$ 90.000,00 .

Patrimônio Líquido: R\$ 70.000,00 - R\$ 90.000,00 = R\$ (20.000,00).

ATIVO R\$ 70.000,00	PASSIVO R\$ 90.000,00
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ (20.000,00)
Total: 70.000,00	Total: 70.000,00

Figura 2 - Situação líquida negativa / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: esquema em quadrados azuis - Quadrado 1: ativo R\$ 70.000,00 = Total: R\$ 70.000,00 / Quadrado 2: Passivo R\$ 90.000,00 = Patrimônio Líquido = R\$ 20.000,00 = Total R\$ 70.000,00

Como você pode perceber, nas duas situações apresentadas, o patrimônio encontra-se em equilíbrio, primeiramente, em R\$ 100.000,00 e, em seguida, R\$ 70.000,00. Então, reforçando: não importa qual seja o valor, o patrimônio sistematizado sempre irá apresentar um equilíbrio entre o total do Ativo e o total do Passivo e Patrimônio Líquido.

**APROFUNDANDO**

Como ilustração, suponhamos uma balança de dois pratos: colocaremos no da esquerda o Ativo e no da direita o Passivo. Se ambos tiverem valores iguais, o equilíbrio estará conseguido. Como, normalmente, Ativo e Passivo apresentam valores diferentes, a balança penderá para um dos lados. O peso (valor) que colocaremos apenas para a obtenção do equilíbrio é o que chamamos de Patrimônio Líquido e, é lógico, está no lado de menor valor.

Fonte: *ludicibus et al.* (2010, p. 20).

O patrimônio sistematizado – composto pelos bens, direitos e obrigações de uma entidade – dá origem ao Balanço Patrimonial, relatório contábil que estudaremos mais adiante. Além da separação de bens e direitos das obrigações, o balanço pode ser observado de uma outra forma: de um lado, temos as fontes de recursos financeiros, de outro, temos a aplicação desses recursos.

Para realizar suas atividades, as empresas podem contar com recursos provenientes de duas origens ou fontes: recursos próprios ou recursos de terceiros.

**ZOOM NO CONHECIMENTO**

Os recursos próprios são classificados no Patrimônio Líquido, representando os investimentos dos sócios, ou, no caso das cooperativas, as cotas-partes dos associados, e os rendimentos gerados pela própria empresa (lucros/sobras). Já os recursos de terceiros são classificados no Passivo, representados pelas obrigações exigíveis. Por mais que os cooperados façam parte da empresa, as obrigações com eles que não forem decorrentes de cotas-partes, também, são classificadas como obrigações com terceiros, sendo registradas no Passivo.

De acordo com Iudícibus e Marion (2000, p. 35):



[...] o lado do Passivo, tanto Capital de Terceiros (Passivo Exigível) como Capital Próprio (Patrimônio Líquido), representa toda a fonte de recursos, toda a origem de capital. Nenhum recurso entra na empresa se não for via Passivo ou Patrimônio Líquido.

Os resultados positivos (lucro/sobra), apurados nas atividades empresariais, também, representam recursos próprios, uma vez que não correspondem às obrigações exigíveis. Portanto, são recursos próprios os decorrentes de ingressos, receitas, e ganhos obtidos pela sociedade, decorrentes de transações com terceiros, tais como os rendimentos auferidos com aplicações financeiras, aluguéis de imóveis próprios, lucros ou sobras na venda de mercadorias, produtos e serviços, entre outros.

Iudícibus e Marion (2000) relatam que o lado do Ativo é caracterizado pela aplicação dos recursos originados do Passivo e Patrimônio Líquido. Assim sendo, o lado do Ativo deve ser igual ao do Passivo ou as origens iguais às aplicações.

Segundo Castro (2014), o Ativo representa as aplicações ou usos dos recursos obtidos. A análise do Passivo Exigível e do Patrimônio Líquido possibilita a identificação das origens ou fontes. Dessa forma, a pessoa jurídica obtém capital próprio e capital de terceiros e os aplica nos bens e direitos que constituem o Ativo.



Essa forma de analisar o patrimônio diz muito sobre as políticas de gestão da empresa. A empresa pode ter uma gestão mais ousada e utilizar mais capital de terceiros do que próprio, o que não deixa de ser uma estratégia, muitas vezes,

voltada para o crescimento da empresa, contudo utilizar capital de terceiros também é um risco: caso a empresa não alcance o retorno esperado, terá problemas para pagar suas dívidas.

Por outro lado, há empresas que são mais comedidas, que buscam gerir seus negócios utilizando recursos próprios e evitam adquirir capital de terceiros. Essas empresas, provavelmente, correm menos riscos quanto ao pagamento de dívidas, contudo esta atitude pode limitar o desenvolvimento da empresa.

De acordo com Iudícibus e Marion (2000), um dos aspectos mais importantes do Passivo é avaliar a estrutura do capital (capital de terceiros e o capital próprio). Quanto maior for o capital de terceiros, mais a empresa estará endividada, e, ao analisar este item, pode-se avaliar e detectar para quem se deve e qual o prazo da dívida (curto ou longo prazo) e o seu valor.

Por sua vez, o lado do Ativo demonstra como os recursos captados, seja por fontes próprias ou de terceiros, estão sendo aplicados: se em caixa, estoques, investimentos, imóveis, equipamentos etc.

Normalmente, empresas comerciais investem mais em estoques, afinal a atividade operacional da empresa é adquirir mercadorias (estoque) e revendê-las. Por outro lado, empresas industriais costumam aplicar mais recursos em máquinas, equipamentos, estruturas (imobilizado), pois dependem destes fatores para

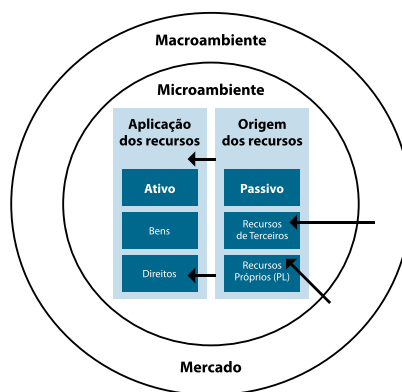


Figura 3 - Origens e aplicação de recursos / Fonte: adaptada de Castro (2014).

Descrição da Imagem: Macroambiente: Mercado, Microambiente: Aplicação de Recursos: Ativo = Bens e Direitos, Passivo: Recursos de Terceiros e Recursos Próprios (PL)

transformar matéria-prima em produto final.

A forma com que uma empresa capta recursos e aplica diz muito sobre suas políticas de gestão, possibilitando verificar se essas políticas estão de acordo com o ramo de atividade e porte da empresa.

O equilíbrio encontrado ao sistematizar o patrimônio, e a relação de origens e aplicações de recursos ficará mais claro ao conhecer o método dos balanços sucessivos, em que você verá como os elementos patrimoniais e, consequentemente, o Balanço Patrimonial são afetados conforme a empresa realiza suas transações.

Segundo Marion (2015, p. 140), “a contabilidade por balanços sucessivos é bastante simples: a cada operação realizada pela empresa faz-se a alteração em um novo balanço”.

O autor argumenta que a Contabilidade por balanços sucessivos, embora seja correta e facilite a visualização do processo contábil, apresenta uma inconveniência no seu aspecto prático: não é recomendável quando a empresa realiza muitas operações (que é o caso de quase todas as empresas). Imaginemos uma empresa com mil operações diárias: teríamos que fazer mil balanços sucessivos, o que seria impraticável.

Desse modo, sem perder de vista essa metodologia, utiliza-se outro processo mais rápido e prático: o controle individual por contas, registrando-se aumentos e diminuições em cada conta isoladamente. Ao final de um período determinado, relacionam-se todas as contas, de forma resumida e ordenada, e chega-se ao Balanço Patrimonial.

Segundo Favero *et al.* (2011, p. 78), “o Balanço Patrimonial reflete o saldo de todos os bens, direitos e obrigações da entidade em determinado momento”. Momento este que pode ser determinado pela empresa, mas, normalmente, refere-se a um ano. Contudo, por mais que a composição dos elementos patrimoniais sejam dados de extrema importância para a gestão do negócio, é impossível organizá-los de forma sistematizada a cada operação realizada pela empresa.

Para os autores, com a evolução do comércio e dos negócios, há a neces-

sidade permanente de se ter em mãos informações sobre a situação econômico-financeira da empresa. Por isso é que existem sistemas complexos para obtenção dessas informações, procurando registrar as variações ocorridas no patrimônio, visto que não seria viável, a cada mês, semana ou mesmo diariamente, efetuar um levantamento de todos os bens, direitos e obrigações da empresa.

Por mais que, na prática, o método dos Balanços Sucessivos não seja eficiente, trata-se de uma poderosa ferramenta de aprendizagem da Contabilidade, tendo em vista sua facilidade de visualização de como os elementos patrimoniais reagem a cada transação efetuada pela empresa.

APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Apresentaremos, agora, alguns exemplos de fatos contábeis de uma indústria têxtil e, por meio do método dos balanços sucessivos, demonstraremos como esses fatos provocam alterações nos elementos patrimoniais e, consequentemente, no Balanço Patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Banco c/ Movimento	60.000	Capital Social	60.000
Total do Ativo	60.000	Total do Passivo + PL	60.000

Quadro 1 - Balanço Patrimonial / Fonte: as autoras.

Fato 1: os sócios A e B integralizaram, em dinheiro, na sua empresa recém-aberta, o valor de R\$ 30.000,00 cada. O valor foi depositado diretamente na conta corrente bancária da empresa. Esse primeiro fato gera o seguinte Balanço Patrimonial:

Percebam que esse fato provocou o surgimento de um recurso decorrente de capital próprio, registrado na conta Capital Social, o que caracteriza uma obrigação, pois, ao receber o recurso dos sócios (pessoa física), a empresa (pessoa jurídica) fica com uma obrigação com eles. Esse recurso, por sua vez, foi aplicado na conta corrente bancária, sendo registrado na conta contábil Banco c/ Movimento.

Fato 2: compra a prazo de tecidos (matéria-prima) no valor de R\$ 10.000,00. O pagamento será efetuado em 30 dias. Ao registrar as movimentações no patrimônio, provocadas por este fato, temos um novo Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Banco c/ Movimento	60.000	Fornecedores	10.000
Estoque de Matéria-prima	10.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	60.000
Total do Ativo	70.000	Total do Passivo + PL	70.000

Quadro 2 - Balanço Patrimonial / Fonte: as autoras.

Agora, a empresa tem mais um recurso aplicado, um bem – chamado Estoque de Matéria-prima. Esse bem, por sua vez, provocou o surgimento de uma obrigação, mas, agora, com terceiros registrada na conta Fornecedores.

Fato 3: aquisição de máquinas de costura para uso na empresa pelo valor de R\$ 50.000,00. A compra foi por meio de um financiamento bancário, sendo que 30% vencerá a curto prazo, e o restante, a longo prazo. O Balanço Patrimonial, após a contabilização dessa operação, apresenta-se da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Banco c/ Movimento	60.000	Fornecedores	10.000
Estoque de Mat.-prima	10.000	Financiamentos	15.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Máquinas e Equipamentos	50.000	Financiamentos	35.000
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	60.000
Total do Ativo	120.000	Total do Passivo + PL	120.000

Quadro 3 - Balanço Patrimonial / Fonte: as autoras.



APROFUNDANDO

Temos, novamente, a aquisição de um bem, mas, agora, como as máquinas de costura têm uma vida útil longa, elas ficam registradas no Ativo Não Circulante. Essas máquinas, também, são decorrentes de recursos de terceiros, no caso, do banco. Contudo, a parte do financiamento que vence no curto prazo é registrada no Passivo Circulante, já a parte que vence no longo prazo é registrada no Passivo Não Circulante.

Fato 4: aquisição à vista de materiais diversos (linhas e botões) no valor de R\$ 2.000,00. Nosso balanço patrimonial, após essa operação, fica estruturado da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Banco c/ Movimento	58.000	Fornecedores	10.000
Estoque de Mat.-prima	10.000	Financiamentos	15.000
Estoque de Mat. Diversos	2.000		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Máquinas e Equipamentos	50.000	Financiamentos	35.000
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	60.000
Total do Ativo	120.000	Total do Passivo + PL	120.000

Quadro 4 - Balanço Patrimonial / Fonte: as autoras.

Perceba que, do Fato 3 para o Fato 4, não houve alteração no total do Ativo ou Passivo mais Patrimônio Líquido. Isso porque a empresa não teve que recorrer a uma nova fonte de recurso, mas ela retirou um recurso da conta corrente e aplicou em materiais diversos.

Como mencionamos anteriormente, o objetivo da metodologia dos balanços sucessivos é demonstrar como se forma o Balanço Patrimonial de uma empresa, visto que cada evento ou fato administrativo altera a posição dos elementos da estrutura patrimonial.

Observe que os eventos apresentados nesse exemplo não se referem a operações que influenciam o resultado da empresa, ou seja, que venham a trazer sobras ou perdas.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade introdutória e intermediária

Sinopse: O livro busca apresentar a Contabilidade Básica com equilíbrio entre teoria e prática. Na Parte I, apresenta os conceitos básicos, a estrutura e a metodologia operacional da Contabilidade. Dado seu caráter introdutório, nesta etapa, os enfoques conceituais são mais expressivos. Na Parte II, apresenta exame de todos os grupos do Balanço Patrimonial, incluindo estudo específico das principais contas das Demonstrações Financeiras. São desenvolvidos, também, os aspectos práticos mais significativos da Contabilidade, formando um manual de Contabilidade Introdutória. A Parte III está reservada para a apresentação das Demonstrações Financeiras Básicas e das Demonstrações Financeiras Complementares, como a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, com exemplos numéricos integrados que permitem, a partir dos principais eventos econômicos, estruturar todas as Demonstrações Contábeis obrigatórias.



NOVOS DESAFIOS

Estudante, a sistematização do patrimônio também permite observar como a empresa capta os seus recursos e como os aplica. As obrigações, próprias ou com terceiros, representam as fontes de recursos econômicos da entidade. Esses recursos, por sua vez, são aplicados na forma de bens e direitos.

Independente dos fatos ocorridos na empresa, esse equilíbrio patrimonial permanece. Por meio do método dos balanços sucessivos você pode compreender que todo fato gera, no mínimo, dois registros, que, na Contabilidade, chamamos de método das partidas dobradas, ou seja, o famoso débito e crédito.

Agora que você já conhece os elementos patrimoniais e como eles são sistematizados, vamos estudar o Balanço Patrimonial. A sistematização do patrimônio é o primeiro passo para a construção deste demonstrativo. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, que recebe o nome de Demonstração de Sobras ou Perdas nas cooperativas, representam os principais relatórios contábeis.

AUTOATIVIDADE

1. O patrimônio de uma empresa é composto por elementos divididos em duas listas: a do Ativo e a do Passivo. Nessas duas listas, estão compostas as contas que representam os bens, os direitos e as obrigações da empresa. Sobre essas listas é correto afirmar que:
 - a) O Ativo contém os haveres da empresa, e o Passivo, os direitos da empresa.
 - b) O Ativo é menor que o passivo se a empresa der lucro.
 - c) O Ativo é igual ao Passivo quando a empresa está equilibrada.
 - d) No Passivo, aparece a origem de recursos próprios da empresa.
 - e) No Ativo, aparecem as aplicações de recursos.
2. O Patrimônio Líquido, também conhecido como situação líquida da empresa, é resultante da diferença entre Ativos e Passivos. Quanto à sua funcionalidade, o Patrimônio Líquido representa os recursos próprios da entidade. Como esses valores pertencem aos proprietários, também é conhecido como capital próprio ou obrigações não exigíveis. Descreva quando o Patrimônio Líquido, ou seja, a situação líquida da empresa é positiva e quando é negativa.
3. O demonstrativo contábil utilizado como base da Contabilidade é o Balanço Patrimonial. É nesse demonstrativo que a empresa evidencia as transações de permuta e alteração do patrimônio. Identifique as operações que dão origem às situações patrimoniais ilustradas nos quadros a seguir.

a) BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Banco c/ Movimento	24.000	Capital Social	24.000
Total do Ativo	24.000	Total do Passivo + PL	24.000

b) BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Banco c/ Movimento	12.000	Capital Social	24.000
Estoque de Mercadorias	12.000	Total do Passivo + PL	24.000
Total do Ativo	24.000		

AUTOATIVIDADE

c) BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Banco c/ Movimento 12.000

Estoque de Mercadorias 12.000

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Móveis e Utensílios 6.000

Total do Ativo 30.000

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Contas a Pagar 6.000

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social 24.000

Total do Passivo + PL 30.000

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406com-pilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/ins-trucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Altras, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Altas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REFERÊNCIAS

- LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018. NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- PADOVEZE, C. L. Manual de **Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescooprps.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- SZUSTER, N. et al. **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.
- VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

- 1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-cssl-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. E.
2. A situação líquida da empresa é positiva quando os bens e direitos são maiores que a soma das obrigações com terceiros, ou seja, o Ativo é maior que o Passivo. A situação líquida é negativa quando as obrigações com terceiros são maiores que a soma dos bens e direitos.
3.
 - a) Constituição da empresa onde os sócios integralizaram todo o capital em dinheiro.
 - b) Compra de mercadorias à vista.
 - c) Compra de móveis e utensílios a prazo para pagamento no curto prazo.



TEMA DE APRENDIZAGEM 5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MINHAS METAS

- Identificar as demonstrações financeiras que têm divulgação obrigatória.
- Conhecer o Balanço Patrimonial como uma demonstração estática.
- Compreender o processo dedutível da Demonstração do Resultado do Exercício.

INICIE SUA JORNADA

Estudante, você é convidado a conhecer como a Contabilidade gera informações sobre esse patrimônio, é o que chamamos de demonstrações contábeis ou demonstrações financeiras. Essas demonstrações padronizadas são elaboradas a partir do registro das movimentações dos elementos patrimoniais e podem ser utilizadas pelos usuários como auxílio ao processo decisório.

De acordo com o CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral de acordo com suas necessidades, sejam eles representantes dos governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias. Esses usuários podem determinar, especificamente, exigências para atender a seus próprios interesses, no entanto, essas exigências não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo as normas contábeis.

O objetivo das demonstrações é o de fornecer informação sobre a posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade e que seja útil aos usuários em suas análises e tomada de decisões.

Embora o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) sejam as demonstrações mais usuais e obrigatórias para empresas de pequeno, médio e grande porte, elas não são as únicas a expor os resultados obtidos pela empresa em diferentes períodos.

Enquanto o Balanço Patrimonial e a DRE evidenciam a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa de forma geral, os demais demonstrativos apresentam informações detalhadas de alguns aspectos fundamentais, como, por exemplo, o Caixa que, mesmo tendo seu saldo apresentado no balanço, merece um relatório exclusivo para analisar sua movimentação.

Ao abrir um empreendimento, o gestor deve conhecer não apenas o seu produto ou serviço, mas é imprescindível “enxergar” o que as demonstrações contábeis evidenciam de informações, viabilizando o acompanhamento do desempenho econômico e financeiro da empresa.

Siga em frente e nunca pare de estudar!

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Estudante, saiba que o objetivo básico das demonstrações financeiras é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e avaliação dos resultados operacionais. As demonstrações apresentam elementos que possibilitam aos empresários e administradores o planejamento e o controle do patrimônio da entidade e de suas atividades sociais.

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011,on-line), em seu item 4.2, complementa que:



ZOOM NO CONHECIMENTO

As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do agrupamento dos mesmos em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas.

No caso das cooperativas, as receitas e despesas recebem, em casos específicos, o nome de ingressos e dispêndios, mas isso será estudado mais adiante.

As informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis interessam, também, às pessoas que, por qualquer motivo, mantenham relações com a empresa, como credores, investidores em potencial, o Governo e a sociedade.

As demonstrações contábeis têm a função de comunicar a situação de uma entidade, mas, para que isso aconteça, é preciso que o usuário tenha um conhecimento mínimo da nomenclatura utilizada na área.

As demonstrações contábeis consistem em um conjunto de demonstrativos, previstos em lei, geralmente elaborados ao final do exercício social.

A ITG 2004 – Entidade Cooperativa (SESCOOP, 2017, on-line), que estabelece os critérios e procedimentos contábeis específicos das entidades cooperativas, determina que as demonstrações contábeis dessas entidades devem ser elaboradas segundo a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis ou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A NBC TG 26 (R5) (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2017, on-line) descreve que o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- Balanço Patrimonial.
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado; e,
- Notas Explicativas.

Nas cooperativas, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) recebe o nome de Demonstração de Sobras ou Perdas, tendo em vista que essas instituições são entidades sem a finalidade de lucro.



Para elaborar as demonstrações contábeis, a entidade precisa manter a escrituração contábil, ou seja, os registros de todos os eventos que afetam os elementos patrimoniais.

Para as entidades cooperativas, “a escrituração contábil é obrigatória e deve ser realizada de forma segregada em ato cooperativo e não cooperativo, por atividade, produto ou serviço” (SESCOOP, 2017, on-line). Isso significa que, ao contabilizar os fatos contábeis, por exemplo, compra, venda, recebimento, pagamento etc., a cooperativa deverá registrar separadamente os fatos cooperativos dos fatos não cooperativos e identificar a qual atividade, produto ou serviço se refere.

As demonstrações financeiras são instrumentos de gestão altamente poderosos que possibilitam traçar planos e expansão dos negócios.

Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial corresponde à apresentação do conjunto ordenado de bens, direitos e obrigações da entidade e seus respectivos saldos em determinada data. Dizemos que ele funciona como se fosse uma “foto” da empresa, por isso, a classificação como demonstração estática.

Normalmente, o balanço é elaborado ao final de cada ano, sendo essa “foto” uma representação da situação da empresa no dia 31 de dezembro. Mas, caso a empresa necessite, o balanço pode ser elaborado ao final de cada mês, trimestre ou semestre.



APROFUNDANDO

A estática patrimonial é o estudo do patrimônio considerado sem movimento, em um dado momento, na sua estrutura qualitativa e quantitativa, isto é, nos seus elementos e nos seus componentes e valores. Fonte: Portal Educação ([2020], on-line)2.

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), no item 4.2, relata que “os elementos diretamente relacionados à men-

suração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido”.

Segundo Nascimento (2018, p. 128):

Os bens e direitos apresentados no lado esquerdo do balanço são representados por ativos. As obrigações exigíveis apresentadas no lado direito do balanço são representadas por passivos. As obrigações não exigíveis são representadas pelo patrimônio líquido. O total dos ativos deve sempre ser igual à soma total do passivo mais patrimônio líquido.

No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados e, no Passivo, por ordem decrescente de exigibilidade.

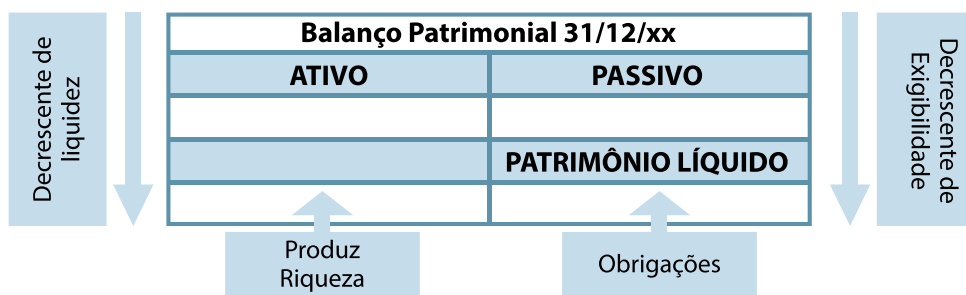


Figura 1 - Estrutura Patrimonial / Fonte: as autoras.

No Ativo, os grupos são classificados em:

- a) Ativo Circulante.
- b) Ativo Não Circulante.

No Passivo, as contas serão classificadas de acordo com o grau de exigibilidade nos seguintes grupos:

- a) Passivo Circulante.
- b) Passivo Não Circulante.
- c) Patrimônio Líquido.

Na Figura 2, os grupos estão estruturados no Ativo (lado esquerdo) e Passivo (lado direito).

Balanço Patrimonial 31/12/xx	
ATIVO	PASSIVO
Circulante	Circulante
Disponibilidade	
Crédito	
Investimento temporário	
Estoque	Não Circulante
Despesas do exerc. Seguinte	
Não Circulante	Patrimônio Líquido (PL)
Realizável a longo Prazo	
Investimento	
Imobilizado	
Intangível	

Figura 2 - Estrutura do Balanço Patrimonial / Fonte: as autoras.

Objetivando conhecer melhor o Balanço Patrimonial, segue o detalhamento da divisão do demonstrativo em seus três grandes grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

ATIVO

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), item 4.4, apresenta a seguinte definição de ativo: “(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”.

Para compreender melhor esse conceito, podemos separá-lo em quatro partes:

RECURSO

O Passivo representa as fontes de recursos, e o Ativo, a aplicação. Sendo assim, tudo que está no Ativo são “recursos” aplicados pela entidade.

CONTROLADO PELA ENTIDADE

A ideia de controle é fundamental para a classificação de um Ativo. Por exemplo, a empresa pode alugar um equipamento, sendo assim, fisicamente, o equipamento está na empresa, mas ela não tem controle sobre ele. Sendo assim, só serão registrados pela Contabilidade os recursos que forem efetivamente controlados pela entidade.

RESULTADO DE EVENTOS PASSADOS

Quando uma empresa decide comprar um imóvel, por exemplo, o período de negociação pode levar algum tempo. Enquanto a aquisição não for finalizada, o imóvel não pode ser registrado pela empresa. Sendo assim, os itens registrados no Ativo sempre representam recursos que a empresa já possui, ou seja, que já foram adquiridos.

FUTUROS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

A ideia de futuros benefícios econômicos significa que o Ativo tem de trazer retorno financeiro para a entidade. Por exemplo, se uma empresa compra uma máquina e com o passar do tempo, ela se torna obsoleta e para de trabalhar, o correto é que essa máquina seja baixada do Ativo. Importante: O retorno financeiro não necessariamente significa trazer dinheiro de forma direta. Um ar-condicionado não traz dinheiro para a empresa, mas proporciona um ambiente agradável para os funcionários que, com seu trabalho, trazem retorno para a empresa.

De acordo com Nascimento (2018, p. 128), os Ativos são “registrados, normalmente, por seu preço de aquisição ou fabricação, ou seja, pelo custo histórico ou valor original”. O preço de aquisição representa o valor para adquirir e colocar o recurso disponível para a empresa. Vamos supor que a empresa comprou um ar-condicionado no valor de R\$ 1.500,00 e, ainda, gastou R\$ 300,00 para instalar. O custo de aquisição desse Ativo será de R\$ 1.800,00.

Já o custo de fabricação corresponde àquilo que é fabricado na própria empresa, desde um produto a ser vendido até a montagem de um equipamento da área industrial. Daí, a importância de se ter mecanismos de controle que apontem o que foi gasto, efetivamente, com cada produto ou equipamento.

Quanto à sua classificação, o Ativo está estruturado em ordem decrescente do grau de liquidez, ou seja, dos elementos (grupos, subgrupos, contas) que apresentem maior grau de conversibilidade em recursos financeiros para os de menor grau.

Isso significa que quanto mais acima do Balanço Patrimonial, mais rápido aquele Ativo se transformará em dinheiro; ou quanto mais abaixo, mais demorado será para que aquele Ativo se transforme em dinheiro. É por este motivo que a primeira conta do balanço é o Caixa, pois ele já é dinheiro.

Essa ordem de liquidez divide o ativo em dois grupos: **Ativo Circulante** e **Ativo Não Circulante**.

ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante, são apresentados os bens e direitos realizados (transformados em recursos financeiros) ou utilizados dentro do ciclo operacional da empresa ou no período de 12 meses da data do balanço, o que for maior.



APROFUNDANDO

Entende-se por ciclo operacional de uma empresa o período que ela leva para produzir, vender e receber a venda dos produtos. Portanto, o ciclo operacional de uma empresa é o período que decorre entre a compra da matéria-prima ou mercadoria e o recebimento do preço de sua venda no mercado.

Os principais subgrupos do Ativo Circulante, segundo Iudícibus e Marion (2019, p. 43), são:

DISPONÍVEL
Caixa e Equivalentes de Caixa (Caixa, Bancos, contas-correntes e aplicações financeiras).
CONTAS A RECEBER
São valores ainda não recebidos decorrentes de vendas de mercadorias ou prestação de serviços a prazo. São valores a receber de clientes, também denominados "duplicatas a receber".
ESTOQUES
São mercadorias a serem revendidas. No caso de indústria, são os produtos acabados, bem como matéria-prima e outros materiais secundários que compõem o produto em fabricação.
INVESTIMENTO TEMPORÁRIO
São aplicações realizadas normalmente no mercado financeiro com excedente do Caixa. São investimentos por um curto período, pois, tão logo a empresa necessite do dinheiro, ela se desfaz da aplicação.

Vale ressaltar que a correta classificação facilita a compreensão do usuário da informação, por isso, esses grupos principais são subdivididos até chegar à conta contábil. É o caso, por exemplo, do grupo dos Estoques que, normalmente, é dividido em:

- Estoque de mercadorias.
- Estoque de produtos acabados.
- Estoque de produtos em elaboração.
- Estoque de matérias-primas.
- Estoque de materiais diversos.

Essa divisão ajuda o gestor a identificar, de forma mais rápida e fácil, a composição dos estoques da entidade.

No caso das cooperativas, a ITG 2004 (SESCOOP, 2017, on-line) determina que “os saldos de estoque e as contas a receber, decorrentes das operações realizadas com os associados, devem ser apresentados em contas individualizadas que os identifiquem”. Isso significa que a cooperativa deve registrar, separadamente, o estoque e o valor a receber referente a cada associado, para isso, ela precisa abrir uma conta contábil no nome de cada um.

No entanto, ela não precisa chegar a esse nível de detalhamento no momento da divulgação do Balanço Patrimonial, mas, por meio de registros auxiliares, a cooperativa deve identificar quanto dos estoques pertence a cada associado e quanto tem a receber de cada um.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O **Ativo Não Circulante** se refere aos bens e direitos que serão convertidos em recursos financeiros no longo prazo. Neste grupo, também, é registrada a estrutura necessária para a realização das atividades da empresa, das quais não se têm uma previsão de quando a empresa irá se desfazer.

O Ativo Não Circulante é dividido nos seguintes subgrupos: **realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível**.

Realizável a longo prazo: neste subgrupo, são classificados os bens e direitos realizáveis após 12 meses da data do balanço ou em um período maior do que o ciclo operacional da empresa. Nesse grupo, também, ficam registrados os empréstimos ou adiantamentos efetuados às partes relacionadas, como diretores, acionistas, empresas coligadas ou controladas.

- **Investimentos:** refere-se às “participações em outras sociedades (Investimento em Coligadas e Controladas) e outras aplicações de característica permanente que não se destinam à manutenção da atividade operacional da empresa, tais como: imóveis alugados a terceiros, obras de arte etc.” (IUDÍCIBUS; MARION, 2019, p. 44).
- **Imobilizado:** neste subgrupo, são classificados os Ativos que compõem a estrutura necessária para que a empresa possa realizar suas atividades, por este motivo, dificilmente, esses itens serão vendidos. Outra característica

do imobilizado é sua vida útil, que, normalmente, é de vários anos.

- **Intangível:** neste subgrupo, são classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. São exemplos de Ativos Intangíveis: marcas e patentes, software etc. (IUDÍCIBUS; MARION, 2019).



Figura 3 - Exemplo de imobilizado / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: a imagem é formada por 6 fotografias, sendo estas: Veículos, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Terrenos, Ferramentas e Edifícios.

Como você pode observar, a forma com que estão classificados os Ativos diz muito sobre como a empresa aplica seus recursos. Por exemplo, empresas comerciais, normalmente, vão aplicar mais recursos no seu Ativo Circulante, mais precisamente, no grupo do estoque, pois sua atividade operacional se refere à compra e venda de mercadorias. Por outro lado, empresas industriais aplicam mais recursos no Ativo Não Circulante, isso porque a transformação de matéria-prima em produto final requer a utilização de máquinas e equipamentos, sendo estes pertencentes ao ativo imobilizado.

PASSIVO

Quando falamos na sistematização do patrimônio, que Ativo é igual a Passivo, consideramos como Passivo tanto as obrigações exigíveis quanto as obrigações não exigíveis. Contudo, como cada forma de obrigação tem características próprias e, também, por uma questão de qualidade da informação, na Contabilidade, elas são registradas em grupos diferentes:



Figura 4 - Obrigações / Fonte: as autoras.

Vamos abordar, agora, as obrigações exigíveis que, por sua vez, compreendem o grupo do Passivo na Contabilidade.

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, online), item 4.4, apresenta a seguinte definição de Passivo: “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Também, vamos segmentar esse conceito para compreendê-lo melhor.

OBRIGAÇÃO PRESENTE DA ENTIDADE

Significa que a obrigação de pagamento já existe e está em nome da entidade. Caso a empresa tenha assinado um contrato com um fornecedor, por exemplo, comprometendo-se a comprar matéria-prima, isso não gera uma obrigação, mas um compromisso. A partir do momento em que a nota fiscal de compra de matéria-prima é emitida, aí sim a obrigação deverá ser registrada (isso considerando uma venda a prazo).

DERIVADA DE EVENTOS PASSADOS

Assim como não se pode registrar um imóvel durante o processo de compra (conferência de documentos), também não se deve registrar a obrigação até que a compra tenha sido finalizada.

CUJA LIQUIDAÇÃO SE ESPERA QUE RESULTE NA SAÍDA DE RECURSOS DA ENTIDADE, CAPAZES DE GERAR BENEFÍCIOS ECONÔMICOS:

Quais são os recursos capazes de gerar benefícios econômicos? Os Ativos. Sendo assim, é esperado que a liquidação das obrigações resulte na saída de Ativos, como dinheiro em caixa, por exemplo.

De acordo com Nascimento (2018, p. 128), o Passivo “é registrado por seu valor original e deve ser apresentado no balanço por seu valor corrigido”. Para que o balanço retrate a verdadeira situação da empresa, é necessário corrigir o valor das obrigações, tendo em vista os juros ou variações monetárias, quando existirem.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Quanto à sua classificação, o Passivo é estruturado em ordem decrescente de grau de exigibilidade, ou seja, das obrigações prioritárias para as menos prioritárias. É importante deixar claro que, quando falamos de obrigações prioritárias, não estamos nos referindo à ordem jurídica para os casos de falência. A ideia de prioridade na Contabilidade tem a ver com aquilo que é mais necessário para manter a empresa.

Por este motivo, você pode ver balanços em que a primeira conta do Passivo é “fornecedores”, isso acontece na maioria dos casos, afinal, se a empresa não pagar o fornecedor e ele se negar a entregar matéria-prima ou mercadoria, a empresa simplesmente “para”. Você, no entanto, também pode ver balanços em que a primeira conta do Passivo é empréstimos e financiamento”.

A questão é: aquilo que é mais importante para a empresa pagar em dia.

Além dessa classificação de prioridades, o Passivo tem uma separação referente ao prazo de pagamento, que o divide em Passivo Circulante e Não Circulante.

PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é constituído pelas obrigações da entidade com vencimentos dentro do período de 12 meses contados da data do balanço ou dentro do ciclo operacional.

Iudícibus e Marion (2019, p. 45) mencionam os seguintes exemplos de Passivos Circulantes:

Contas a Pagar, Dívidas com Fornecedores de Mercadorias ou Matérias-primas, os Impostos a Recolher (para o governo), os Empréstimos Bancários com vencimentos nos próximos 360 dias, as obrigações trabalhistas e sociais com empregados, Salários, Férias, 13º Salário, Encargos Sociais a Pagar etc.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC

Sinopse: em função das transformações ocorridas na Contabilidade brasileira, a Fipecafi deliberou por produzir este Manual de Contabilidade Societária, totalmente de acordo com os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do CPC e com as normas internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.



As dívidas registradas no Passivo Circulante são as que merecem maior atenção por parte dos gestores, afinal elas vencerão rapidamente e será necessário ter dinheiro disponível conforme os vencimentos ocorrerem.

Não que as dívidas de longo prazo devam ser deixadas de lado, mas é que, para elas, a empresa terá mais tempo para gerar recursos financeiros, ou seja, gerar caixa.



APROFUNDANDO

No caso das cooperativas, assim como os estoques e os valores a receber, "as contas a pagar decorrentes das operações realizadas com os associados devem ser apresentadas em contas individualizadas que os identifiquem" (SESCOOP, 2017, on-line).

Isso significa que a cooperativa precisa abrir uma conta contábil no grupo do Passivo para cada associado, para registrar, separadamente, o valor a pagar a cada um. Contudo, não é necessário demonstrar as contas de cada associado no momento da divulgação do Balanço Patrimonial. Essas informações podem estar contidas em registros auxiliares.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante é formado por obrigações da entidade exigíveis em um período posterior a 12 meses da data do balanço ou em período maior do que o ciclo operacional da empresa.



Os exemplos dados para o Passivo Circulante também servem para o Passivo Não Circulante, ou seja, contas a pagar, fornecedores, impostos a recolher etc., a diferença está no prazo de vencimento dessas obrigações.

A divisão do Passivo em Circulante e Não Circulante facilita a análise do usuário da informação contábil. Assim, de forma rápida, ele já identifica quais são as dívidas que vencem no curto prazo, para as quais deverá se preparar mais rapidamente para o pagamento, e as que vencem no longo prazo, para as quais terá mais tempo para se organizar financeiramente.



APROFUNDANDO

Os valores a pagar aos associados, também, devem respeitar a separação de curto e longo prazo, ou seja, se houver valores a pagar aos associados que irão vencer após o encerramento do próximo período, a cooperativa deverá abrir uma contábil para o associado tanto no grupo do Passivo Circulante como no grupo do Passivo Não Circulante.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Existem teorias contábeis que enxergam o Patrimônio Líquido como uma obrigação não exigível. Já outras teorias dizem que ele representa uma sobra (em situação positiva). Ambas estão corretas: o Patrimônio Líquido é uma obrigação, porque, quando o sócio investe na empresa, esta assume um compromisso com os sócios. O Patrimônio Líquido também se refere a uma sobra, pois representa a situação líquida da empresa, ou seja, se utilizar todo o Ativo (bens e direitos) para cobrir o Passivo (obrigações exigíveis) e ainda sobrar recursos, estes serão dos sócios. De qualquer forma, ele está relacionado com os sócios ou acionistas da empresa.

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), item 4.4, apresenta a seguinte definição de Patrimônio Líquido: “patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”.



Desse modo, ele corresponde ao valor residual dos Ativos da entidade após a dedução dos seus Passivos (Ativo – Passivo = Patrimônio Líquido [valor residual]).

Portanto, o Patrimônio Líquido representa os valores que estariam disponíveis para os acionistas ou proprietários, na data do balanço, em função da atividade desempenhada pela empresa até o momento. Representa a riqueza residual que pertence aos seus proprietários.

**APROFUNDANDO**

O Patrimônio Líquido, também, é entendido como um Passivo não exigível imediatamente, pois os sócios/acionistas não têm a intenção imediata de exigir o retorno financeiro dos recursos alocados na empresa. Por isso, são atribuídas as denominações capital próprio ao Patrimônio Líquido e capital de terceiros ao Passivo exigível.

A soma do capital de terceiros com o capital próprio é conhecida como Capital Total à disposição da empresa. Juntos, o capital próprio e o capital de terceiros representam toda a fonte de recursos para a empresa.

Além do investimento feito pelos sócios ou acionistas, o Patrimônio Líquido é composto pelos resultados alcançados pela própria empresa, ou seja, seus lucros ou prejuízos. Afinal, os resultados obtidos pela empresa pertencem aos seus sócios ou acionistas.

Os investimentos feitos pelos sócios são registrados na conta Capital Social. Segundo a ITG 2004 (SESCOOP, 2017, on-line), “o capital social da entidade cooperativa é formado por quotas-partes, que devem ser registradas de forma individualizada, no Patrimônio Líquido, podendo ser utilizados registros auxiliares”. Quando o associado deixa de fazer parte da cooperativa, os valores a restituir devem ser transferidos do Patrimônio Líquido para as contas do Passivo assim que a cooperativa receber o pedido de demissão ou deliberar pela eliminação ou exclusão do cooperado (SESCOOP, 2017, on-line).

**ZOOM NO CONHECIMENTO**

Como o Patrimônio Líquido é composto pelos saldos positivos gerados pela empresa, as sobras ou perdas à disposição da assembleia ficam registradas neste grupo. Contudo, a conta Sobras ou Perdas à disposição da Assembleia Geral é uma conta transitória, ou seja, seu saldo deve ser transferido assim que for definida sua destinação.

No caso do estatuto da cooperativa prever a distribuição total ou parcial das sobras, o valor a ser distribuído deve ser registrado no Passivo no momento do encerramento do exercício social.

No caso de apuração de perdas, o registro do rateio de perdas entre os associados deve ser feito, individualmente, em contas no Ativo, podendo ser

utilizados registros auxiliares (SESCOOP, 2017, on-line). Talvez, você se questione: como assim registrar as perdas no Ativo, já que ele é composto por bens e direitos? É que, nas cooperativas, quando a perda é rateada entre os associados, significa que cada associado deverá pagar à cooperativa um valor estabelecido para cobrir essa perda. Sendo assim, a cooperativa fica com valores a receber de seus associados.

Com o objetivo de ter uma visão mais abrangente do exposto a respeito do patrimônio e do Balanço Patrimonial, segue o demonstrativo da cooperativa fictícia Cooperação.

BALANÇO PATRIMONIAL DA COOPERATIVA COOPERAÇÃO ENCERRADO EM 31/12/20XX		
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Disponível		
Caixa		15.000
Banco A		107.000
Créditos		
Valores a receber de clientes		62.000
Valores a receber de cooperados		24.000
Impostos a recuperar		32.000
Estoque		
Matéria-prima		71.000
Produtos acabados		55.000
Produtos em processo		12.000
Materiais de consumo		19.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Valores a receber de clientes		26.000
Valores a receber de cooperados		50.000
Investimentos		
Investimento na coligada X		45.000
Imobilizado		
Imóveis		310.000
Máquinas e equipamentos		138.000

BALANÇO PATRIMONIAL DA COOPERATIVA COOPERAÇÃO ENCERRADO EM 31/12/20XX	
Veículos	87.000
(-) Depreciação acumulada	(50.000)
Intangível	
Marcas e patentes	47.000
TOTAL DO ATIVO:	1.050.000
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	
Fornecedores	
Fornecedor Y	73.000
Obrigações com cooperados	
Obrigações com cooperados	50.000
Obrigações trabalhistas	
Salários a pagar	33.000
Comissões a pagar	11.000
Obrigações fiscais e tributárias	
Impostos a recolher	62.000
Obrigações financeiras	
Empréstimos e financiamentos	80.000
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Obrigações financeiras	
Empréstimos e financiamentos	111.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	
Capital Social	512.750
Reserva legal	
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	15.000
Sobras à disposição da AGO	72.250
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.050.000

Quadro 1 - Balanço Patrimonial da cooperativa CooperAção / Fonte: as autoras.

Para apresentar exemplos reais de demonstrações contábeis, vamos utilizar os relatórios divulgados pela Coamo Agroindustrial Cooperativa.



BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em R\$ 1,00)

ATIVO			
	N. E.	2019	2018
CIRCULANTE.....		6.463.701.647	5.577.698.871
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....		1.722.874.139	1.187.588.240
Caixa		617.281	599.530
Bancos conta movimento.....		9.412.194	11.894.485
Aplicações de liquidez imediata.....	22.1	1.712.844.664	1.175.094.225
CRÉDITOS.....		2.801.438.004	2.512.950.946
Aplicações financeiras.....	22.1	903.035	9.316.156
Adiantamento a fornecedores.....	22.2	329.891.636	178.544.498
Associados.....	22.3	1.209.439.001	1.088.599.467
Não associados.....	22.4	3.260.402	4.116.270
Clientes.....	22.5	758.487.613	725.175.390
Mercadorias a receber.....		697.915	1.301.372
Tributos a recuperar.....	22.6	343.924.587	423.611.139
ICMS homologado para venda.....		138.363.080	78.466.343
Outros créditos.....		16.470.735	3.820.311
ESTOQUES.....		1.923.717.408	1.855.464.504
Produtos agrícolas.....	22.7	309.246.292	366.518.144
Bens de fornecimento.....	22.8	1.320.116.011	1.170.968.323
Prod. industr., mat. primas e mat. secundários.....	22.9	294.355.105	317.978.037
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE.....		8.972.407	14.995.492
BENS DESTINADOS À VENDA.....		6.699.689	6.699.689
NÃO CIRCULANTE.....		3.512.784.840	3.128.729.142
Aplicações financeiras.....	22.1	5.197.634	121.945.302
Créditos com associados.....	22.3	300.485.810	225.565.171
Créditos com não associados.....	22.4	7.189.253	8.893.352
Clientes.....	22.5	-	8.062.215
Tributos a recuperar.....	22.6	62.268.007	45.527.726
Depósitos judiciais.....	22.10	11.105.835	27.174.608
Bens destinados à venda.....		2.794.703	5.817.364
Outros créditos.....		5.598.555	7.446.898
Investimentos.....	22.11	15.369.108	13.180.378
Imobilizado.....	22.12	3.090.492.224	2.649.539.911
Intangível.....		12.283.711	15.576.217
TOTAL DO ATIVO.....		9.976.486.487	8.706.428.013

Figura 5 - Balanço Patrimonial Coamo - Ativo / Fonte: Coamo (2019, on-line).



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	N. E.	2019	2018
CIRCULANTE.....		2.827.374.982	2.233.742.329
Débitos com associados.....	22.13	900.469.860	763.506.495
Prêmio fidelidade associados.....		12.261.320	-
Débitos com não associados.....	22.14	40.552.744	47.639.808
Obrigações sociais, tributárias e trabalhistas.....	22.15	113.659.089	108.630.905
Adiantamento de clientes.....		20.398.979	15.719.756
Fornecedores.....	22.16	258.885.681	269.350.977
Instituições financeiras.....	22.17	1.218.585.469	774.465.708
Imposto de renda e contribuição social.....		557.060	1.035.107
Sobras a distribuir "ad referendum" da A.G.O.....	22.18	262.004.780	253.393.573
NÃO CIRCULANTE.....		1.590.058.073	1.367.612.136
Débitos com associados.....	22.13	54.765	172.886
Débitos com não associados.....	22.14	2.206	835.507
Obrigações sociais e tributárias.....	22.15	151.054.289	173.330.075
Instituições financeiras.....	22.17	1.389.612.575	1.148.910.684
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis.....	22.19	5.357.561	7.511.959
Receitas diferidas.....		40.936.856	33.896.874
Outras obrigações.....		3.039.821	2.954.151
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		5.559.053.432	5.105.073.548
Capital social integralizado.....	22.20	326.363.764	303.060.454
Reserva legal.....		725.716.423	655.846.312
Reserva de assistência técnica, educacional e social.....		1.498.301.061	1.434.460.339
Reserva de desenvolvimento.....		2.771.829.536	2.477.821.540
Reserva de incentivos fiscais.....		13.125.497	9.768.498
Reserva para cobertura de riscos e auto seguro.....		82.020.000	81.475.000
Reserva para manutenção do capital de giro próprio.....		131.670.464	131.670.464
Ajuste de avaliação patrimonial.....		10.026.687	10.970.941
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		9.976.486.487	8.706.428.013

Figura 6 - Balanço Patrimonial Coamo - Passivo / Fonte: Coamo (2019, on-line)3.

Como você pôde perceber, o Balanço Patrimonial apresenta os valores dos elementos patrimoniais do ano de 2019 e de 2018. Isso porque as normas determinam que a divulgação das demonstrações contábeis devem evidenciar os dados de, pelo menos, um ano anterior ao exercício que está sendo encerrado, para que haja uma base de comparação. Repare, também, que existe uma coluna descrita N.E.: é uma referência às Notas Explicativas. Por exemplo, na frente da conta “Capital social integralizado”, existe a referência numérica “22.20”, isso significa que, nas Notas Explicativas, no item 22.20, haverá um detalhamento da referida conta.

NOVOS DESAFIOS

Estudante, você deve ter observado que as demonstrações financeiras geradas pela Contabilidade correspondem aos relatórios que evidenciam a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa em determinado tempo.

O Balanço Patrimonial demonstra o conjunto de elementos patrimoniais (bens, direitos e obrigações) que a empresa possui em um determinado momento. Para tanto, esses elementos, quando sistematizados em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, apresentam um equilíbrio, afinal de contas, todos os recursos aplicados na empresa possuem uma origem.

AUTOATIVIDADE

1. Várias são as demonstrações financeiras geradas pelos dados processados na Contabilidade. O Balanço Patrimonial é um dos demonstrativos mais importantes. Leia as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- I - O Balanço Patrimonial é um relatório que mostra o Ativo e o Passivo da entidade em determinado momento.
- II - O Balanço Patrimonial é um relatório que mostra o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade em determinado momento.
- III - Pelo Balanço Patrimonial, é possível acompanhar a dedução do lucro constituído em um dado momento.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
 - b) Apenas II está correta.
 - c) Apenas III está correta.
 - d) Apenas I e II estão corretas.
 - e) Apenas II e III estão corretas.
2. A compreensão da estrutura das demonstrações contábeis possibilita uma melhor compreensão dos valores evidenciados. Leia as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- I - No lado esquerdo do Balanço Patrimonial, encontramos as contas patrimoniais de Ativo.
- II - Todos os elementos componentes do Passivo acham-se discriminados no lado direito do Balanço Patrimonial.
- III - Todos os componentes do Patrimônio Líquido encontram-se discriminados no lado esquerdo do Balanço Patrimonial.
- IV - A equação patrimonial é representada por: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas III e IV estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.
- e) Apenas I, II e IV estão corretas.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/>

REFERÊNCIAS

SRE/docs/RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. et al. **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. et al. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. et al. **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Altras, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de et al. **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo:

REFERÊNCIAS

Atlas, 2019.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.

2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.

3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-cssl-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. B.

2. E.



TEMA DE APRENDIZAGEM 6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

MINHAS METAS

- Conhecer as demonstrações financeiras geradas pela Contabilidade.
- Conhecer os conceitos de receita e despesa.
- Conhecer a estrutura da demonstração do Resultado do Exercício.

INICIE SUA JORNADA

Uma das questões mais recorrentes dos gestores, sócios ou acionistas de uma empresa é: vale a pena investir nessa empresa? Afinal de contas, investimentos são feitos para se obter retornos, e não para jogar dinheiro fora.

Nas cooperativas, isso não é diferente. Os associados também querem fazer parte de uma empresa que traz benefícios para eles. Sendo assim, por mais que as cooperativas sejam entidades sem fins lucrativos, o resultado positivo, ou, melhor dizendo, as sobras, são importantes para sua permanência e sucesso.

Para obter essa resposta, é necessário observar as demonstrações contábeis. O Balanço Patrimonial visto anteriormente já é um importante indicativo de desempenho ao apresentar a situação líquida da empresa por meio do Patrimônio Líquido. Quando a situação líquida da empresa é positiva ($\text{Ativo} > \text{Passivo}$), deduzimos que a empresa está tendo um bom desempenho, afinal seus recursos (Ativos) são capazes de pagar todas as obrigações exigíveis (Passivos) e ainda sobram recursos.

Contudo, o resultado da empresa (lucro ou prejuízo/sobra ou perda), apresentado no Patrimônio Líquido, é um fator tão importante que merece um relatório exclusivo: a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ou, nas cooperativas, a Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP).

Neste material, apresentaremos as características da DRE, esclarecendo os ajustes necessários para a elaboração da DSP. Assim, você, estudante, será capaz de compreender tanto o demonstrativo de empresas convencionais como das cooperativas.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Na DRE, é possível verificar como a empresa alcançou o resultado apresentado no balanço. Enquanto o balanço apresenta apenas o saldo do resultado final do período, a Demonstração do Resultado do Exercício vai confrontar todas as receitas e as despesas ocorridas no mesmo período, demonstrando como a empresa chegou a determinado resultado.

Segundo o CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line):

O resultado é frequentemente utilizado como medida de performance ou como base para outras medidas, tais como o retorno do investimento ou o resultado por ação. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado são as receitas e as despesas.

Na Contabilidade, o termo “resultado” assume a conotação de medida de desempenho e corresponde à mensuração (aumento ou diminuição) do Patrimônio Líquido, caracterizando-se pela confrontação das receitas obtidas pela empresa no desempenho de sua atividade com as despesas em que incorrem para obtê-las, assim tem-se a seguinte relação:

$$\text{Resultado} = \text{Receitas} - \text{Despesas}$$

No caso de o total de receitas de um período ser superior ao total de despesas necessárias para obtê-las, tem-se resultado positivo, o qual é denominado Lucro (superávit/sobra). Quando as despesas são superiores às receitas, tem-se resultado negativo e esse resultado recebe a denominação de Prejuízo (déficit/perda).

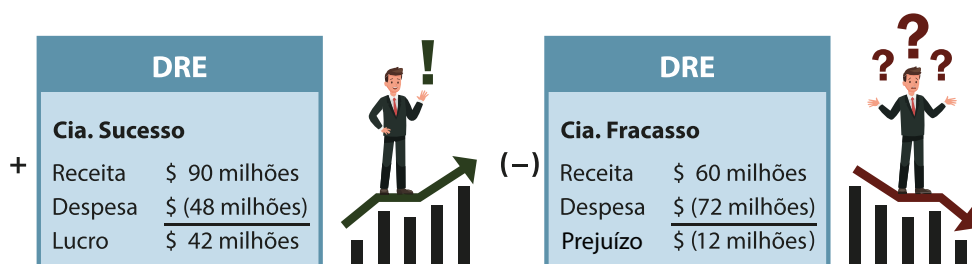


Figura 1 - Demonstração do Resultado do Exercício: empresa com lucro X empresa com prejuízo / Fonte: adaptada de Marion (2018, p. 72).

A partir do exposto, pode-se observar que, para a determinação do resultado, é necessário identificar o que são receitas, as quais provocam acréscimo no Patrimônio Líquido, e o que são despesas, que provocam diminuição no Patrimônio Líquido. Feito isso, é possível avaliar o efeito que tais operações causaram ao Patrimônio Líquido da empresa.

**APROFUNDANDO**

As receitas decorrentes de atos cooperativos recebem o nome de ingressos. Já as despesas decorrentes de atos cooperativos recebem o nome de dispêndios. Para atender às normas contábeis, a cooperativa deve registrar, separadamente, os ingressos e dispêndios, decorrentes de atos cooperativos, das receitas, custos e despesas, decorrentes de atos não cooperativos. De qualquer forma, os conceitos apresentados a seguir, sobre receitas e despesas, aplicam-se aos ingressos e dispêndios.

RECEITA

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), no item 4.25, apresenta a seguinte definição de receita:



[...] receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais; [...].

Achou complicado? Pois é, concordo. Por isso, em vez de compreender o conceito – que é muito importante por sinal, vamos utilizar exemplos para facilitar o entendimento.

A receita, de forma geral, está relacionada às vendas de mercadorias e produtos ou à prestação de serviços. Mas ela também pode ser decorrente de juros sobre aplicações financeiras, vendas de outros Ativos, descontos obtidos, aluguéis recebidos, entre outros.

Normalmente, a receita provoca aumento no Ativo, seja por entradas em caixa (exemplo: vendas à vista), seja pelo reconhecimento de direitos a receber (exemplo: vendas a prazo). Contudo, nem todo aumento de Ativo, representa receita. Por exemplo, quando uma empresa contrata um empréstimo bancário, o valor contratado é depositado na conta da empresa, ou seja, aumentou uma conta do Ativo chamada "Banco", contudo a contratação de empréstimos não representa uma receita.

A receita também pode provocar diminuição do Passivo. É o caso dos descontos, por exemplo. Vamos supor que uma empresa tenha feito uma compra significativa de um fornecedor, e, por uma questão de cortesia, o fornecedor conceda um desconto, assim esse desconto, que é uma receita, provoca diminuição de uma obrigação registrada no Passivo.



De qualquer forma, a receita sempre irá provocar um aumento no Patrimônio Líquido, afinal quanto mais receitas, maior é o resultado, que, por sinal, é registrado no grupo de Patrimônio Líquido. Contudo, o aumento do Patrimônio Líquido provocado pelo investimento dos sócios não caracteriza uma receita.



APROFUNDANDO

Acho que, agora, você já consegue compreender o conceito apresentado pelo CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line): a receita aumenta os benefícios econômicos por meio de entradas de recursos (caixa) ou aumento de Ativos (direitos) ou diminuição de Passivos (descontos), que resultam em aumentos do Patrimônio Líquido (resultados) e que não sejam relacionados com investimentos dos sócios.

DESPESA

O CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), no item 4.25, apresenta a seguinte definição de despesa:



[...] despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Ao contrário da receita, a despesa provoca diminuição nos benefícios econômicos. Segundo Marion (2018, p. 73), “a despesa é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter receita”. Por exemplo, para realizar uma venda, é necessário adquirir a mercadoria ou fabricar o produto, sendo assim, o gasto para comprar a mercadoria ou para fabricar o produto representa um sacrifício necessário para que haja a receita, ou seja, a venda.



APROFUNDANDO

Dessa maneira, todo o consumo de bens ou serviços com o objetivo de gerar receita é um sacrifício e, como tal, representa uma despesa. São exemplos de sacrifícios para gerar receita: gastos com salários e benefícios, energia, aluguel, seguros, impostos, taxas, juros sobre empréstimos e financiamentos, entre outros.

Essas despesas podem provocar a saída de caixa quando pagas à vista ou gerar obrigações que são registradas no Passivo. Contudo, nem toda saída de caixa ou obrigação refere-se a uma despesa. Por exemplo: a empresa JK Ltda. contratou um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00, do qual serão cobrados juros no valor de R\$ 3.000,00 ou seja, a empresa registrou uma dívida total com empréstimos no valor de R\$ 13.000,00. De todo esse montante, somente os R\$ 3.000,00 de juros é uma despesa.

Imagine se os empréstimos não tivessem juros, então a empresa receberia R\$ 10.000,00 do banco e, depois, pagaria os mesmos R\$ 10.000,00, ou seja, não haveria diminuição nos benefícios econômicos da empresa. Contudo, no exemplo

apresentado, a empresa recebeu R\$ 10.000,00, mas irá pagar R\$ 13.000,00, então teve maior saída de recursos do que recebimento, o que provoca uma diminuição nos benefícios de R\$ 3.000,00. Sendo assim, de toda a dívida e de todo o valor que irá sair do caixa em função do pagamento do empréstimo, somente os R\$ 3.000,00 serão contabilizados como despesa.

Além de saída do caixa ou geração de obrigação, a despesa pode ser decorrente da redução de outros Ativos. É o caso dos materiais de consumo, mercadorias ou produtos: enquanto estão no estoque, eles são Ativos, representando bens da empresa; quando são consumidos ou vendidos (sacrificados), eles são registrados como despesa. Isso acontece, também, com os imobilizados: quando adquiridos são registrados no Ativo, conforme são utilizados e perdem capacidade produtiva, são reconhecidos como despesa por meio da depreciação.

A despesa sempre provoca redução no Patrimônio Líquido, isso porque quanto mais despesas, menor é o resultado – e como você já sabe, o resultado é registrado no Patrimônio Líquido.



No entanto, a retirada de investimento dos sócios, por mais que também provoque a diminuição do Patrimônio Líquido, não representa uma despesa. Imagino que, agora, o conceito de despesa apresentado pelo CPC 00 (R1) tenha passado a fazer sentido para você: a despesa diminui os benefícios econômicos por meio da saída de recursos (caixa) ou redução de Ativos (consumo do estoque) ou aumento do Passivo (contas a pagar), que resultam em decréscimos do Patrimônio Líquido (resultado) e que não sejam referentes à distribuição de resultados aos sócios/proprietários.

A partir dos conceitos apresentados, é possível observar que, se as receitas forem superiores às despesas, como resultado se obtém lucro, ou a sobra, o que provoca o aumento no Patrimônio Líquido. Mas, se as receitas forem inferiores às despesas, como resultado se obtém prejuízo, ou perda, o que provoca redução no Patrimônio Líquido.

Contudo, apenas essa relação não possibilita a efetiva análise do desempenho da empresa ao longo do tempo ou a extração de conclusões, em termos de ações, que sejam úteis para a tomada de decisão. Com relação ao exposto, o item 4.27, do CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, on-line), apresenta o seguinte entendimento:



ZOOM NO CONHECIMENTO

As receitas e as despesas podem ser apresentadas na demonstração do resultado de diferentes maneiras, de modo a serem prestadas informações relevantes para a tomada de decisões econômicas. Por exemplo, é prática comum distinguir os itens de receitas e despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade daqueles que não surgem. Essa distinção é feita considerando que a origem de um item é relevante para a avaliação da capacidade que a entidade tem de gerar caixa ou equivalentes de caixa no futuro. Por exemplo, atividades incidentais como a venda de um investimento de longo prazo são improváveis de voltarem a ocorrer em base regular. Quando da distinção dos itens dessa forma, deve-se levar em conta a natureza da entidade e suas operações. Itens que resultam das atividades usuais de uma entidade podem não ser usuais em outras entidades.

Por existir a necessidade de se identificar os efeitos causados no Patrimônio Líquido, quer seja por atividades operacionais ou eventuais, foi estruturado um relatório específico, denominado Demonstração do Resultado do Exercício.

Nesse relatório, todas as contas de receitas e despesas são apresentadas em agrupamentos específicos. Ao final do período, o resultado final obtido na Demonstração

do Resultado é incorporado ao Patrimônio Líquido, possibilitando, assim, refletir, no Balanço Patrimonial, os efeitos do desempenho da empresa em determinado período.

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, a famosa DRE, é estruturada de forma a apresentar “como” a entidade chegou a determinado resultado. É por isso que ela se utiliza de uma forma dedutiva, ou seja, “a apuração do resultado começa com a receita total da empresa e, após isso, vai-se deduzindo todos os gastos ocorridos até resumir-se o lucro ou prejuízo líquido” (NASCIMENTO, 2018, p. 169).

Nesse sentido, a DRE também é considerada um relatório dinâmico, pois vai confrontando as receitas e as despesas até chegar ao resultado do período. Dessa confrontação, são gerados subtotais que auxiliam os usuários a identificar informações relevantes. É importante ressaltar que, por mais que se tenha uma estrutura padrão, a empresa pode detalhar as receitas ou as despesas e, ainda, acrescentar outros subtotais, se assim achar necessário.

Segue a descrição das receitas e despesas que compõem a Demonstração do Resultado do Exercício:



Receita Operacional Bruta: é o valor bruto de todas as vendas (mercadorias ou produtos) ou serviços prestados no período.

Impostos sobre vendas: são os impostos gerados no momento da venda ou prestação de serviços; variam proporcionalmente à venda. Exemplos: IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS.

Devoluções e abatimentos: são mercadorias ou produtos devolvidos por estarem em desacordo com o pedido. Pode ocorrer da empresa vendedora, na tentativa de evitar devolução, propor um abatimento no preço para compensar o prejuízo ao comprador.

Custo das vendas: corresponde ao custo necessário para vender o produto ou a mercadoria ou, ainda, para realizar o serviço. Essa expressão está relacionada com a característica de entidade:



ZOOM NO CONHECIMENTO

- Para empresas industriais, é denominado Custo do Produto Vendido (CPV) e compõe todos os gastos da fábrica (produção): matéria-prima, mão de obra, energia elétrica, manutenção, embalagem etc.
- Para empresas comerciais, é denominado Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e compõe o gasto da aquisição da mercadoria a ser revendida.
- Para empresas prestadoras de serviços, é denominado Custo dos Serviços Prestados (CSP) e compõe a mão de obra aplicada no serviço prestado mais o material utilizado nesse serviço.
- Despesas operacionais: os principais grupos de despesas operacionais são:
- Despesas com vendas: abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (despesas com o pessoal da área de vendas, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, marketing, provisão para devedores duvidosos etc.).
- Despesas gerais e administrativas: são aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. Exemplo: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguel de escritório, materiais de escritório, seguro da área administrativa, depreciação de móveis e utensílios, material de expediente etc.

Despesas financeiras: correspondem à remuneração pela utilização do capital de terceiros, como os juros sobre empréstimos ou financiamentos e despesas bancárias. Também se refere a descontos concedidos, juros de mora por atraso, correção monetária passiva etc.

Receitas financeiras: são as derivadas de aplicações financeiras, juros de mora recebidos, descontos obtidos etc.

Tributos sobre o lucro: corresponde aos valores de Imposto de Renda e Contribuição Social calculados sobre o lucro líquido do período de acordo com as regras fiscais.

Despesas não operacionais: são as despesas provenientes de transações alheias à atividade operacional da empresa, como o custo da venda de um Ativo Imobilizado.

Receitas não operacionais: são as receitas proveniente de transações alheias à atividade operacional da empresa, como a venda de um Ativo Imobilizado.

O relatório denominado Demonstração do Resultado corresponde à apresentação de forma detalhada e ordenada de todas as contas de receitas e despesas. A NBC TG 26 (R5) (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2017, on-line), item 103, apresenta o modelo de análise baseado na função da despesa, o qual deve apresentar, no mínimo, as seguintes rubricas:

Receita	X
Custo dos produtos e serviços vendidos	(X)
Lucro bruto	X
Outras receitas	X
Despesas de vendas	(X)
Despesas administrativas	(X)
Outras despesas	(X)
Resultado antes dos tributos	X

Quadro 1 - DRE: método função da despesa / Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2017, on-line).

A partir da estrutura mínima apresentada, verifica-se que o resultado obtido pela empresa nas suas atividades principais é evidenciado na parte superior da DRE (Lucro bruto), pela confrontação das receitas de vendas ou serviços (Receita) e pelas despesas diretamente associadas a essas receitas (Custo dos produtos e serviços vendidos).

Assim, obtém-se o “Resultado Bruto”, “Resultado Bruto com Mercadorias”, “Resultado com Serviços” ou “Lucro Bruto” – todos estes termos são sinônimos. O Resultado Bruto representa uma medida da capacidade da empresa em exercer as atividades a que se propõe. Também, fornece uma medida sobre a capacidade da empresa em colocar seus produtos e serviços no mercado, cobrindo os custos de aquisição ou produção e gerando uma margem sobre esses custos. A margem resultante serve para cobrir os demais gastos com a estrutura da empresa, e, como consequência, obtém-se o resultado do período.

Assim, as receitas e despesas podem ser apresentadas em determinados grupos conforme modelo apresentado a seguir. Mas lembrando que você pode vir

a observar estruturas diferentes dependendo da entidade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PERÍODO DE .../.../... A .../.../...	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
	Vendas de Produtos
	Vendas de Mercadorias
	Prestação de Serviços
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
	Devoluções de Vendas
	Abatimentos
	Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	
(-) CUSTOS DAS VENDAS	
	Custo dos Produtos Vendidos
	Custo das Mercadorias
	Custo dos Serviços Prestados
(=) LUCRO BRUTO	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
	Despesas com Vendas
	Despesas Gerais e Administrativas
(=) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	
(-) TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	
	Imposto de Renda
	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
(=) RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
(+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	

Quadro 2 - Modelo da Demonstração do Resultado do Exercício / Fonte: adaptado de Conselho Federal de Contabilidade (2017, on-line).

As normas contábeis determinam que a elaboração da DRE deve seguir o regime de competência, ou seja, o reconhecimento das receitas e despesas deve ocorrer no momento do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento. Por exemplo, a venda é o fato gerador da receita, então, não importa se a venda é à vista ou a prazo, no momento da realização da venda, deve-se reconhecer a receita.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DA COOPERATIVA COOPERAÇÃO PERÍODO DE 01/01/20XX A 31/12/20XX	
INGRESSO E RECEITA OPERACIONAL BRUTA	890.000
Vendas de Produtos	890.000
(-) DEDUÇÕES DO INGRESSO E RECEITA BRUTA	(145.000)
Devoluções de Vendas	(10.000)
Abatimentos	(30.000)
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas	(105.000)
(=) INGRESSO E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	745.000
(-) DISPÊNDIO E CUSTOS DAS VENDAS	(520.000)
(=) SOBRA E LUCRO BRUTO	(225.000)
(-) DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(120.000)
Dispêndios e Despesas com Vendas	(50.000)
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas	(70.000)
(=) SOBRA E LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	105.000
(-) DISPÊNDIOS E DESPESAS FINANCEIRAS	(7.000)
(+) INGRESSOS E RECEITAS FINANCEIRAS	5.000
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	103.000
(-) IMPOSTO DE RENDA	(10.000)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	(8.000)
(=) SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.000
(-) DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	(12.750)
Reserva legal	(8.500)
RATES	(4.250)
(=) SOBRA A DISPOSIÇÃO DA A.G.O	72.250

Quadro 3 - Demonstração de Sobras ou Perdas da Cooperativa CooperAção / Fonte: as autoras.

Esse exemplo de Demonstração de Sobras ou Perdas pode ser utilizado para divulgação da cooperativa, lembrando que é necessário manter relatórios auxiliares que apresentam o valor exato tanto dos ingressos e dispêndios, decorrentes de atos cooperativos, assim como o valor das receitas e das despesas, decorrentes de atos não cooperativos.

Essa segregação é fundamental para a apuração dos impostos a serem recolhidos, tendo em vista que o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidem somente sobre os atos não cooperativos.

A título de exemplo, segue a Demonstração de Sobras ou Perdas da Coamo Agroindustrial Cooperativa.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018
(Valores expressos em R\$ 1,00)

	2019	2018
INGRESSO E RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	13.390.572.840	14.241.661.405
(-) Impostos e contribuições s/ ingresso e receita de vendas e serviços ...	194.939.458	175.037.877
INGRESSO E RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	13.195.633.382	14.066.623.528
(-) CUSTO DOS INGRESSOS/VENDAS E SERVIÇOS	10.607.892.983	11.061.700.955
SOBRA E LUCRO BRUTO	2.587.740.399	3.004.922.573
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS	255.244.711	214.370.127
Atividade operacional	209.145.989	191.003.743
Venda de imobilizado	32.358.493	11.168.657
Equivalência patrimonial de controladas	9.275.491	7.200.988
Resultado de participações em sociedades cooperativas	1.107.739	2.243.138
Receita com subvenção governamental	3.356.999	2.753.601
(-) DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.913.933.282	1.991.372.907
Com pessoal	551.480.559	516.281.157
Administrativa	529.550.255	533.700.227
Depreciação, amortização e exaustão	90.324.822	154.199.179
Tributária	28.512.744	27.342.362
Comercial	714.064.902	759.849.982
SOBRA E LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	929.051.828	1.227.919.793
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(111.381.350)	(386.664.372)
Ingresso e receita financeira	323.464.707	341.382.522
(-) Dispêndio e despesa financeira	434.846.057	728.046.894
SOBRA E LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL	817.670.478	841.255.421
(-) Imposto de renda	18.219.853	29.568.621
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	7.023.335	11.303.515
SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	792.427.290	800.383.285
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Reserva legal	69.397.805	72.193.587
Reserva de assistência técnica educ. e social	63.795.996	80.736.978
Reserva de desenvolvimento	294.007.997	281.943.837
Reserva de incentivos fiscais	3.356.999	2.753.601
Reserva para cobertura riscos e auto seguro	545.000	4.372.407
Ajuste de avaliação patrimonial	(350.908)	-
Sobras a distribuir "ad referendum" da A.G.O.	361.674.401	358.382.875
TOTAL DAS DESTINAÇÕES	792.427.290	800.383.285

Figura 2 - Demonstração de Sobras ou Perdas Coamo / Fonte: Coamo (2019, on-line)3.

Conforme foi abordado, as cooperativas obtêm ingressos e dispêndios para atos cooperados e receitas e despesas para atos não cooperados, assim, na Demonstração de Sobras ou Perdas, apresentam-se ambas as nomenclaturas, o que significa que os valores são decorrentes tanto de atos cooperados quanto de atos não cooperados.

Perceba que, após apurar a sobra, o demonstrativo da cooperativa já apresenta as destinações, até chegar à sobra à disposição da A.G.O.

Em seu artigo, Alves (2019) utiliza a descrição de Polonio (2004) para explicar a não tributação do Imposto de Renda nos atos cooperativos:

APROFUNDANDO

“É que os resultados apurados pelas sociedades cooperativas (sobras) são tributados nas pessoas dos associados cooperados, como se eles próprios tivessem produzido tais resultados. E, na verdade, o foram, pois as sociedades cooperativas [...] não atuam em seu próprio nome, mas em nome dos associados”.

Fonte: Alves (2019, on-line)⁴.

Outras demonstrações financeiras

Você irá conhecer, agora, o propósito e a estrutura das demais demonstrações contábeis. Os exemplos utilizados se aplicam a qualquer tipo de empresa, inclusive às cooperativas. Contudo, nas cooperativas, é necessário utilizar as contas e terminologias próprias. Por exemplo, onde você observar o termo “lucro”, lembre-se de que, nas cooperativas, esse termo deve ser substituído por “sobras” e assim por diante.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) evidencia as modificações do Patrimônio Líquido decorrentes de receitas, despesas e outros eventos que não são reconhecidos no resultado (DRE) imediatamente, ou seja, sua realização ainda contém um grau de incerteza. Perdas não realizadas em investimentos financeiros são exemplos de despesas que compõem a DRA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODO DE .../.../... A .../.../...
Resultado Líquido do Período
(+/-) Outros Resultados Abrangentes
Variação de Reserva de Reavaliação (Quando Existente)
Ganhos/Perdas em Planos Previdência Complementar Ou Conversão das Demonstrações Contábeis p/ Exterior
Ajuste de Avaliação Patrimonial
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas pela Eq. Patrimonial)
(=) Resultado Abrangente do Período

Quadro 4 - Modelo da Demonstração do Resultado Abrangente
Fonte: adaptado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011, on-line).

Conforme os resultados abrangentes forem sendo realizados efetivamente (por exemplo, baixa de investimentos realizados no exterior ou baixa de Ativos financeiros disponíveis para venda), eles devem ser reclassificados como resultado, compondo, assim, a DRE correspondente ao período no qual foram realizados.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido fornece informações referentes às diversas movimentações ocorridas nas contas do Patrimônio Líquido durante o exercício social. Dessa forma, todo acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido é evidenciado por meio dessa demonstração.



ZOOM NO CONHECIMENTO

A DMPL evidencia as mutações do Patrimônio Líquido de forma global (novas integrações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações) e, também, as mutações internas (incorporações de reservas de capital, transferências de sobras para reservas e vice-versa). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de sua instrução nº 59, de 22 de dezembro de 1986, tornou obrigatória a divulgação da DMPL por empresas de capital aberto. A DMPL é um instrumento importante para as empresas que tenham seu Patrimônio Líquido formado por diversas contas e mantenham com elas constantes transações, por exemplo, as empresas que têm seu capital dividido em ações.

Como a DMPL é um relatório bastante complexo, para facilitar sua compreensão, não vamos utilizar o exemplo divulgado nas normas contábeis. Segue um exemplo elaborado especialmente para você, considerando informações fictícias de uma cooperativa.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL						
COMPONENTES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RATES	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de X0	200.000	10.000	5.000		50.000	265.000
DELIBERAÇÕES DA AGO						
Sobras distribuídas					(15.000)	(15.000)
Entrada e saída de sócios	10.000					10.000
SOBRAS/RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					40.000	40.000
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS						

BALANÇO PATRIMONIAL DA COOPERATIVA COOPERAÇÃO ENCERRADO EM 31/12/20XX						
COMPONENTES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RATES	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAL
Rates – Lucro com não associados						
Rates – Associados			2.000		(2.000)	
Reserva legal – Associados		4.000			(4.000)	
Saldo em 31 de dezembro de X1	210.000	14.000	7.000		69.000	300.000

Quadro 5 - Modelo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Fonte: as autoras.

Perceba que dos R\$ 265.000,00 do Patrimônio Líquido de X0, R\$ 200.000,00 eram de Capital Social (quotas partes dos associados), R\$ 10.000,00 de Reserva legal, R\$ 5.000,00 de RATES, e R\$ 50.000,00 de sobras à disposição da AGO. Durante o ano de X1, a cooperativa distribuiu R\$ 15.000,00 de suas sobras e apurou uma nova sobra de R\$ 40.000,00.


INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade das Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas

Sinopse: este livro aborda aspectos tributários, previdenciários e fiscais referentes às Sociedades Cooperativas, em especial as de agronegócio e de trabalho. A obra faz uma revisão da Teoria da Contabilidade para, então, discutir os aspectos contábeis das transações e demonstrações contábeis. Apresenta exemplos práticos de diversas operações características às cooperativas de agronegócio e de trabalho.



Atendendo as determinações, 10% da sobra apurada (R\$ 4.000,00) foi distribuída para Reserva legal, e 5% (R\$ 2.000,00) para RATES. Com essas alterações, o Patrimônio Líquido da cooperativa encerrou o ano de X1 com valor total de R\$ 300.000,00.

Mesmo já tendo apresentado a distribuição das sobras na Demonstração de Sobras ou Perdas, o demonstrativo destinado a essa informação é a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

No Brasil, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) passou a ser obrigatória para as sociedades anônimas e empresas de grande porte a partir de 2008. Para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na data do balanço, não é obrigatória a elaboração e a publicação da DFC.

A DFC é feita pelo regime de caixa, ou seja, acompanha as entradas e saídas de recursos no caixa e seus equivalentes. Assim, a DFC deve indicar, no mínimo, as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando essas alterações em, no mínimo, três fluxos de atividade:

ATIVIDADES OPERACIONAIS

são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento. Exemplos: recebimento de clientes e pagamento de fornecedores.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

são referentes à aquisição e à venda de Ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Exemplos: compra ou venda de equipamentos, compra ou venda de ações de outras empresas.

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade e que não são classificadas como atividade operacional. Exemplos: contratação de empréstimos ou financiamentos e a participação de novos associados.

Essa demonstração será obtida, de forma direta, a partir da movimentação do caixa e equivalentes a caixa, ou de forma indireta, com base no lucro/ prejuízo do exercício. A DFC apresentada pelo método direto facilita a visualização e a compreensão do fluxo financeiro, demonstrando recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa, possibilitando a avaliação do comportamento do seu nível de solvência.

Neste método, são apresentados os componentes dos fluxos por seus valores brutos, ao menos para os itens mais significativos dos recebimentos e pagamentos.

A DFC apresentada pelo método indireto demonstra os recursos gerados pela empresa por meio da conciliação do Resultado Líquido do Exercício com a efetiva variação do caixa, exigindo do analista um conhecimento de Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
PERÍODO DE .../.../... A .../.../...	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
	Resultado Líquido
	(+) Depreciação
	Aumento/Redução de Duplicatas a Receber
	Aumento em Duplicatas Descontadas
	Aumento em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
	Aumento/Redução em Estoques
	Aumento/Redução em Fornecedores
	Redução de Salários a Pagar
	Outros
	Caixa Líquido das Atividades Operacionais
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
	Pagamento na Compra de Imobilizado
	Recebimento pela Venda de Imobilizado
	Outros
	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
	Integralização de Aumento de Capital
	Amortização de Empréstimos e Financiamentos
	Recebimento/Pagamento de Dividendos
	Novas Captações de Empréstimos e Financiamentos
	Outros
	Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos

BALANÇO PATRIMONIAL DA COOPERATIVA COOPERAÇÃO ENCERRADO EM 31/12/20XX
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA
SALDO INICIAL DE CAIXA
SALDO FINAL DE CAIXA

Quadro 6 - Modelo da Demonstração dos Fluxos de Caixa / Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2010, on-line).

Segundo Gelbcke *et al.* (2018, p. 631), a DFC tem como objetivo primário “prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, [...], e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa”.

Como foi abordado, a DFC divide as movimentações do caixa segundo as atividades operacionais de investimento e de financiamento. Por fim, ela faz um comparativo no saldo inicial e final da conta caixa e equivalentes de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi estabelecida pela Lei nº 11.638/07, que tornou obrigatória sua divulgação, a partir de 2008, pelas sociedades anônimas de capital aberto. A legislação determina que a DVA deve indicar “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída” (BRASIL, 1976, on-line).

De acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (COMI- TÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2008, on-line), “a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas”.

Ainda segundo o CPC 09 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2008, on-line), a distribuição da riqueza deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- a) pessoal e encargos;
- b) impostos, taxas e contribuições;
- c) juros e aluguéis;
- d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

A utilidade da DVA é notória do ponto de vista macroeconômico, pois, conceitualmente, a somatória dos valores adicionados de um país representa seu Produto Interno Bruto (PIB). E, no caso da DVA, ela apresenta “a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do PIB” (GELBKE *et al.*, 2018, p. 667).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PERÍODO DE .../.../... A .../.../...
1 – RECEITAS
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2) Outras receitas
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos
2.4) Outras (especificar)
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
6.1) Resultado de equivalência patrimonial
6.2) Receitas financeiras
6.3) Outras
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)
8.1) Pessoal

BALANÇO PATRIMONIAL DA COOPERATIVA COOPERAÇÃO ENCERRADO EM 31/12/20XX	
8.1.1 – Remuneração direta	
8.1.2 – Benefícios	
8.1.3 – F.G.T.S	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.2.1 – Federais	
8.2.2 – Estaduais	
8.2.3 – Municipais	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.1 – Juros	
8.3.2 – Aluguéis	
8.3.3 – Outras	
8.4) Remuneração de capitais próprios	
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio	
8.4.2 – Dividendos	
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ con- solidação)	

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Quadro 7 - Modelo da Demonstração do Valor Adicionado (Empresas em Geral) / Fonte: adaptado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008, on-line).

Como você pode observar, do item 1 ao 7, a DVA demonstra como a empresa gerou riqueza, enquanto, no item 8, a DVA apresenta como esta riqueza foi distribuída.

Em suma, a DVA demonstra ao usuário o quanto cada companhia criou de riqueza e como distribuiu aos agentes econômicos que ajudaram a criar essa riqueza. Por esse motivo, a DVA se apresenta como um relatório que permite à em- presa demonstrar qual a sua contribuição para a sociedade na qual está inserida.

Como você pôde perceber, de toda a riqueza gerada pela cooperativa, a maior parte é distribuída na forma de remuneração de capitais próprios.

NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e devem divulgar as informações necessárias para a adequada compreensão das respectivas demonstrações.

Conforme determina a Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976, on-line), as notas explicativas devem indicar:

- a) Os principais critérios de avaliação de elementos patrimoniais.
- b) Os investimentos em outras sociedades, quando relevantes.
- c) O aumento de valor de elementos do Ativo resultante de novas avaliações.
- d) Os ônus reais constituídos sobre elementos do Ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.
- e) A taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo.
- f) O número, espécies e classes das ações do Capital Social.
- g) As opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício.
- h) Ajustes de exercícios anteriores.
- i) Eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

A Lei nº 6.404/76, conforme descrito anteriormente, determina as informações mínimas a serem divulgadas nas notas explicativas. Contudo, cada empresa pode acrescentar dados, não importando a quantidade, que achar necessários para uma correta compreensão das demonstrações contábeis.

A título de exemplo, segue a Nota Explicativa da Coamo, referente à conta contábil “Capital Social Integralizado”.

NOTA 22.20 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Capital social subscrito	326.433.760	303.108.911
(-) Capital social a integralizar	70.016	48.457
Capital social integralizado	326.363.764	303.060.454
Valor da quota-parte	4,54	4,54
Número de quotas-partes	71.886.292	66.753.404
Número de associados	29.115	28.690

Figura 3 - Notas Explicativas da Coamo / Fonte: Coamo (2019, on-line)3.

Dessa forma, as notas explicativas representam informações complementares sobre as demonstrações contábeis, permitindo uma melhor compreensão delas.

NOVOS DESAFIOS

Estudante, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as alterações ocorridas no grupo de contas que compõem o Patrimônio Líquido. A Demonstração dos Fluxos de Caixa corresponde às transações que envolvem as contas de caixa e seus equivalentes. Outras demonstrações e relatórios foram abordados nesta unidade com a finalidade de apresentar uma estrutura de dados gerados pela Contabilidade.

O objetivo não foi ensinar a elaborar as demonstrações contábeis, mas, sim, proporcionar conhecimento acerca da estrutura e informações geradas por cada uma delas.

Ao entender a Contabilidade, é possível compreender o objetivo das demonstrações contábeis: oferecer informação sobre a posição financeira (Balanço Patrimonial) e o desempenho (Resultado), que é útil para a tomada de decisão por uma vasta gama de usuários que podem e outros que não podem exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades (SZUSTER *et al.*, 2013).

AUTOATIVIDADE

1. A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo apresentar a movimentação operacional de uma empresa em um determinado ano. Sobre os elementos que compõem a DRE, leia as afirmações a seguir.

- I - Receita Líquida refere-se à soma das vendas ligadas aos equipamentos do imobilizado.
- II - O CMV equivale ao custo das mercadorias do estoque, baixados no momento da venda.
- III - O lucro líquido do exercício é influenciado por resultado das atividades não relacionadas à atividade principal de uma empresa, como, por exemplo, locação ou venda de Ativos Imobilizados.
- IV - Lucro Líquido é o resultado obtido pela equivalência patrimonial de uma empresa em um determinado período.

Está correto o que se afirma em:

- a) Somente II.
 - b) Somente I e II.
 - c) Somente II e III.
 - d) Somente III e IV.
 - e) Somente I, II e IV.
2. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (materiais) destinados à manutenção das atividades da empresa e que permanecerão por período indeterminado como ativos devem ser classificados no grupo de contas "Ativo Imobilizado". São exemplos desses bens:

- I - Equipamentos.
- II - Móveis e utensílios.
- III - Instalações.
- IV - Mercadorias.
- V - Duplicatas a receber.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) III, IV e V, apenas.
- d) I, III, IV e V, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

AUTOATIVIDADE

3. Uma das finalidades da Contabilidade é demonstrar, periodicamente, a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas por meio de demonstrações contábeis. Com relação às demonstrações contábeis, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I - O conjunto de demonstrações contábeis também engloba as Notas Explicativas.

Porque

II - Nas Notas Explicativas, são apresentadas informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão dos itens constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

A respeito dessas asserções assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 - c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
 - e) As asserções I e II são proposições falsas.
4. Segundo o art. 176, da Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976), ao fim de cada exercício social, a diretoria da empresa deve elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - Balanço Patrimonial;

II - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;

III - Demonstração do Resultado do Exercício (que pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido);

IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa; e

V - se companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado.

Descreva qual é o objetivo básico da elaboração das demonstrações financeiras.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Altras, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Altas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REFERÊNCIAS

- LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018. NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.
- VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

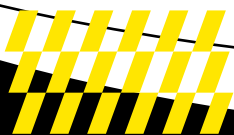
REFERÊNCIA ON-LINE

- 1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-csll-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. C.
2. A.
3. A.
4. O objetivo básico das demonstrações financeiras é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e avaliação dos resultados operacionais. As demonstrações apresentam elementos que possibilitam aos empresários e administradores o planejamento e o controle do patrimônio da entidade e de suas atividades sociais.

unidade





TEMA DE APRENDIZAGEM 7

CONTABILIDADE DE CUSTOS

MINHAS METAS

- Reconhecer a importância da apuração dos custos para a subsistência das empresas.
- Conhecer os conceitos e as terminologias específicas da Contabilidade de Custos.
- Diferenciar gastos fixos de gastos variáveis.

INICIE SUA JORNADA

Enquanto a Contabilidade Financeira olha para o contexto geral da empresa, de forma a divulgar sua situação patrimonial e econômica, como foi possível observar nos capítulos anteriores, a Contabilidade de Custos coleta, classifica e registra os dados operacionais das diversas atividades da entidade, denominados de dados internos, bem como, algumas vezes, coleta e organiza dados externos.

Os dados coletados podem ser tanto monetários como físicos, alguns exemplos de dados físicos operacionais: unidades produzidas, horas trabalhadas, espaço utilizado, horas máquina, quantidade de aquisições, quantidade de materiais, ordens de produção, lotes de produção, metros, quilowatts, quilos, litros, toneladas, gramas, metros cúbicos entre outros.

Independentemente se uma organização é ou não cooperativa, ela precisa estabelecer um controle de custos visando uma redução dos defeitos, dos desperdícios de matérias-primas e de insumos, de energia, dos retrabalhos etc.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Conforme descrevem Fragalli e Castro (2018), antes da Revolução Industrial (século XVIII), era extremamente simples calcular o resultado das transações comerciais, isso porque as transações eram basicamente de compra e venda de mercadorias já prontas ou manufaturadas. Sendo assim, bastava saber o valor gasto com a mercadoria para atribuir uma margem a esse valor e, assim, definir o preço de venda.

Após a Revolução Industrial, esse processo se tornou muito mais complexo. Segundo Martins (2018, p. 4), o “valor de compras” na empresa comercial estava agora substituído por uma série de valores pagos pelos fatores de produção utilizados, tais como matéria-prima, mão de obra, máquinas, energia etc.”.

Nas empresas industriais, os produtos disponíveis para venda provêm de um processo extenso, em que, durante sua realização, diversos fatores vão agregando valor ao produto gerado (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

Sendo assim, desde a compra da matéria-prima até a finalização do produto, são vários os gastos envolvidos, como materiais secundários, mão de obra, má-

quinas e equipamentos, energia elétrica, entre outros. Todos esses gastos devem compor o custo do produto. Este valor, por sua vez, pode ser levado em consideração para definição do preço de venda.

Além de influenciar na determinação dos preços dos produtos, Fragalli e Castro (2018) descrevem que a apuração dos custos de produção proporciona informações fundamentais para a gestão da empresa, como identificar os processos mais onerosos, verificar a ocorrência de desperdícios, analisar formas de melhorias na produção, entre outros dados que auxiliam na performance industrial.

**APROFUNDANDO**

Em função do nível de competitividade existente entre as empresas, hoje em dia, a gestão dos custos se torna algo fundamental. Segundo Fragalli e Castro (2018, p. 18), para uma empresa ser competitiva, é necessário "estabelecer um controle de custos visando uma redução dos defeitos, dos desperdícios de matérias-primas e de insumos, de energia, de retrabalhos etc."

Esta realidade também se aplica às cooperativas, afinal a união dos cooperados é, justamente, para adquirir forças para conseguirem competir no mercado.

Quando uma empresa tem controle dos seus custos, o valor agregado em cada etapa do processo é conhecido, o que torna possível localizar com mais facilidade em que área ela deve concentrar seus esforços.

CONCEITOS E TERMINOLOGIAS UTILIZADAS NA CONTABILIDADE DE CUSTOS

Para a avaliação dos resultados alcançados pelas organizações, é necessário conhecer os conceitos utilizados e as abordagens que são usadas interna e externamente pelos gestores. E, quando se fala em resultado, independentemente se o empreendimento é ou não uma cooperativa, associação, fundação, se tem objetivos relacionados à lucratividade ou não, ele precisa saber qual é sua performance, às vezes, chamado de lucro ou prejuízo, sobras ou perdas, superávit ou déficit.



Por isso, antes de estudarmos os tipos, métodos, cálculos, dentre outros mecanismos utilizados na apuração do custo, é necessário conhecer alguns conceitos básicos que facilitarão o entendimento.

GASTO

De acordo com Martins (2018, p. 9), o gasto representa a “compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)”. Como exemplos de gastos, podemos citar: compra de equipamentos, de matéria-prima, de materiais, de energia, contratação de mão de obra, impostos, aluguéis etc.

Mesmo gerando uma obrigação, é importante entender que pagamento e gasto são eventos distintos e, geralmente, ocorrem em momentos diferentes (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

DESEMBOLSO

De acordo com Martins (2018), o desembolso se refere ao pagamento resultante da aquisição do bem ou do serviço e pode ocorrer antes, durante ou após o recebimento do item de compra.

Sendo assim, o gasto é reconhecido no momento da compra, já o desembolso, no momento do pagamento. Quando a compra é à vista, ambos ocorrem simultaneamente. Quando a compra é a prazo, no momento da compra, se reconhece o gasto, e, no momento do pagamento, o desembolso. Quando o pagamento for

antecipado, no momento do pagamento, se reconhece o desembolso, e, somente quando a compra for recebida, será reconhecido o gasto.

INVESTIMENTO

Segundo Fragalli e Castro (2018, p. 20), “os investimentos representam gastos que são ativados (alocados no Ativo da empresa) em função de sua vida útil ou de benefícios que serão gerados em períodos futuros”.

De acordo com Martins (2018, p. 10):



Todos os sacrifícios havidos pela aquisição de bens ou serviços (gastos) que são “estocados” nos Ativos da empresa para baixa ou amortização quando de sua venda, de seu consumo, de seu desaparecimento ou de sua desvalorização são especificamente chamados de investimentos.

APROFUNDANDO

Existem diversas formas de investimento: aplicações financeiras, compra de mercadorias, matéria-prima ou materiais para o estoque e, também, compra de máquinas e equipamentos, móveis, imóveis para o imobilizado.

É importante deixar claro que, no caso dos investimentos aplicados no estoque e no imobilizado, conforme eles são consumidos, eles são transferidos para custo, quando consumidos no processo produtivo, ou para despesa, quando consumidos na área administrativa da empresa.

CUSTO

O custo compreende todo o gasto relativo aos recursos (bens ou serviços) utilizados na produção de outros bens ou serviços, ou seja, o custo está relacionado com o processo produtivo da empresa (FRAGALL; CASTRO, 2018).

De acordo com Martins e Rocha (2015), o uso de recursos pode ocorrer de três formas:

- Consumo: energia elétrica, água, aluguel etc.
- Utilização: máquinas, equipamentos, infraestruturas (por meio da depreciação) etc.
- Transformação: matéria-prima, mão de obra, materiais secundários etc.

O uso de tais recursos só se caracteriza como custo quando utilizados no processo produtivo da empresa, ou seja, o consumo de energia ou quaisquer outros recursos pelo setor administrativo não representam custo.



É importante deixar claro que, quando falamos em processo produtivo, não estamos nos referindo, exclusivamente, à fabricação de produtos, este conceito se aplica à prestação de serviços também. Sendo assim, se considerarmos a realidade de um hospital, os gastos referentes à prestação de serviços aos pacientes serão considerados custos, já os gastos para administrar o hospital serão classificados como despesa.

É importante deixar claro que o custo só é reconhecido no momento da sua utilização pelos fatores de produção. Por exemplo, enquanto a matéria-prima está estocada, aguardando para ser utilizada, ela é tida como "investimento". No momento em que ela é requisitada pelo departamento produtivo e utilizada na fabricação, passa a representar um custo de produção (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

Segundo Fragalli e Castro (2018, p. 22), são exemplos de custos do processo produtivo, também conhecidos como fatores de produção:

- matérias-primas consumidas ou transformadas.
- materiais auxiliares.
- Mão de obra produtiva.
- salário e benefícios dos gerentes da área industrial.
- custos gerais de fabricação – depreciação, energia elétrica, água etc.
- serviços de apoio à produção – manutenção, almoxarifado, etc.
- seguros contra incêndio e demais riscos da fábrica.

Os custos de produção são classificados e ordenados em três grandes grupos: materiais, mão de obra e custos indiretos de fabricação. Esses elementos serão estudados posteriormente.



APROFUNDANDO

Pela própria definição de custo, podemos entender, ainda mais sabendo da origem histórica, por que se generalizou a ideia de que a Contabilidade de Custos se volta predominantemente para a indústria. É aí que existe a produção de bens e onde a necessidade de seu custeamento se torna presença obrigatória. Em inúmeras empresas de serviços, todavia, passou-se a utilizar seus princípios e suas técnicas de maneira apropriada em função da absoluta similaridade de situação, principalmente nas entidades em que se trabalha por projeto (empresas de engenharia, escritórios de auditoria, de planejamento etc.).

Fonte: Martins (2018, p. 11).

DESPESA

Favero *et al.* (2011, p. 102) descrevem que “despesa representa o sacrifício de recursos com que a entidade se vê obrigada a arcar para a obtenção da receita”.

Sendo assim, enquanto o custo está relacionado ao processo de fabricação do produto ou à prestação de serviços, a despesa está relacionada à gestão necessária para que a empresa consiga atingir seus resultados. Por exemplo, após fabricar o produto, para poder comercializá-lo, a empresa precisa de vendedores, de gestores, ela necessita pagar impostos, entre outros gastos, classificados como despesa.

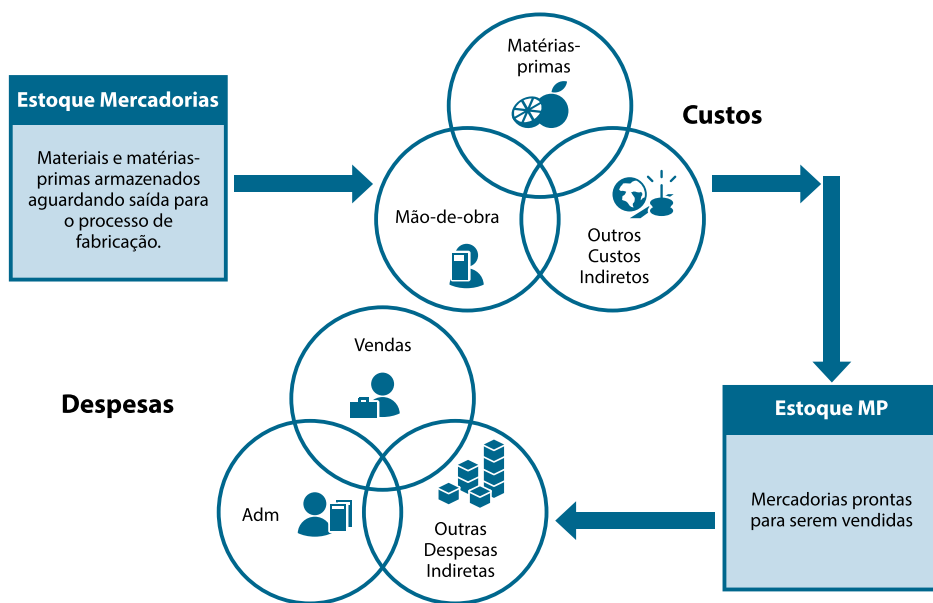


Figura 1 - Processo de geração de custos e despesas / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Materiais e matérias-primas armazenados aguardando saída para o processo de fabricação. mão-de-obra -Matérias-primas - Outros custos indiretos / Custos / Estoque MP = Mercadorias prontas para serem vendidas = Outras despesas indiretas, vendas e adm.

A Figura 1 demonstra a geração de custos e despesas na empresa, ou seja, o consumo de recursos no processo produtivo gera custos, já o consumo de recursos na gestão e comercialização gera despesas.

PERDA

A perda se refere ao consumo de recursos de forma anormal ou involuntária, por exemplo, perdas por incêndio, alagamento, vazamento ou os desperdícios de matéria-prima, devido à quebra de máquinas ou equipamentos, entre outros.

Segundo Oliveira e Perez Júnior (2012, p. 23), as perdas representam “gastos anormais ou involuntários que não geram um novo bem ou serviço e tampouco geram receitas e são apropriados diretamente no resultado do período em que ocorrem”.



ZOOM NO CONHECIMENTO

É importante deixar claro que, nos processos produtivos, existe um nível de sobra considerado normal. Por exemplo, na indústria de móveis, é normal haver sobras de madeira decorrente do corte, essa sobra já prevista deve ser reconhecida como custo. No entanto, se, por causa de um erro operacional, houver uma sobra anormal, inesperada, essa deve ser reconhecida como perda.

RECEITA

As receitas provocam aumento na situação líquida da empresa e, normalmente, resultam da venda de mercadorias, produtos ou serviços, mas, também, podem originar de juros sobre aplicação financeira, descontos obtidos na aquisição de matéria-prima, entre outros (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

Vale ressaltar que, assim como o gasto não ocorre, necessariamente, no momento do desembolso, a receita também não ocorre, necessariamente, no momento do recebimento. Isso porque a Contabilidade determina a utilização do regime de competência.

Pelo regime de competência, a receita, assim como a despesa, deve ser reconhecida no período em que ocorre, independentemente do recebimento ou pagamento. Sendo assim, a receita de vendas a prazo deve ser reconhecida na Demonstração do Resultado no período em que ocorrerem as vendas, não importando o prazo para recebimento.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Gastos anormais decorrentes do processo produtivo, mas de valores irrelevantes, considerando o produto final, devem ser classificados como perdas?

Será que vale a pena dispensar tempo na classificação de itens como custo ou perda quando o valor é insignificante para o processo?

Classificação dos gastos em relação ao volume de produção

Com relação ao volume de produção e venda, os gastos podem ser classificados em variáveis ou fixos.

GASTOS VARIÁVEIS

São gastos (custos e despesas) que são afetados diretamente pelo volume de produção ou venda, ou seja, o total dos gastos variáveis cresce ou diminui à medida que o volume de atividades da empresa é maior ou menor.



ZOOM NO CONHECIMENTO

São exemplos de custos variáveis: mão de obra direta, matéria-prima, embalagens etc. E são exemplos de despesas variáveis: comissões de vendas, impostos e tributos sobre as vendas, fretes e carretos etc.

Segundo Oliveira e Perez Junior (2012, p. 70), os custos variáveis possuem as seguintes características:

- Seu valor total varia na proporção direta do volume de produção.
- O valor é constante por unidade, independentemente da quantidade produzida.
- A alocação aos produtos ou centros de custos é, normalmente, feita de forma direta, sem necessidade de utilização de critérios de rateio.

A tabela a seguir exemplifica o comportamento dos gastos variáveis.

PERÍODO	QUANTIDADE PRODUZIDA OU VENDIDA	VALOR DA MATÉRIA-PRIMA OU COMISSÃO	GASTO UNITÁRIO
Janeiro	700	R\$ 24.500,00	R\$ 35,00
Fevereiro	800	R\$ 28.000,00	R\$ 35,00
Março	1.000	R\$ 35.000,00	R\$ 35,00
Abril	500	R\$ 17.500,00	R\$ 35,00
Maio	1.200	R\$ 42.000,00	R\$ 35,00

Tabela 1 - Gastos variáveis: matéria-prima / Fonte: as autoras.

A tabela demonstra o comportamento tanto de um custo variável, representado pela matéria-prima, quanto de uma despesa variável, representada pela comissão. Perceba que o gasto unitário permanece sempre o mesmo, ou seja, R\$ 35,00, mas o montante total do gasto aumenta ou diminui na mesma proporção do volume de produção ou venda.

A figura a seguir demonstra o comportamento dos gastos (custos e despesas) variáveis em relação à quantidade produzida ou, mesmo, à quantidade vendida.

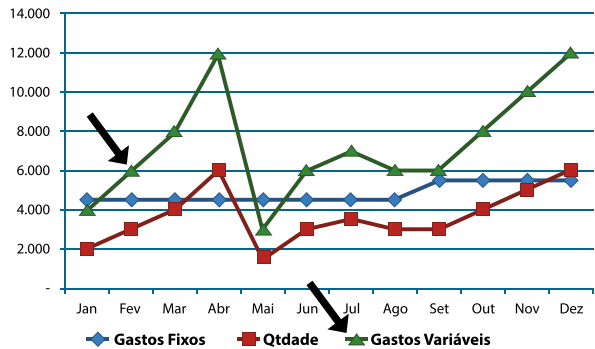


Figura 2 - Comportamento dos gastos variáveis / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Gráfico de gastos fixos - Quantidade e gastos variáveis.

Como você pôde observar, os gastos variáveis acompanham, proporcionalmente, a quantidade de produção ou venda.

GASTOS FIXOS

São gastos (custos e despesas) que não são afetados pelo volume de produção ou venda, ou seja, uma alteração no volume de produção ou de venda para mais ou para menos não altera o valor total dos gastos fixos.



São exemplos de custos fixos: salários da gerência industrial, manutenção de equipamentos, salários dos supervisores da indústria, aluguéis do prédio industrial, depreciação de máquinas e equipamentos, segurança da fábrica etc. Por sua vez, são exemplos de despesas fixas: salários de gerentes e supervisores administrativos, aluguéis, energia elétrica e segurança do prédio da administração, depreciação de móveis do setor administrativo etc.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Talvez, você se pergunte: as despesas não estão relacionadas ao processo produtivo, então como podem ser classificadas em função do volume de produção?

Na verdade, as despesas vão ser classificadas em função do nível de vendas, sendo assim, as despesas fixas não são alteradas em função de maior ou menor quantidade de vendas. A tabela a seguir exemplifica o comportamento dos gastos fixos.

PERÍODO	QUANTIDADE PRODUZIDA OU VENDIDA	VALOR DO ALUGUEL	GASTO UNITÁRIO
Janeiro	800	R\$ 6.000	R\$ 7,50
Fevereiro	500	R\$ 6.000	R\$ 12,00
Março	700	R\$ 6.000	R\$ 8,57
Abril	1.000	R\$ 6.000	R\$ 6,00
Maio	1.200	R\$ 6.000	R\$ 5,00
Junho	900	R\$ 7.000	R\$ 7,78

Tabela 2 - Gastos fixos: aluguel / Fonte: as autoras.

Por meio da Tabela 2, podemos perceber que os gastos fixos não sofrem alterações proporcionais às variações no nível de produção da empresa. Os gastos fixos até podem sofrer alterações de valor de um mês para o outro, como podemos observar entre o período de maio e junho apresentado no exemplo, no entanto, essa variação não está relacionada ao nível de produção.

De forma geral, o comportamento dos custos e despesas fixas podem ser observado a seguir.

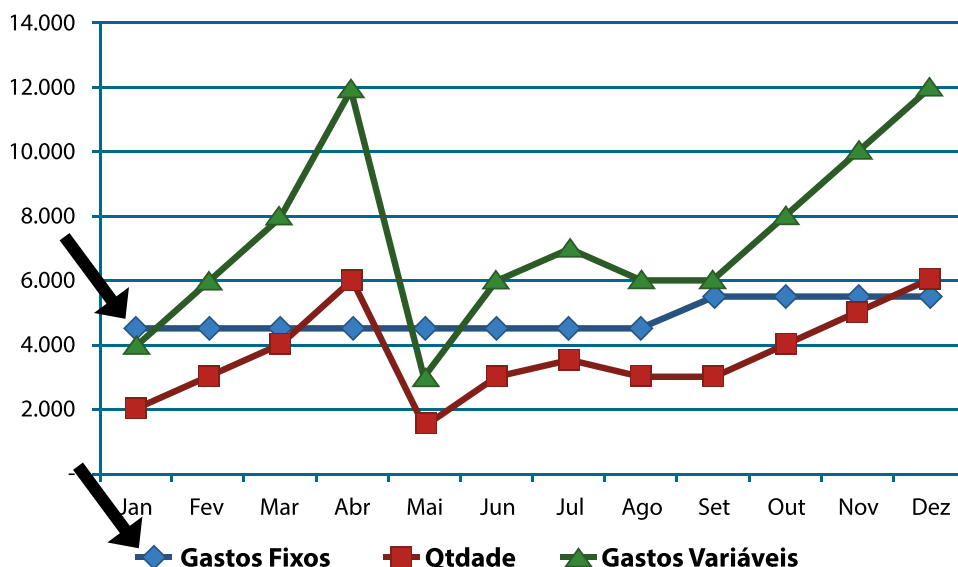


Figura 3 - Comportamento dos gastos fixos / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Gráfico de gastos fixos - Quantidade e gastos variáveis.

Como é possível observar, os gastos fixos permanecem constantes, enquanto a quantidade, que pode se referir tanto à produção quanto às vendas, sofre alterações significativas.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade de Custos para Não Contadores: textos e casos práticos com solução

Sinopse: A Contabilidade de Custos é responsável pelo controle e gerenciamento das atividades produtivas dos bens e serviços, bem como pela geração de informações para subsidiar as tomadas de decisões gerenciais e estratégicas. Para administrar com eficiência e eficácia uma empresa, uma divisão de negócios ou um departamento, conhecer Contabilidade é tão importante quanto o domínio de outras áreas, como Tecnologia de Informações, finanças, Marketing, produção, Recursos Humanos. Este livro foi elaborado levando em consideração as necessidades específicas dos usuários da Contabilidade que não são contadores.



NOVOS DESAFIOS

Estudante, o esforço efetuado foi no sentido de entender como a gestão e o conhecimento dos elementos que compõem o custo dos produtos são importantes para a manutenção das entidades.

Foram apresentados conceitos específicos dessa área, a diferenciação entre custos, despesas, gastos fixos e variáveis, diretos e indiretos, com respectivos exemplos numéricos e ilustrados. Um dos principais pontos que chamamos atenção é para o correto entendimento dos gastos fixos e variáveis, tendo em vista a abordagem que faremos na próxima unidade, com a apresentação de dois sistemas de custeio, margem de contribuição e ponto de equilíbrio.

Se não houver a adequada segregação, ou seja, a classificação dos gastos, as informações geradas para a tomada de decisões serão incorretas. A adequada classificação dos gastos é tão importante como dados para serem processados em um sistema de informações.

Dados errados vão gerar informações, também, erradas.

Foram, também, abordadas questões relacionadas ao controle da matéria-prima, às metodologias de avaliação dos estoques mais utilizados e aos impactos contábeis que ocorrem quando se escolhe um dos métodos em relação aos demais.

AUTOATIVIDADE

1. A Indústria SuperTV fabrica monitores de LED. Os gastos e o volume de produção do último mês constam a seguir.

Volume produzido de televisores - unidades	5.000
Gastos no mês	R\$
Custo total com matéria-prima	2.420.000
Custo total com mão de obra direta	1.149.500
Depreciação das máquinas e equipamentos da fábrica	200.000
Mão de obra indireta	400.000
Aluguel do prédio do escritório	50.000
Energia elétrica do escritório	14.000
Vigilância das lojas comerciais	20.000
Vigilância da fábrica	70.000
Salários e encargos do pessoal administrativo	900.000
Manutenção das máquinas da fábrica	30.000
Energia elétrica da fábrica	20.500
Salários e comissões dos vendedores	140.000
Tributos sobre as vendas	300.000
Total	5714.000

AUTOATIVIDADE

Com base nas informações disponíveis, assinale a alternativa que corresponde ao custo unitário de produção do mês.

- a) R\$ 900,00.
- b) R\$ 833,33.
- c) R\$ 1.000,00.
- d) R\$ 858,00.
- e) R\$ 950,00.

2. A Cia. Rio Bonito apresentou a seguinte relação de custos com segurança:

PERÍODO	QUANTIDADE PRODUZIDA OU VENDIDA	QUANTIDADE PRODUZIDA PRODUTO X	GASTO UNITÁRIO
Janeiro	800	R\$ 4.500	R\$ 5,63
Fevereiro	500	R\$ 4.650	R\$ 9,30
Março	700	R\$ 4.800	R\$ 6,86
Abril	1.000	R\$ 4.550	R\$ 4,45
Maio	1.200	R\$ 4.550	R\$ 3,79
Junho	900	R\$ 4.700	R\$ 5,22

Com base nessa relação, assinale a alternativa correta.

- a) O custo total de cada mês alterou-se proporcionalmente à quantidade produzida.
- b) O custo unitário é fixo, independentemente da quantidade produzida.
- c) A segurança da fábrica, por não ser diretamente identificada com a produção, é considerada uma despesa.
- d) O custo da segurança da fábrica é um custo direto variável.
- e) A segurança da fábrica é um custo fixo, pois não sofre alteração de valor em função da quantidade produzida.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Altras, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REFERÊNCIAS

- LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescoopr.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.
- VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

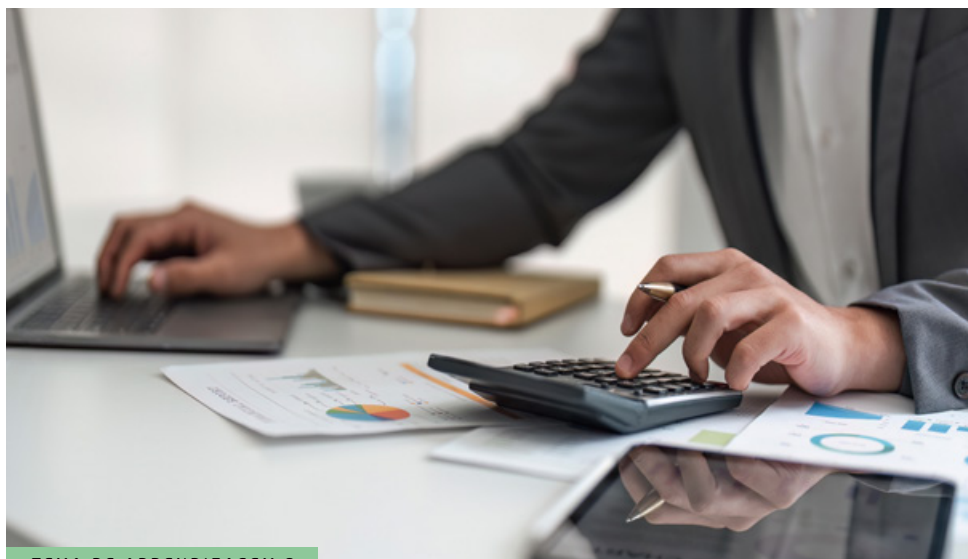
REFERÊNCIA ON-LINE

- 1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-csll-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- 5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. D.

2. E.



TEMA DE APRENDIZAGEM 8

CONTABILIDADE DE CUSTOS

MINHAS METAS

- Diferenciar claramente entre gastos diretos e indiretos em contextos financeiros ou empresariais.
- Identificar e compreender os elementos fundamentais que compõem o custo de produção.
- Desenvolver a capacidade de alocar eficientemente custos indiretos usando métodos adequados.

INICIE SUA JORNADA

Na rotina de todas as empresas, o controle dos gastos gerados é fundamental. Seja para verificar os custos dos seus produtos e, assim, definir corretamente uma margem de ganho, seja para manter o equilíbrio financeiro, os gestores precisam estar atentos aos gastos realizados. As empresas necessitam acompanhar os dados proporcionados pela Contabilidade de Custos, procurando melhorar os seus processos e equipamentos e, muitas vezes, os projetos dos seus produtos.

A organização faz isso ou ela, provavelmente, não será competitiva e será absorvida no mercado por outras que fazem a adequada gestão dos seus recursos. Quando a empresa tem um controle dos seus custos, esse custo agregado em cada etapa do processo é conhecido, o que torna possível localizar com mais facilidade em que área ela deve concentrar esforços para sua redução.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Quanto à forma de distribuição e apropriação dos gastos aos produtos, podemos classificá-los em diretos ou indiretos.

GASTOS DIRETOS

São custos e despesas que são mensurados e identificados de forma direta aos produtos fabricados ou aos serviços prestados. Assim, eles podem ser identificados de forma objetiva e direta, sem a necessidade de rateio.

São exemplos de custos diretos: matéria-prima, material de embalagem, material secundário, mão de obra (quando quantificada por unidade produzida), entre outros. Por sua vez, são exemplos de despesas diretas: custo do produto vendido, custo dos serviços prestados, impostos e tributos sobre as vendas ou serviços prestados, comissões etc.

De acordo com Martins e Rocha (2015), tais gastos são assim classificados porque:

- A identificação é direta.

- A apropriação é objetiva.
- A mensuração é precisa.
- Não há alocação subjetiva nem arbitrária.
- Não é necessário realizar estimativas ou aproximações.

Imagine a fabricação de um armário. É possível identificar facilmente o quanto de madeira, parafusos, dobradiças e puxadores foram utilizados, sendo assim, esses custos são considerados diretos. No caso das comissões, também é possível identificá-las diretamente com as vendas realizadas, assim elas representam as despesas diretas.

GASTOS INDIRETOS

São custos e despesas que não são diretamente identificados nos produtos ou serviços. Sendo assim, necessitam de critérios de rateios para serem apropriados aos produtos.

Exemplos de custos indiretos: mão de obra indireta, materiais indiretos, aluguel, energia elétrica e segurança da fábrica, depreciação das máquinas e dos equipamentos etc. E são exemplos de despesas indiretas: salário do pessoal da área administrativa, despesas financeiras, imposto de renda, contribuição social, aluguel, energia elétrica e segurança da área administrativa.

Para exemplificar, suponhamos que o aluguel de uma fábrica seja de R\$ 10.000,00 mensais, e ela produz quatro modelos de produtos, A, B, C e D. Qual montante do custo do aluguel será direcionado para cada produto, sendo que a quantidade produzida de cada um é diferente? Será que o aluguel pode ser identificado e mensurado diretamente em cada produto? A resposta é não. Assim, é necessário recorrer a alguma forma subjetiva para alocar o custo do aluguel aos produtos.

Para apropriar os custos indiretos aos produtos, a empresa deve definir uma base de rateio, conforme estudaremos mais adiante. Quanto às despesas, como não são apropriadas aos produtos e não há necessidade de identificá-las em relação às vendas, não existe o rateio, elas vão direto para o resultado.

Como você já deve ter percebido, os gastos variáveis, normalmente, também, são diretos, e os gastos fixos, normalmente, são indiretos. A seguir, temos um exemplo da classificação dos gastos com os respectivos exemplos.

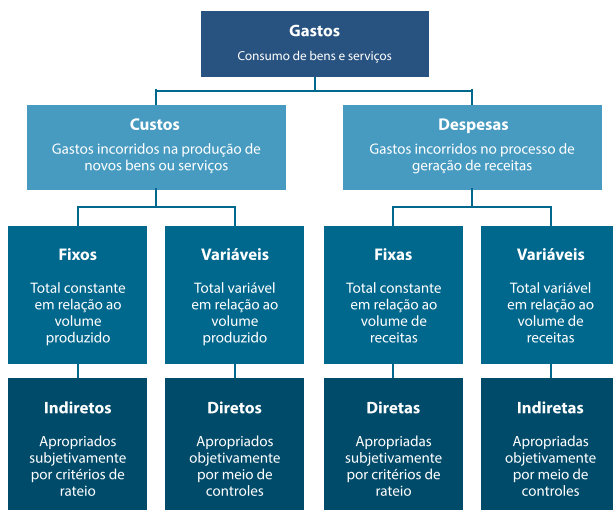


Figura 1 - Resumo dos gastos / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Gastos Consumo de bens e serviços / Custos - Gastos incorridos na produção de novos bens e serviços / Despesas Gastos incorridos na geração de novas receitas. Fixos e Variáveis e Diretos e Indiretos.

A seguir, alguns exemplos de classificação dos gastos.

a) Consumo de adubo em um sítio de hortifrúti

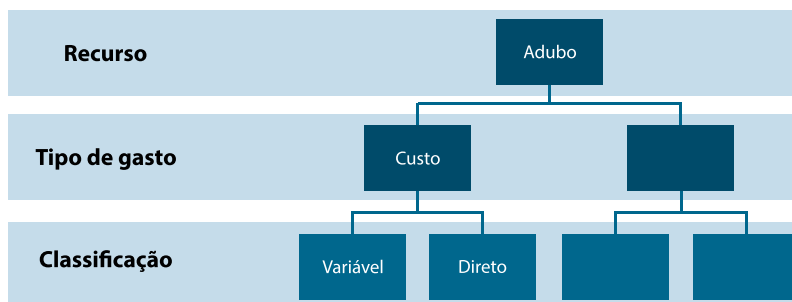


Figura 2 - Exemplo de classificação dos gastos 1 / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Recurso = Adubo / Tipo de gasto = Custo / Classificação = variável e direto.

Nesse caso, o adubo é uma matéria-prima do empreendimento utilizado na produção, logo é um custo. Quanto mais se produz, mais adubo se consome, trata-se de um custo variável. E é possível de se medir diretamente, por meio do controle da quantidade de adubo que foi aplicado em cada cultura, sendo, então, possí-

vel de se medir diretamente o consumo. Então, podemos dizer, também, que o adubo, nesse caso, é um custo direto.

b) Depreciação de equipamentos da fábrica de eletrodomésticos

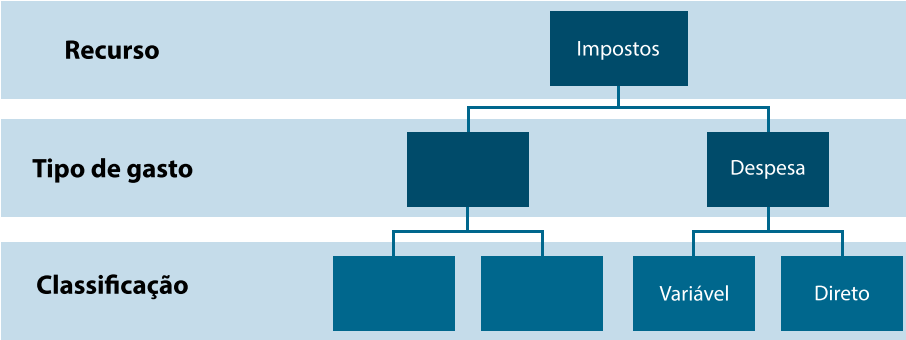


Figura 3 - Exemplo de classificação dos gastos 2 / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Recurso = Depreciação / Tipo de gasto = Custo / Classificação = fixo e direto.

Tendo em vista que o recurso é utilizado no processo produtivo, o tipo de gasto é um custo. Se ocorrer de forma linear, independentemente do volume ou existência de produção, trata-se de um custo fixo. Se a empresa fabricar vários produtos e não for possível identificar, de forma precisa e clara, quanto de depreciação incorre em cada produto fabricado, trata-se de um custo indireto.

c) Impostos sobre as vendas

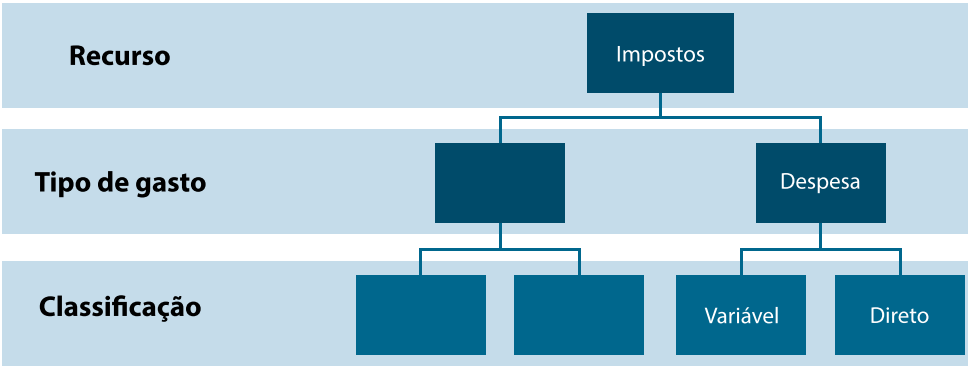


Figura 4 - Exemplo de classificação dos gastos 3 / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Recurso = Imposto / Tipo de gasto = Despesa / Classificação = variável e direto.

O recurso é consumido na geração de receitas e em uma fase posterior ao produto estar pronto. Nesse caso, é uma despesa. Quanto mais se vende, mais imposto se gera, e o contrário também ocorre; nesse sentido, trata-se de uma despesa variável. É possível identificar e medir de forma clara o imposto de cada produto, logo ele é considerado direto.

d) Aluguel do prédio da administração da empresa

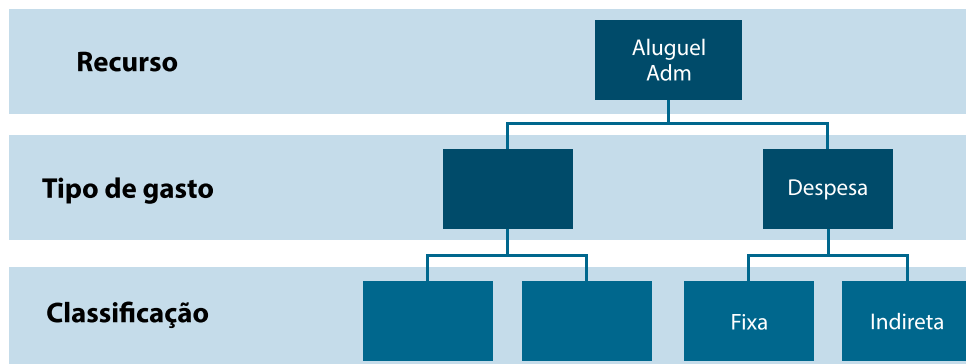


Figura 5 - Exemplo de classificação dos gastos 4 / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: A imagem é um infográfico onde o Recurso = Aluguel-ADM / Tipo de gasto = Despesa / Classificação = fixa e indireta.

O recurso é consumido na administração, logo é uma despesa. O aluguel, também, não sofre variações quando se produz mais ou menos, por isso, ele é considerado uma despesa fixa. Se a administração fizer a gestão e venda de vários produtos e não for possível identificar de forma precisa e clara quanto de aluguel incorre em cada produto vendido, trata-se de uma despesa indireta.

Elementos de custos

Os custos de produção são classificados e ordenados em três grupos: materiais diretos, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação.

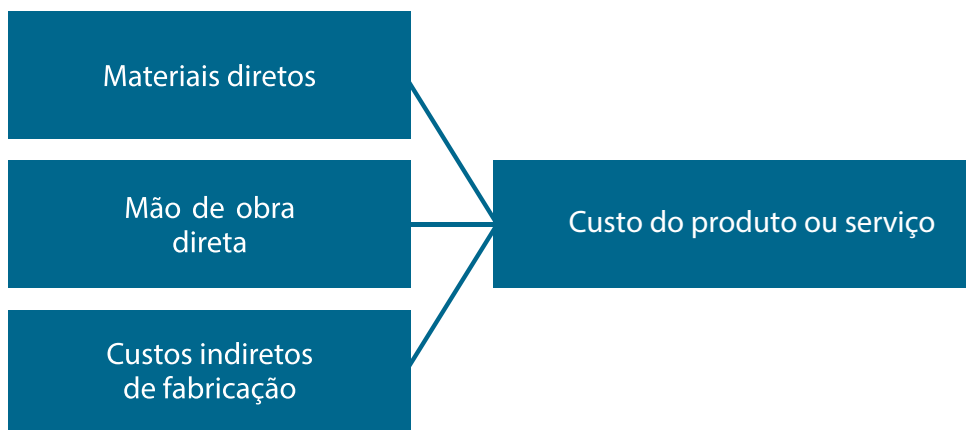


Figura 6 - Elementos de custos / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Materiais diretos - Mão de obra direta - Custos indiretos de fabricação = Custo do produto ou serviço.

Esses três grupos representam os elementos que compõem o custo de produção. Vamos conhecer cada um deles.

MATERIAIS DIRETOS

Podemos classificar os materiais diretos da seguinte forma: matéria-prima; materiais secundários; materiais de embalagem.

MATÉRIA-PRIMA

Corresponde ao item principal do processo produtivo, como a madeira na fabricação de móveis, o tecido na fabricação de roupas etc.

MATERIAIS SECUNDÁRIOS

Corresponde a itens utilizados no processo produtivo, mas em menor quantidade e menos importantes que a matéria-prima, como as dobradiças e puxadores na fabricação de móveis, os botões e zíperes na fabricação de roupas, entre outros.

MATERIAIS DE EMBALAGEM

Correspondem a itens utilizados para acondicionar ou embalar os produtos, como caixa na produção de leite, pacotes na produção de bolachas, assim por diante.

É importante destacar que, para compor o custo de produção, a embalagem deve estar relacionada à forma de comercialização do produto, e não a mecanismos utilizados para transporte. Conforme exemplificam Fragalli e Castro (2018), uma indústria de laticínios precisa acondicionar o leite em caixas ou sacos plásticos contendo as informações necessárias sobre o produto, essas embalagens compõem o custo de produção.

Contudo, para facilitar e dar maior segurança ao transporte, as empresas realizam uma embalagem secundária, em que os produtos (já embalados para comercialização) são agrupados em quantidades e tamanhos propícios para o manuseio mecanizado. Essas embalagens são considerados despesas.

Além dos materiais diretos, existem, também, os materiais indiretos, denominados auxiliares. Segundo Fragalli e Castro (2018), esses materiais não entram na composição dos produtos, embora sejam necessários ao processo de fabricação, como as lixas e pincéis na fabricação de móveis, ou tesouras e agulhas na fabricação de roupas.



Os critérios de controle e valoração, descritos a seguir, aplicam-se tanto aos materiais diretos quanto aos indiretos, contudo, na classificação dos elementos de custos, os materiais indiretos agregam o custo indireto de fabricação, que será estudado mais adiante.

Segundo Fragalli e Castro (2018), os materiais, sejam eles matéria-prima, material secundário, material auxiliar ou material de embalagem, utilizados no processo de fabricação, são considerados fatores básicos na formação dos custos, assim é fundamental ter um bom controle.

O primeiro passo do controle é o registro da aquisição dos materiais. Para tanto, a empresa necessita reconhecer corretamente o custo de aquisição.

Mas o que compõe o custo de aquisição? É simples: todo o valor gasto para adquirir o bem e colocá-lo à disposição da empresa.

Sendo assim, imagine que uma indústria comprou R\$ 100.000,00 de matéria-prima, mas teve, ainda, que gastar R\$ 5.000,00 com transporte. Nesse caso, o custo de aquisição é de R\$ 105.000,00, afinal, se não houver o transporte, a matéria-prima não ficaria à disposição da empresa.

Além de elementos que agregam valor ao custo de aquisição, como transporte e seguro, existem elementos que diminuem o custo de aquisição, como descontos e impostos recuperáveis. Assim, para calcular o custo de aquisição, basta identificar tudo que aumenta ou diminui o gasto com a compra. Exemplo:

Compra de mercadorias	R\$ 50.000,00
(+) Frete sobre compras	R\$ 2.000,00
(+) Seguro sobre frete	R\$ 1.000,00
(-) Impostos recuperáveis	R\$ 8.000,00
(-) Descontos	R\$ 1.500,00
(=) Custo de aquisição	R\$ 43.500,00

Tabela 1 - Custo de aquisição / Fonte: as autoras.

Perceba que, a partir do valor de compra, foram-se somando ou diminuindo os fatores que interferem nesta compra, até chegar ao custo de aquisição. Além de calcular corretamente o custo de aquisição dos materiais, é necessário definir um método de controle dos elementos em estoque. Existem dois métodos de controle: inventário periódico e inventário permanente.

INVENTÁRIO PERIÓDICO

De acordo com Fragalli e Castro (2018, p. 58), “o inventário periódico é um sistema de controle de estoque onde as informações sobre sua composição (quantidade e valor) são geradas periodicamente através de contagem física”.

Sendo assim, ao final de cada período, que pode ser mensal, semestral, anual etc., a empresa realiza a contagem física dos elementos em estoque para, então, saber sua real situação. Somente após a contagem física, a empresa conseguirá saber o quanto de mercadorias saíram do estoque. Para tanto, ela precisa utilizar a seguinte fórmula:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

Em que:

CMV: Custo da mercadoria vendida

EI: Estoque inicial

C: Compras

EF: Estoque final

É importante deixar claro que a fórmula deve ser calculada em valores, e não em quantidades. Sendo assim, após a contagem física, é necessário atribuir valor aos elementos em estoque. Isso pode ser feito com base nos últimos custos de aquisição. Para exemplificar, suponhamos que, ao final de 20x0, uma determinada empresa tenha feito a contagem física e valoração do estoque, chegando ao montante de R\$ 9.300,00. Segundo os registros de controle, ao iniciar o ano de 20x0, a empresa possuía R\$ 11.700,00 e, durante o ano, realizou compras no valor de R\$ 120.000,00.

Com base nesses dados, é possível calcular o custo das mercadorias vendidas durante o período da seguinte forma:

$$\text{CMV} = 11.700 + 120.000 + 9.300 + 122.400$$

Isso significa que o custo das mercadorias vendidas durante o ano de

20x0 foi de R\$ 122.400,00. Essa fórmula serve tanto para calcular o custo das mercadorias vendidas quanto o custo dos materiais utilizados no processo produtivo.

Mesmo sendo prático, esse sistema de controle de estoque é recomendado apenas para empresas de pequeno porte, que não possuem recursos suficientes para manter um controle permanente.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Com os avanços tecnológicos, a criação de aplicativos gratuitos ou de baixo custo, será que já é possível pequenas empresas utilizarem o inventário permanente para controlar seus estoques?

INVENTÁRIO PERMANENTE

O inventário permanente é um sistema de controle de estoque que sugere que as entradas e as saídas constituem, em si mesmas, operações que requerem registro e controle permanentes. O efeito dessa movimentação, por sua vez, resulta em uma variação constante que requer, por parte da administração, que se mantenha um registro permanente dos materiais disponíveis, seja para efeito de inventário, seja para a evidência pronta das disponibilidades de atendimento dos consumos da fábrica no seu processo produtivo.

Segundo Favero *et al.* (2011, p. 263):

O inventário permanente refere-se a um controle de estoque que permite aos usuários da informação contábil obter a qualquer momento informações precisas sobre a quantidade e valor de cada item do estoque da empresa.

Sendo assim, a qualquer momento, a administração da empresa consegue verificar a movimentação e o saldo dos itens em estoque, seja em quantidade ou em valores. Para tanto, basta observar a ficha de controle de estoque, que é o mecanismo utilizado pelo inventário permanente para registrar todas as movimentações do estoque. A ficha de controle de estoque pode ser elaborada por softwares parametrizados ou por meio de planilha em Excel.

MERCADORIA: _____					CRITÉRIO: _____					
Data	Des- crição	Entrada			Saída			Saldo		
		Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 1 - Modelo de ficha de controle de estoque / Fonte: as autoras.

Assim, a cada registro, identifica-se a data do fato e a descrição (compra, venda, devolução). Caso o fato se refira a uma compra, a quantidade, valor unitário e total da compra são registrados nas colunas de entrada; caso se refira a uma venda, são registrados nas colunas de vendas. Por fim, nas colunas de saldo, são evidenciadas as quantidades, valor unitário e total dos itens que permanecem em estoque.

Além dos métodos de controle, existem, também, os métodos de avaliação do estoque. Isto porque um mesmo item do estoque, normalmente, é adquirido por valores diferentes em cada compra. Assim, é necessário estabelecer um critério para valorar os itens que saem do estoque, já que, quando adquiridos, apresentaram valores variados. Para exemplificar, vamos utilizar os dados da empresa Controlar Ltda., apresentados na tabela a seguir.

DATA	EVENTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$
1/maio	Compra	100	12.000
2/maio	Compra	200	26.000
3/maio	Compra	50	7.500
4/maio	Venda	310	-
5/maio	Compra	40	6.400
6/maio	Venda	50	-

Tabela 2 - Movimentação de mercadoria da empresa Controlar Ltda. / Fonte: as autoras.

PRIMEIRO QUE ENTRA, PRIMEIRO QUE SAI (PEPS)

No método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), também conhecido como FIFO (*first in, first out*), os lotes mais antigos são os primeiros a serem baixados, assim os itens disponíveis em estoque são avaliados pelos valores mais recentes.

Segundo Oliveira e Perez Junior (2012, p. 85), no método PEPS, "as matérias-primas são baixadas do estoque pelo custo mais antigo e, conseqüentemente, as que permanecem em estoque ficam avaliadas a custos mais recentes".

Para poder identificar o valor dos lotes mais antigos, é necessário separar cada lote no momento do preenchimento da ficha de controle de estoque. No quadro a seguir, é apresentada a ficha de controle de estoque da empresa Controlar Ltda., seguindo o método PEPS.

MERCADORIA: XXXXXXXX								CRITÉRIO: PEPS		
Data	Descrição	Entrada			Saída			Saldo		
		Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total
01/mai	Compra	100	120	12.000	-	-	-	100	120	12.000
02/mai	Compra	200	130	26.000	-	-	-	100 200	120 130	12.000 26.000
03/mai	Compra	50	150	7.500	-	-	-	100 200 50	120 130 150	12.000 26.000 7.500
04/mai	Venda	-	-	-	100	120	12.000	40	150	6.000
					200	130	26.000			
					10	150	1.500			
					310	-	39.500			
05/mai	Compra	40	160	6.400	-	-	-	40 40	150 160	6.000 6.400

PERÍODO		QUANTIDADE PRODUZIDA OU VENDIDA			VALOR DA MA-TÉRIA-PRIMA OU COMISSÃO			GASTO UNITÁRIO		
o6/mai	Venda	-	-	-	40	150	6.000	30	160	4.800
					10	160	1.600			
					50	-	7.600			
Total do Período:		390	-	51.900	360	-	47.100	30		4.800

Quadro 2 - Ficha de controle de estoque - PEPS / Fonte: as autoras.

Perceba que, a cada nova aquisição, nas colunas de saldo, foram identificadas, separadamente, as quantidades, valores unitários e total de cada lote. Assim, na venda do dia 04, foi possível dar baixa nos lotes mais antigos, até atingir a quantidade total vendida, que, no caso, foi de 310.

Após a compra do dia 05, a empresa passou a ter, novamente, lotes com valores distintos. Assim, na venda do dia 06, também foi dado baixa, primeiramente, no lote mais antigo, para, em seguida, dar baixa no lote mais recente, apenas na quantidade necessária para completar a venda.

ÚLTIMO QUE ENTRA, PRIMEIRO QUE SAI (UEPS)

No método UEPS (último que entra, primeiro que sai) ou LIFO (*last in, first out*), os lotes mais recentes são os primeiros a serem baixados, assim os itens que permanecem em estoque ficam avaliados pelos valores mais antigos. Esse critério não é permitido para fins de apuração do imposto de renda, mas pode ser utilizado para fins gerenciais.

Assim como ocorre no método PEPS, é necessário registrar separadamente os lotes de valores diferentes.

O Quadro 3 apresenta a ficha de controle de estoque da empresa Controlar Ltda., agora utilizando o método UEPS.

MERCADORIA: XXXXXXXX								CRITÉRIO: UEPS		
Data	Descrição	Entrada			Saída			Saldo		
		Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total
01/mai	Compra	100	120	12.000	-	-	-	100	120	12.000
02/mai	Compra	200	130	26.000	-	-	-	100 200	120 130	12.000 26.000
03/mai	Compra	50	150	7.500	-	-	-	100 200 50	120 130 150	12.000 26.000 7.500
04/mai	Venda	-	-	-	50 200 60 310	120 130 150 -	7.500 26.000 7.200 40.700	40	120	4.800
05/mai	Compra	40	160	6.400	-	-	-			
06/mai	Venda	-	-	-	40 10 50	160 120 -	6.400 1.200 7.600	30	160	3.600
Total do Período:		390	-	51.900	360	-	48.300	30	120	3.600

Quadro 3 - Ficha de controle de estoque - UEPS / Fonte: as autoras.

Como você pôde observar, nas vendas dos dias 04 e 06, foram baixados, primeiramente, os lotes de valores mais antigos, para, então, baixar os mais recentes até chegar à quantidade vendida.

A utilização do método PEPS ou UEPS, para determinar os lotes a serem baixados, não representa, necessariamente, a movimentação física do estoque. Ao vender um produto, a empresa pode entregar ao seu cliente um item físico que acabara de entrar no estoque, mesmo utilizando o método PEPS. Desta forma, o critério adotado influencia o custo, e não a movimentação física do produto. Fonte: Fragalli e Castro (2018, p. 64).

CUSTO MÉDIO PONDERADO MÓVEL (CMPM)

O Custo Médio Ponderado Móvel (CMPM) é o critério mais utilizado pelas empresas brasileiras. Segundo Ribeiro (2018, p. 115), “adotando-se esse critério, os materiais estocados serão sempre avaliados pela média dos custos de aquisição, sendo esses custos atualizados após cada compra efetuada”.

Nesse método, não é necessário separar os lotes com valores diferentes, pois, a cada nova compra, calcula-se o custo médio dividindo o valor total pela quantidade total dos itens em estoque.

O quadro a seguir apresenta a ficha de controle de estoque da empresa Con-trolar Ltda. pelo método do CMPM.

MERCADORIA: XXXXXXXX								CRITÉRIO: UEPS		
Data	Descrição	Entrada			Saida			Saldo		
		Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total
01/mai	Compra	100	120	12.000	-	-	-	100	120	12.000
02/mai	Compra	200	130	26.000	-	-	-	300	127	38.000
03/mai	Compra	50	150	7.500	-	-	-	350	130	45.500

MERCADORIA: XXXXXXXX								CRITÉRIO: UEPS		
Data	Descrição	Entrada			Saida			Saldo		
		Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total
04/mai	Venda	-	-	-	310	130	40.300	40	130	5.200
05/mai	Compra	40	160	6.400				80	145	11.600
06/mai	Venda	-	-	-	50	154	7.250	30	145	4.350
Total do Período:		390	-	51.900	360		47.570	30	120	4.350

Quadro 4 - Ficha de controle de estoque - CMPM / Fonte: as autoras.

No quadro a seguir, é possível observar como a adoção de cada critério de avaliação afeta o resultado da empresa.

CONTROLAR LTDA. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	PEPS	CMPM	UEPS
Vendas	150.000	150.000	150.000
CMV	(47.100)	(47.550)	(48.300)
Lucro Bruto	102.900	102.450	101.700
Despesas ADM/Vendas	(84.000)	(84.000)	(84.000)
Lucro Antes do Imposto de Renda	18.900	18.450	17.700
Imposto de Renda	(2.835)	(2.768)	(2.655)
Lucro Líquido	16.065	15.682	15.045

Quadro 5 - Demonstração do resultado comparando os métodos de avaliação de estoque / Fonte: as autoras.



Perceba que, ainda que apresentando o mesmo valor de vendas e de despesas administrativas e adotando o mesmo percentual para cálculo do imposto de renda (15% sobre o Lucro Antes do Imposto de Renda), em cada critério, apurou-se um resultado diferente.

Em uma situação de inflação, ou seja, os preços aumentando a cada nova compra, os critérios de avaliação de estoque apresentam o seguinte comportamento:

MÉTODO	EFEITO				
	ESTOQUE	CMV	LUCRO	IMPOSTO	LEGALMENTE
PEPS	Aumenta	Diminui	Aumenta	Aumenta	Aceito
UEPS	Diminui	Aumenta	Diminui	Diminui	Não Aceito
MPM	Média	Média	Média	Média	Aceito

Quadro 6 - Efeitos gerados pelos métodos de avaliação do estoque / Fonte: as autoras.

Os métodos apresentados referentes ao controle de estoque, assim como os métodos de avaliação de estoque, aplicam-se aos materiais indiretos, que serão estudados diante juntamente com os demais custos indiretos de fabricação.

MÃO DE OBRA DIRETA

A mão de obra pode ser definida, sucintamente, no produto do esforço humano, que, na esfera da Contabilidade de Custos, é empregado na atividade produtiva das organizações. Dependendo da forma de aplicação da mão de obra, ela pode ser considerada um custo direto ou indireto.



ZOOM NO CONHECIMENTO

De acordo com Ribeiro (2018, p. 139 e 140), "a mão de obra direta é aquela que pode ser facilmente identificada em relação aos produtos", enquanto a mão de obra indireta "compreende os gastos com o pessoal que trabalha na empresa industrial, cujas tarefas estão direcionadas à produção, porém sem manipular diretamente os produtos".

Martins (2018, p. 121) exemplifica a classificação da mão de obra afirmando:

O operário que movimentava um torno ou uma prensa, por exemplo, trabalhando um só produto ou componente de cada vez, tem seu gasto classificado como Mão de Obra Direta. Porém, se outro operário trabalha supervisionando quatro máquinas, cada uma executando uma operação num produto diferente, inexistindo possibilidade de se verificar quanto cada um desses produtos consome do tempo total daquela pessoa, temos aí um tipo de Mão de Obra Indireta.

A mão de obra indireta, como não é possível atribuir o custo diretamente a determinado produto, representa um custo indireto de produção. Trataremos desse assunto a seguir.

O custo com mão de obra, seja direta ou indireta, é composto por diversos gastos, conforme é possível observar na figura a seguir.

Salários	Comissões	Férias	FGTS
Seguros	13º Salário	Gratíf.	Aux. Creche
Aux. Babá	Vale Transp.	Aux. Educação	Sal. Família
Aux. Aliment.	Previd. Privada	Aux. Odontol.	Uniformes EPI's

Figura 7 - Elementos que compõem o custo com mão de obra / Fonte: as autoras.

De uma forma geral, pode-se afirmar que o custo de mão de obra é todo e qualquer gasto que a empresa tenha efetuado, diretamente, para o funcionário pelos serviços prestados ou, indiretamente, por meio dos encargos ou benefícios (plano de saúde, seguro) para manutenção do seu bem-estar, treinamentos etc., dispensando, assim, enumerar todos os fatores que integram o custo da mão de obra.

CUSTO DA MÃO DE OBRA

Para calcular o custo com mão de obra, utilizaremos o exemplo proposto por Martins (2018). Segundo o autor, “a maneira mais fácil de calcular esse valor é verificar o gasto que cabe à empresa por ano e dividi-lo pelo número de horas em que o empregado efetivamente se encontra à sua disposição” (MARTINS, 2018, p. 123).

Afinal de contas, férias, feriados e descanso semanal remunerado são períodos em que o funcionário recebe, mas não exerce sua função. No exemplo dado por Martins (2018), considera-se um funcionário que recebe, por hora, o valor de R\$ 10,00 para uma jornada de 44 horas semanais. Definindo que o funcionário trabalhe 6 dias por semana, temos que a carga de trabalho diária é de 7,3333 horas. A partir desses dados, o quadro a seguir apresenta o cálculo do custo com mão de obra direta.

Número máximo de horas que o trabalhador pode oferecer à empresa:	
Número total de dias por ano	365 dias
(-) Repousos Semanais Remunerados (-) Férias	48 dias
(-) Feriados	30 dias
(=) Número máximo de dias à disposição do empregador:	12 dias
(X) Jornada máxima diária (em horas)	275 dias
(-) Número máximo de horas à disposição por ano:	7.3333 horas
Remuneração anual do trabalhador:	
a. Salários: $2.016,7h \times \$10,00$	\$ 20.167,00
b. Repousos Semanais: $48 \times 7,3333 = 352h \times \$10,00$	\$ 3.520,00
c. 13º Salário: $220h \times \$10,00$	\$ 2.200,00
d. Férias: $30 \times 7,3333 = 220h \times \$10,00$	\$ 2.200,00
e. Adicional de Férias: $1/3$ das Férias	\$ 733,33
f. Feriados: $12 \times 7,3333 = 88h \times \$10,00$	\$ 880,00
Total:	\$ 29.700,33
Encargos Sociais:	
INSS 20%	\$ 5.940,07
FGTS 8%	\$ 2.376,03
Seguro de acidente de trabalho 3%	\$ 891,01
Salário-educação 2,5%	\$ 742,51
SESI ou SESC 1,5%	\$ 445,50
SENAI ou SENAC 1%	\$ 297,00
INCRA 0,2%	\$ 59,40
SEBRAE 0,6%	\$ 178,20
Total:	\$ 10.929,72

Custo total anual para o empregador:	\$ 40.630,05
Custo anual por hora:	\$ 20,14

Quadro 7 - Proposta de cálculo do custo com mão de obra direta / Fonte: adaptado de Martins (2018).

Conforme demonstra o exemplo de Martins (2018), ao considerar todos os encargos trabalhistas e previdenciários, a mão de obra, contratada, inicialmente, por R\$ 10,00 a hora, passa a custar R\$ 20,14, representando um aumento de 101,4% no custo com mão de obra.

CUSTOS INDIRETOS DE FABRICAÇÃO

De acordo com Viceconti e Neves (2018, p. 72), “todos os gastos que a empresa incorre para a produção e que não estejam enquadrados como gastos com material direto ou mão de obra direta são denominados custos indiretos de fabricação (CIF)”, ou seja, representam os materiais indiretos, a mão de obra indireta e os demais custos necessários para a operação da fábrica, porém genéricos demais para serem apropriados, diretamente, ao produto.

Segundo Ribeiro (2018, p. 275), “uma das características dos custos indiretos é beneficiar a fabricação de vários produtos ao mesmo tempo”.

Imagine que a mão de obra mensal de um soldador seja de R\$ 5.000,00. Se esse soldador trabalha em apenas um produto (cadeiras), o custo com a mão de obra desse colaborador é direta.

No entanto, se o soldador trabalha com quatro produtos, um momento soldando um produto, outro momento outro (mesas, cadeiras, carteiras e janelas), qual é o custo com a mão de obra desse soldador que será alocado em cada produto?



Figura 8 - Custo Direto / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: homem uniformizado com EPIs trabalhando nas cadeiras.

Será necessária a utilização de algum critério para que haja divisão do custo desse colaborador. O critério pode ser por quantidade produzida, tempo do processo, entre outros. Logo, essa mão de obra é considerada um custo indireto de fabricação. A dificuldade da apropriação dos custos indiretos é que, independentemente do critério de rateio utilizado, sempre haverá um grau de incerteza. Contudo, essa incerteza não justifica não considerar os custos indiretos de fabricação na apuração do custo de produção, haja vista sua representatividade.

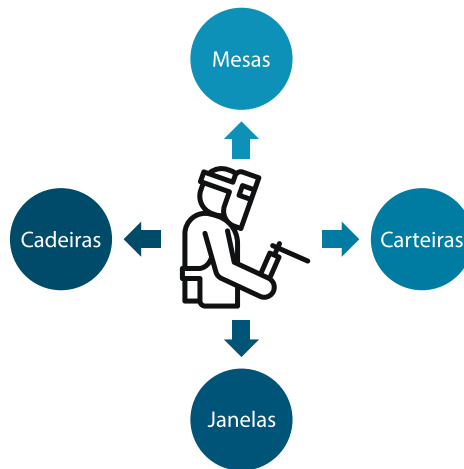


Figura 9 - Custos Indiretos / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: Cadeiras, mesas, carteiras e janelas

As bases de rateio são definidas por cada empresa segundo a sua realidade. De acordo com Blocher *et al.* (2007, p. 63), para “gerenciar os custos é necessária uma boa compreensão de como o custo total de um produto ou departamento muda com a alteração nos critérios de rateio”.

A base/critério de rateio nada mais é do que a determinação de um parâmetro para a distribuição dos custos indiretos. Para determinar a base de rateio ideal, Ribeiro (2018) menciona que os seguintes fatores devem ser considerados:

- As características que envolvem o processo de fabricação (processo térmico, mecânico, químico, montagem, beneficiamento etc.).
- O tipo do produto fabricado.
- O volume, o peso e o valor da matéria-prima aplicada.

- Os equipamentos utilizados.
- O ciclo da produção (tempo de maturação do produto na fase de produção).
- O tempo de horas-máquina e de horas-homem necessárias.

A seguir, veremos alguns exemplos de como apropriar os custos indiretos de fabricação aos produtos.

APROPRIAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS DE FABRICAÇÃO

Por meio da ilustração, pode-se visualizar de forma mais eficiente como se efetua o rateio de um custo indireto. Nesse caso, foi rateado o custo do aluguel da fábrica pela quantidade de cada produto produzido. Assim, pode-se dizer que o custo indireto foi rateado diretamente aos produtos.

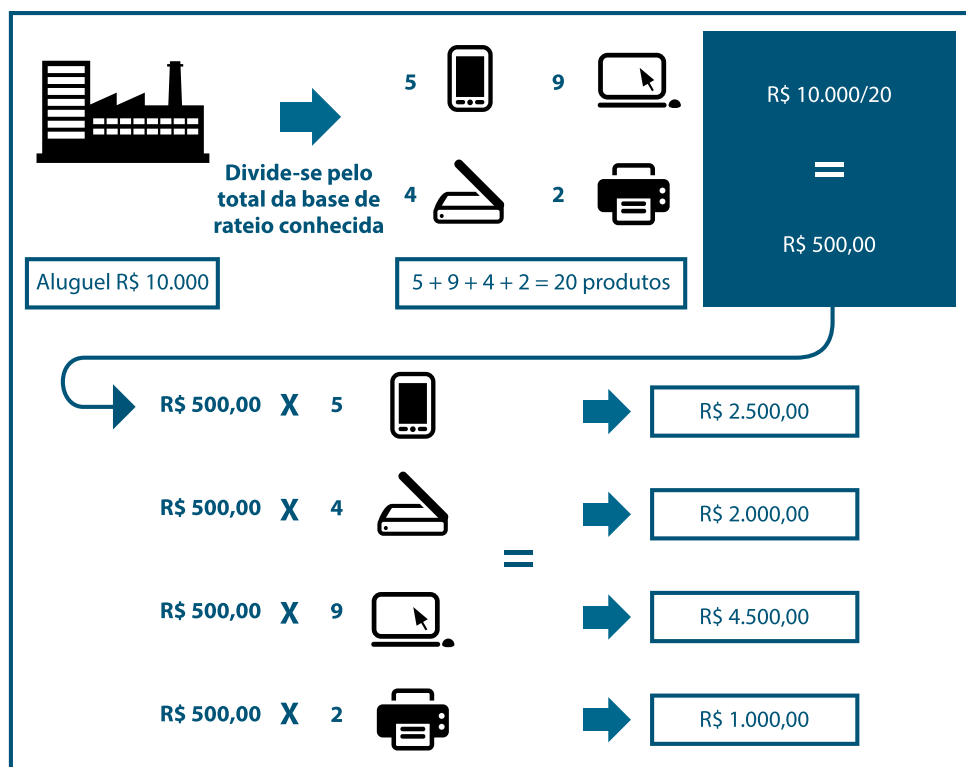


Figura 8 - Custo Direto / Fonte: as autoras.

Nesse exemplo, após ratear o aluguel entre os produtos fabricados, verificamos que os celulares receberão R\$ 2.500,00 ; os scanners, R\$ 2.000,00 ; os notebooks, R\$ 4.500,00 ; e as impressoras, R\$ 1.000,00 . Esses valores serão acrescentados aos demais custos de produção para se apurar o custo total de cada produto.

Para exemplificar os principais critérios de rateio utilizados, suponhamos que uma empresa tenha apresentado os seguintes dados referentes ao seu processo de fabricação dos produtos X, Y e Z:

	X	Y	Z	TOTAL
Matéria-prima aplicada	\$ 25.100,00	\$ 37.600,00	\$ 20.900,00	\$ 83.600,00
Mão de obra direta	\$ 17.220,00	\$ 18.690,00	\$ 13.280,00	\$ 49.190,00
Custo primário	\$ 42.320,00	\$ 56.290,00	\$ 34.180,00	\$ 132.790,00
Horas-máquinas	5.800h	4.100h	4.700h	14.600h
Horas-homem	3.200h	3.900h	2.100h	9.200h
Unidades produzidas	5.000 unid.	4.000 unid.	7.000 unid.	16.000 unid.

Tabela 4 - Dados sobre a produção dos itens X, Y e Z / Fonte: as autoras.

A seguir, demonstraremos como ficaria a distribuição dos custos indiretos segundo cada uma dessas bases de rateio. Vale ressaltar que o cálculo do rateio pode ser feito por uma simples regra de três, considerando o custo a ser rateado. Contudo, como vamos demonstrar, podemos encontrar a proporção de cada base de rateio para, em seguida, aplicamos o percentual sobre custo indireto a ser rateado.

- a) Matéria-prima aplicada: utiliza-se a proporção custo da matéria-prima aplicada em cada produto.

MATÉRIA-PRIMA APLICADA		
X	\$ 25.100,00	30%
Y	\$ 37.600,00	45%
Z	\$ 20.900,00	25%
Total:	\$ 83.600,00	100%

- b) Mão de obra direta: utiliza-se o valor gasto com mão de obra direta consumida na fabricação de cada produto.

MÃO DE OBRA DIRETA		
X	\$ 17.200,00	32%
Y	\$ 24.500,00	46%
Z	\$ 12.100,00	22%
Total:	\$ 53.800,00	100%

- c) Custo primário: utiliza-se a soma do valor da matéria-prima e da mão de obra direta utilizados na fabricação de cada produto.

CUSTO PRIMÁRIO		
X	\$ 42.300,00	31%
Y	\$ 62.100,00	45%
Z	\$ 33.000,00	24%
Total:	\$ 137.400,00	100%

- d) Horas-máquina: considera-se a quantidade de horas-máquinas utilizadas na fabricação de cada produto.

HORAS-MÁQUINA		
X	5.800h	40%
Y	4.100h	28%
Z	4.700h	32%
Total:	14.600h	100%

- e) Horas-homem: considera-se a quantidade de horas-homem utilizadas na fabricação de cada produto

HORAS-MÁQUINA		
X	3.200h	35%
Y	3.900h	42%
Z	2.100h	23%
Total:	9.200h	100%

- f) Unidades produzidas: utiliza-se a quantidade produzida de cada produto.

HORAS-MÁQUINA		
X	5.000 unid.	31%
Y	4.000 unid.	25%
Z	7.000 unid.	44%
Total:	16.000 unid.	100%

Além dos exemplos apresentados, as empresas podem desenvolver diversas outras bases de rateio segundo as suas particularidades. Também, é possível utilizar critério diferentes para custos indiretos distintos, por exemplo, a mesma empresa pode adotar as unidades produzidas para ratear a energia elétrica e as horas-máquinas para ratear o custo com depreciação.

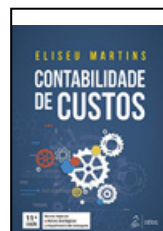


INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade de Custos

Sinopse: a obra chega à sua 11ª edição alinhada às Normas Internacionais de Contabilidade, com o texto totalmente voltado à realidade brasileira, uma vez que se debruça em situações típicas observadas no país, seus institutos legais e as condições organizacionais prevalentes no meio empresarial.

Outra característica do texto é a abordagem dedicada ao uso da Contabilidade de Custos como instrumento para fins gerenciais, tais como o enfoque dado à utilização das informações para as funções de planejamento e controle de custos, relacionadas ao estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de gestão, com vistas ao acompanhamento e análise das variações observadas.



NOVOS DESAFIOS

Estudante, o elemento de custo que verificamos foi a mão de obra. Apresentamos o que é utilizado no cálculo, bem como a metodologia para atingir o custo desse elemento por hora.

Ao considerar todos os fatores envolvidos no custo com a mão de obra, percebe-se que o gasto que a empresa tem com esse elemento é bem superior ao montante pago, como salário aos seus funcionários.

Por fim, abordamos o custo indireto de fabricação, que, devido à sua dificuldade de apuração de forma direta com o produto ou o serviço, necessita de critérios para serem rateados. Assim, apresentamos alguns exemplos práticos entre inúmeras possibilidades de sua distribuição.

AUTOATIVIDADE

1. A Cia. Elveland, fabricante dos produtos A, B, C e D, precisa efetuar o rateio/distribuição do aluguel do mês de maio no valor de R\$ 8.000,00. Os administradores da empresa definiram que a distribuição/rateio do referido aluguel se daria pelo espaço utilizado em cada linha de produção de seus produtos. O produto A utiliza 20 metros quadrados da fábrica; o produto B, 60 metros quadrados; o produto C, 50 metros quadrados; e o produto D, 30 metros quadrados. Com base nessas informações, leia as afirmativas.

- I - O custo do aluguel incorrido ao produto A, utilizando o critério de rateio informado, é de R\$ 1.000,00 no mês de maio.
- II - O custo do aluguel incorrido ao produto B, utilizando o critério de rateio informado, é de R\$ 3.000,00 no mês de maio.
- III - O custo do aluguel incorrido ao produto C, utilizando o critério de rateio informado, é de R\$ 2.500,00 no mês de maio.
- IV - O custo do aluguel incorrido ao produto D, utilizando o critério de rateio informado, é de R\$ 1.500,00 no mês de maio.

É correto o que se afirma:

- a) Somente II está correta.
 - b) Somente II e III estão corretas.
 - c) Somente IV está correta.
 - d) Somente I está correta.
 - e) Todas estão corretas.
2. A classificação dos gastos pode ser identificada com base em dois aspectos. Primeiramente, em relação à variação no volume das atividades da organização (produção e venda).

Dessa forma, os gastos podem ser fixos ou variáveis. Considerando as características dos custos fixos, analise as afirmativas a seguir.

- I - São gastos (custos e despesas) permanentes, independentemente do volume de produção.
- II - Uma alteração no volume de produção, para mais ou para menos, não altera o valor total dos gastos.
- III - Os gastos podem até sofrer alteração de valor de um mês para o outro, geralmente, correspondente à correção de preços do fornecedor do produto ou serviço.
- IV - Não significa que os valores dos gastos de um determinado período, geralmente, mensurados mensalmente, possuam valores iguais todos os meses.

AUTOATIVIDADE

É correto o que se afirma em:

- a) Somente I e II estão corretas.
- b) Somente II e III estão corretas.
- c) Somente I, II e IV estão corretas.
- d) Somente I, III e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

3. De forma abrangente, gasto é o consumo de recursos que ocorre nas organizações para o desenvolvimento de suas atividades operacionais, compra, fabricação de produtos, prestação de serviços e obtenção de receita por meio das vendas. No entanto, gastos são o conjunto de custos e despesas. Diante disso, leia atentamente as afirmações a seguir.

I - Custo é o consumo de um fator de produção, medido em termos monetários, para obtenção de um produto, de um serviço ou de uma atividade que deverá gerar receitas (fabricação).

II - Despesa é consumo de recursos relacionados com a administração geral da empresa (administração e vendas).

III - Despesa é reconhecida pelo momento da saída do recurso do empreendimento, ou seja, dinheiro do banco ou caixa, independentemente do período do fato gerador.

IV - Custo é o consumo de recursos que ocorre no processo de fabricação de forma involuntária.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/>

REFERÊNCIAS

SRE/docs/ RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019**. Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral**. Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor**: o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarmemCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção**. Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* **Custos da administração**: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo:

REFERÊNCIAS

Atlas, 2019.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade Intermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SESCOOP. **ITG 2004 Comentada**. Cooperativa Legal. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescoopr.scoop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.

2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.

3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-cssl-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. E.

2. E.

3. B.



TEMA DE APRENDIZAGEM 9

CUSTOS PARA GESTÃO

MINHAS METAS

- Conhecer os principais métodos de custeio.
- Calcular e interpretar a margem de contribuição.
- Calcular e interpretar os pontos de equilíbrio contábil, financeiro e econômico.
- Calcular e interpretar o grau de alavancagem operacional.

INICIE SUA JORNADA

Depois de conhecer os elementos que fazem parte dos custos de produção ou fabricação, bem como seu comportamento e forma de identificação, nesta unidade, o objetivo a ser alcançado é a utilização dessas informações para gerar informações para decisão.

Nesse sentido, o primeiro passo é conhecer as duas formas de custeio mais utilizadas: o custeio por absorção e o custeio variável. Depois disso, estudaremos como identificar a margem de contribuição dos produtos, um dos mais importantes conhecimentos quando se trata da escolha do mix de produtos a serem escolhidos para se produzir.

Por meio da margem de contribuição, podem ser efetuadas muitas análises em relação ao volume de atividade e a lucratividade da organização. Além de poder ser utilizada em várias escalas, como por unidade produzida, total de um tipo de produto, global da organização, por filial, estado, região, divisão de negócios, vendedor, entre outras, permite o estudo do ponto de equilíbrio, tanto contábil quanto financeiro e econômico.

O ponto de equilíbrio é uma informação primordial para saber qual é o nível de atividade que uma organização precisa atingir para não ficar com prejuízo. E isso pode ser identificado tanto em quantidades físicas como em valor das receitas geradas. Veremos o ponto de equilíbrio por meio de três perspectivas: o ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico. Por fim, veremos o grau de alavancagem operacional, que proporciona saber a variação no resultado da empresa com base em vários níveis de atividade.

Independentemente se a organização é uma cooperativa de serviços, médica, agroindustrial, de crédito, transporte, o conteúdo é totalmente aplicado, ou, ainda, uma empresa tradicional, com ou sem fins lucrativos, todo conhecimento pode ser aplicado sem ressalvas. E como você verá, praticamente todas as abordagens contam com exemplos, quadros e demonstrativos que auxiliam no aprendizado.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

Após termos estudado os elementos que compõem o custo de produção, podemos afirmar que, para calcular o custo de um produto, bastaria aplicarmos a seguinte fórmula:

$$CP = MD + MOD + CIF$$

Sendo:

CP: custo de produção.

MD: materiais diretos.

MOD: mão de obra direta.

CIF: custos indiretos de fabricação.

Lembrando que, para calcular o custo de um produto em específico, os custos indiretos de fabricação necessitam passar pelo processo de rateio antes de serem incluídos na fórmula. Contudo, a inclusão dos custos indiretos no cálculo do custo de um produto depende da metodologia a ser utilizada, ou seja, o método de custeio adotado.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Estudaremos sobre os métodos de custeio. Mas você sabe qual é a diferença dos métodos de custeio e da apropriação dos custos, que já foi apresentada na unidade anterior?

Segundo Fragalli e Castro (2018), quando se fala em apropriação dos custos, considera-se como eles podem ser distribuídos ou rateados aos mais diversos departamentos ou produtos. Contudo, quando se fala de métodos de custeio, a ideia é definir quais gastos serão considerados para calcular o custo de um produto. Sendo assim, o método de custeio adotado determina quais valores irão compor o custo de produção, enquanto a apropriação define a forma de distribuir os custos, seja ao setor ou produto.

O objetivo fundamental dos métodos de custeio é apurar o custo de uma única unidade produzida. Com essa informação, os gestores podem:

- Custear inventários para demonstrativos financeiros e para determinar o lucro líquido do período;
- Supervisionar a gerência no planejamento e controle das operações;
- Acompanhar a gerência nas situações de tomadas de decisões (formação de preço de venda, manter ou eliminar linhas de produtos, fabricar ou comprar componentes, negociar preços especiais etc.) (FRAGALLI; CASTRO, 2018 , p. 103).

Sendo assim, podemos definir o custeamento do produto como sendo o processo de identificar o custo unitário de cada produto produzido pela empresa, nas suas diferentes versões ou variações (FRAGALLI; CASTRO, 2018). A seguir, serão abordados dois métodos de custeio: por absorção e variável.

CUSTEIO POR ABSORÇÃO

O custeio por absorção, de acordo com Martins (2018, p. 22), “consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de fabricação são distribuídos para todos os produtos feitos”, ou seja, todos os custos de produção, sejam eles fixos ou variáveis, são considerados no cálculo do custo do produto. Já os gastos não fabris, ou seja, as despesas são excluídas desse cálculo.

Pode-se, então, concluir que o custeio por absorção é um processo de apuração de custos cujo objetivo é ratear todos os elementos utilizados em cada fase da produção.

Segundo Fragalli e Castro (2018, p. 103), “no custeio por absorção, o método de apuração dos custos unitários leva em consideração apenas os gastos incorridos no processo produtivo”. Logo, existe a necessidade de diferenciar corretamente os custos das despesas, do contrário haverá erro no cálculo do custo unitário.

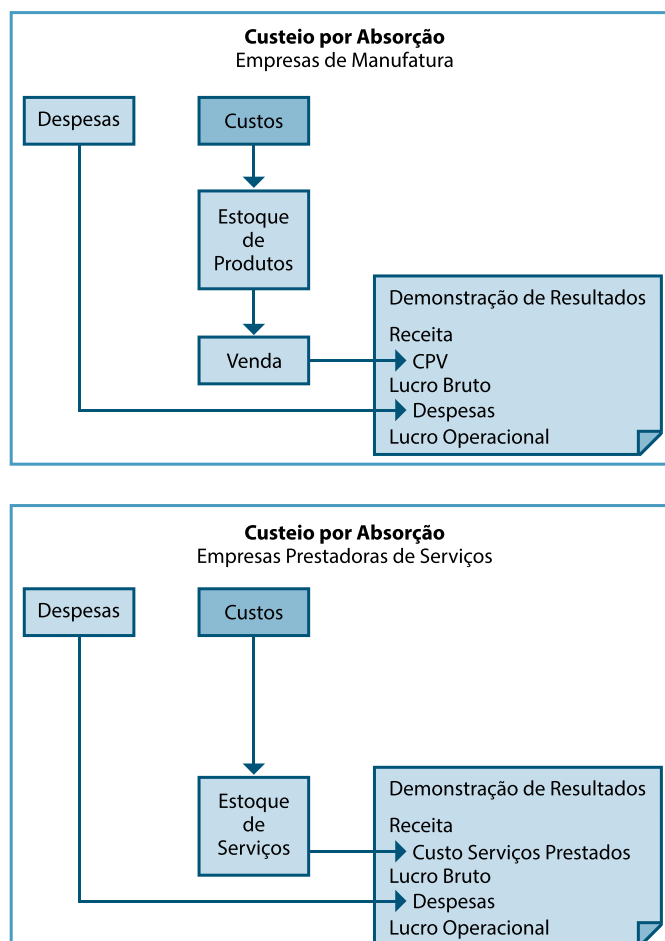


Figura 1 - Custeio por absorção / Fonte: Martins (2018, p. 23).

Descrição da Imagem: custeio por absorção de empresas de manufatura e prestadoras de serviços: Despesas = Lucro Operacional / Custos = Estoques de Serviços = Custo de Serviços Prestados

Ao considerar todos os custos de produção, seja fixo ou variável, na apuração do custo do produto, o custeio por absorção atende ao princípio contábil da Realização da Receita em Confrontação com a Despesa. Por esse motivo, o custeio por absorção é tido como básico para a Auditoria Externa, tendo em vista que só aceita esse critério para fins de avaliação de estoques. Por sua vez, a Receita Federal também exige a utilização desse método para fins de Imposto de Renda. Para compreender melhor o funcionamento do custeio por absorção, utilizaremos o exemplo apresentado por Fragalli e Castro (2018), o qual analisa a empresa Boa

Pesca Ltda. Essa empresa fictícia é especializada na industrialização dos resíduos de pescados. Seu único produto é um pó produzido com base na cartilagem de tubarão.

Durante um determinado mês, foram produzidos 1.200 potes de pó de cartilagem de tubarão, com 100 gramas cada. Cada pote de produto acabado é vendido por R\$ 85,00. A tabela a seguir contém as informações sobre os gastos de um determinado mês da empresa Boa Pesca Ltda.

BENEFICIADORA DE RESÍDUOS DE PESCADOS BOA PESCA LTDA.	
GASTOS DO MÊS	\$
GASTOS VARIÁVEIS	
Transporte dos resíduos de cartilagem de tubarão (matéria-prima)	10.000,00
Custo com demais matérias-primas e materiais diretos	14.200,00
Custo total com a mão de obra para a industrialização	11.500,00
Manutenção das máquinas da fábrica	1.000,00
Energia elétrica da fábrica	500,00
Salários e comissões dos vendedores	3.000,00
Tributos sobre as vendas	10.400,00
TOTAL DOS GASTOS VARIÁVEIS	50.600,00
GASTOS FIXOS	
Aluguel do prédio do escritório administrativo	1.500,00
Aluguel do prédio da fábrica	1.600,00
Energia elétrica do escritório	300,00
Seguro e vigilância da fábrica	700,00
Salários e encargos do pessoal administrativo	8.500,00
Depreciação das máquinas e equipamentos da fábrica	1.300,00
Depreciação das máquinas do escritório administrativo	250,00
TOTAL DOS GASTOS FIXOS	14.150,00
TOTAL DOS GASTOS DO MÊS	64.750,00

Tabela 1 - Boa Pesca Ltda. (gastos do mês) / Fonte: adaptada de Fragalli e Castro (2018).

Considerando essas informações, Fragalli e Castro (2018) apresentam o cálculo do custo unitário de cada pote de pó de cartilagem de tubarão por meio do custeio por absorção. Para tanto, o primeiro passo é separar os custos das despesas, tendo em vista que esse método considera como custo apenas os valores gastos no processo produtivo, sejam eles fixos ou variáveis.

BENEFICIADORA DE RESÍDUOS DE PESCADOS BOA PESCA LTDA.	
GASTOS DO MÊS	\$
CUSTOS DE PRODUÇÃO	
Transporte dos resíduos de cartilagem de tubarão (matéria-prima)	10.000,00
Custo com demais matérias-primas e materiais diretos	14.200,00
Custo total com a mão de obra para a industrialização	11.500,00
Manutenção das máquinas da fábrica	1.000,00
Energia elétrica da fábrica	500,00
Aluguel do prédio da fábrica	1.600,00
Seguro e vigilância da fábrica	700,00
Depreciação das máquinas e equipamentos da fábrica	1.300,00
TOTAL DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO	40.800,00
DESPESAS	
Salários e comissões dos vendedores	3.000,00
Tributos sobre as vendas	10.400,00
Salários e encargos do pessoal administrativo	8.500,00
Aluguel do prédio do escritório administrativo	1.500,00
Energia elétrica do escritório	300,00
Depreciação das máquinas do escritório administrativo	250,00
TOTAL DAS DESPESAS	23.950,00
TOTAL DOS GASTOS DO MÊS	64.750,00

Tabela 2 - Boa Pesca Ltda. (separação dos custos e despesas) / Fonte: adaptada de Fragalli e Castro (2018).

Depois de identificar todos os custos consumidos no processo produtivo, basta distribuí-los pela quantidade produzida, ou seja, 1.200 unidades de potes de pó de cartilagem de tubarão.

Vale ressaltar que, neste exemplo proposto por Fragalli e Castro (2018), considera-se que a empresa atua na fabricação de apenas um produto, o que facilita a distribuição dos custos. No quadro a seguir, apresentamos essa distribuição.

CUSTEIO POR ABSORÇÃO	
Total dos custos de produção	40.800,00
Quantidade de potes industrializados no mês	1.200
Custo de cada pote	34,00

Quadro 1 - Boa Pesca Ltda. (custo unitário pelo custeio por absorção) / Fonte: adaptado de Fragalli e Castro (2018).

Conforme apresentado, ao utilizar o custeio por absorção, cada unidade do produto custou para a empresa R\$ 34,00. A seguir, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício, considerando que, mesmo tendo produzido 1.200 potes de pó de cartilagem de tubarão, foram vendidas apenas 900 unidades no mês analisado.

	\$
Receita operacional bruta (900 unidades x \$ 85)	76.500,00
(-) Deduções das vendas brutas	(10.400,00)
Tributos sobre as vendas	(10.400,00)
(=) Receita operacional líquida	66.100,00
(-) Custo dos produtos vendidos (900 unidades x \$ 34)	(30.600,00)
(=) Lucro bruto	35.500,00
(-) Despesas operacionais	(13.550,00)
Salários e encargos do pessoal administrativo	(8.500,00)
Aluguel do prédio do escritório administrativo	(1.500,00)
Energia elétrica do escritório	(300,00)
Depreciação das máquinas do escritório administrativo	(250,00)
Salários e comissões dos vendedores	(3.000,00)
(=) Lucro líquido antes do IR e CSLL	21.950,00

Quadro 2 - DRE da empresa Boa Pesca Ltda. pelo custeio por absorção / Fonte: adaptada de Fragalli e Castro (2018).

Note que, apesar do custo do referido mês ter totalizado R\$ 40.800,00, na apuração do resultado, considerou-se apenas R\$ 30.600,00. Isso porque nem todas as unidades produzidas foram vendidas. Das 1.200 unidades fabricadas, 900 foram vendidas, assim, apenas o custo das 900 unidades deve ser considerado para apuração do resultado. O gasto com a produção das outras 300 unidades irá compor o estoque de produtos acabados e só irá para o resultado quando forem vendidas.

Como os custos fixos, normalmente, são atribuídos aos produtos por meio de rateio, acredita-se que o método de custeio por absorção apresenta falhas, principalmente, quando utilizado na geração de informações para fins gerenciais. Isso porque os critérios de rateio, na maioria das vezes, possuem elevado grau de arbitrariedade. Tendo em vista essa dificuldade do custeio por absorção, surge o custeio variável.

CUSTEIO VARIÁVEL

No método de custeio variável, apenas os custos diretamente ligados aos produtos ou serviços prestados são considerados como custo do produto. Assim, somente os custos variáveis, normalmente compostos pelos custos diretos, são alocados aos produtos, sendo que os custos indiretos entram na conta de resultados do exercício sem interferir nas margens de lucro utilizadas na tomada de decisões (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

No Custeio Variável, só são apropriados aos produtos os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o Resultado; para os estoques só vão, como consequência, custos variáveis (MARTINS, 2018, p. 186).

Nesse método, somente os custos variáveis são apropriados à produção, quer diretos, quer indiretos. Já os custos fixos são contabilizados diretamente na conta de resultado (junto às despesas ou aos dispêndios). A justificativa é que os custos fixos ocorrerão independentemente do volume de produção da empresa, portanto eles não são considerados como custos de produção, e sim como despesas do período.



É levado em consideração, nesse método, que a infraestrutura da empresa não interfere no processo de formação de custos dos produtos, pois, uma vez que ela é concebida, os gastos ocorrem independentemente se houver ou não produção.



ZOOM NO CONHECIMENTO

No entanto, esse método fere o princípio contábil da Realização da Receita em Confrontação com a Despesa, porque os custos fixos são reconhecidos como despesas mesmo que nem todos os produtos fabricados tenham sido vendidos. Isso significa que, se a empresa produzir e não vender, os custos fixos já serão reconhecidos como despesa, diminuindo o resultado apurado na Demonstração do Resultado, mesmo as mercadorias estando em estoque.

Automaticamente, quando a empresa vendê-las, o resultado será maior, tendo em vista que parte dos custos utilizados na fabricação de tais mercadorias foi reconhecida em período anterior. O método de custeio variável é indicado para tomada de decisões. Isso porque consiste em considerar como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos, o que permite analisar valores que oneram o produto e que podem ser ajustados. Afinal de contas, os custos fixos, como o próprio nome já diz, vão incorrer independente do volume de produção.

Outra diferença em relação ao custeio por absorção, de natureza formal, reside na maneira de apresentar a Demonstração do Resultado. No custeio variável, a diferença entre as vendas líquidas e o CPV (custo dos produtos vendidos) e despesas variáveis é denominada margem de contribuição.

De acordo com Fragalli e Castro (2018), a margem de contribuição propicia a verificação de quais produtos e serviços são mais ou menos lucrativos para a

empresa. Isso sem a necessidade de utilizar métodos de rateio, tendo em vista sua discutível arbitrariedade. Sendo assim, cada produto deve ter um percentual de margem de contribuição que o mercado aceite pagar e não, simplesmente, um aumento ou percentual em cima dos custos variáveis. Além de tudo isso, o isolamento dos custos fixos facilita a gestão da empresa, já que o cálculo do custo é simplificado devido a não utilização de cálculos de rateio.

Para exemplificar o funcionamento do custeio variável, utilizaremos o mesmo exemplo de Fragalli e Castro (2018) apresentado anteriormente sobre a empresa Boa Pesca Ltda. Ao utilizar o custeio por absorção, o primeiro passo foi separar os gastos em custos e despesas. Agora, para o custeio variável, além de separar custos e despesas, é necessário identificar quais são fixos e quais são variáveis. A seguir, apresenta-se essa distribuição, tendo como base os valores apresentados anteriormente.

BENEFICIADORA DE RESÍDUOS DE PESCADOS BOA PESCA LTDA.	
GASTOS DO MÊS	\$
CUSTOS DE PRODUÇÃO	
Transporte dos resíduos de cartilagem de tubarão (matéria-prima)	10.000,00
Custo com demais matérias-primas e materiais diretos	14.200,00
Custo total com a mão de obra para a industrialização	11.500,00
Manutenção das máquinas da fábrica	1.000,00
Energia elétrica da fábrica	500,00
TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	37.200,00
CUSTOS FIXOS DE PRODUÇÃO	
Aluguel do prédio da fábrica	1.600,00
Seguro e vigilância da fábrica	700,00
Depreciação das máquinas e equipamentos da fábrica	1.300,00
TOTAL DOS CUSTOS FIXOS DE PRODUÇÃO	3.600,00
TOTAL DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO	40.800,00
DESPESAS VARIÁVEIS E FIXAS	
Salários e encargos do pessoal administrativo	8.500,00

BENEFICIADORA DE RESÍDUOS DE PESCADOS BOA PESCA LTDA.	
Aluguel do prédio do escritório administrativo	1.500,00
Energia elétrica do escritório	300,00
Depreciação das máquinas do escritório administrativo	250,00
Salários e comissões dos vendedores	3.000,00
Tributos sobre as vendas	10.400,00
TOTAL DAS DESPESAS	23.950,00
TOTAL DOS GASTOS DO MÊS	64.750,00

Tabela 3 - Boa Pesca Ltda. (separação dos custos fixos, custos variáveis e despesas) / Fonte: adaptada de Fragalli e Castro (2018).

Conforme apresentado por Fragalli e Castro (2018), ao considerar apenas os custos variáveis como custo do produto, no período analisado, apurou-se um custo total de R\$ 37.200,00. O que representa uma diminuição de R\$ 3.600,00 em relação ao valor apurado no custeio por absorção, que apresentou um custo total de R\$ 40.800,00. Sendo assim, considerando o custeio variável, o custo unitário do produto passaria a ser de:

CUSTEIO VARIÁVEL	
Total dos custos variáveis de produção	37.200,00
Quantidade de potes industrializados no mês	1.200
Custo de cada pote – custeio variável	31,00

Quadro 3 - Boa Pesca Ltda. (custeio variável) / Fonte: adaptada de Fragalli e Castro (2018).

Como podemos observar, pelo custeio variável, apurou-se um custo unitário de R\$ 31,00 para cada pote de pó de cartilagem de tubarão (FRAGALLI; CASTRO, 2018). É importante ressaltar que essa diminuição no custo unitário não se refere à diminuição dos gastos do processo produtivo, mas sim à escolha de quais gastos são considerados, sendo assim, os custos fixos continuam existindo, mas não compõem o custo do produto. A seguir, a Demonstração do Resultado apresenta como o método de custeio interfere no resultado.

	\$
Receita operacional bruta (900 unidades x \$ 85)	76.500,00
(-) Deduções das vendas brutas	(10.400,00)
Tributos sobre as vendas	(10.400,00)
(=) Receita operacional líquida	66.100,00
(-) Custo dos produtos vendidos (900 unidades x \$ 34)	(30.600,00)
(=) Lucro bruto	35.500,00
(-) Despesas operacionais	(13.550,00)
Salários e encargos do pessoal administrativo	(8.500,00)
Aluguel do prédio do escritório administrativo	(1.500,00)
Energia elétrica do escritório	(300,00)
Depreciação das máquinas do escritório administrativo	(250,00)
Salários e comissões dos vendedores	(3.000,00)
(=) Lucro líquido antes do IR e CSLL	21.950,00

Quadro 4 - DRE da empresa Boa Pesa Ltda. pelo custeio variável / Fonte: adaptado de Fragalli e Castro (2018).

Ao adotar o custeio variável, a empresa Boa Pesca Ltda. apurou um resultado de R\$ 21.050,00. Comparando os dois métodos, percebe-se que o Lucro Bruto é maior no custeio variável, isso porque o custo unitário nesse método é menor.

LUCRO BRUTO	
Custeio por absorção	\$ 35.500,00
Custeio Variável	\$ 38.200,00

Contudo, mesmo apresentando um Lucro Bruto maior, o resultado Líquido encontrado por meio do custeio variável é menor.

LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	
Custeio por absorção	\$ 21.950,00
Custeio Variável	\$ 21.050,00

A explicação para isso é que, no custeio variável, todos os custos fixos são tidos como despesa do período. Já no custeio por absorção, como os custos fixos compõem o custo de produção, o valor gasto referente às unidades não vendidas compõe o valor das mercadorias em estoque e só será reconhecido no resultado no momento da venda (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

De acordo com Fragalli e Castro (2018), o custeio variável oferece informações que são mais úteis e relevantes para a tomada de decisão do que as demais abordagens do método de custeio, principalmente por evidenciar, de forma clara e objetiva, a margem de contribuição que a instituição precisa ter para suportar determinado volume de atividade, de modo a absorver os seus custos fixos e gerar resultados favoráveis.

O objetivo de qualquer informação contábil é sua utilização no processo de tomada de decisão, um sistema de custos não é um fim em si mesmo. Em outras palavras, ele é uma ferramenta gerencial que existe para fornecer ao administrador dados de custos necessários para dirigir os assuntos de uma organização. Assim, o método de custeio variável é o método conceitualmente adequado para a gestão econômica do sistema da empresa no âmbito da Contabilidade de Custos.

Para frisar, o custeio por absorção é de utilização obrigatória para a Contabilidade Financeira e Fiscal. Sendo assim, o custeio variável só é permitido na Contabilidade Gerencial.

O custeio por atividades não pertence a nenhum dos dois gêneros de custeio até aqui estudados – variável e por absorção –, pois situa-se em uma outra perspectiva e tem características bem distintas [...].



APROFUNDANDO

No seu objetivo maior de propiciar elementos informativos para a gestão dos custos, o ABC cuida do mapeamento de processos e atividades, da identificação dos fatores que determinam ou influenciam o custo das atividades e da identificação das rotas de custos, rastreando-os aos produtos, clientes, canais de distribuição etc. Nessa linha de raciocínio, define-se o custeio baseado em atividades como um método de análise de custos, principalmente de overhead, que tem por base o foco no conceito de processos, atividades e direcionadores de custos.

Fonte: adaptado de Martins e Rocha (2015, p. 140-141).

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Conforme descreve Fragalli e Castro (2018, p. 128), “a margem de contribuição consiste na diferença entre o preço de venda e a soma das despesas e custos variáveis de um produto ou serviço”. Sendo assim, para que se possa calcular a margem de contribuição, é necessário classificar os gastos em variáveis e fixos. A margem de contribuição pode ser apurada de várias formas:

FORMA DE APURAÇÃO	EM QUE CONSISTE
Global da empresa	Soma da margem de contribuição de todos os produtos fabricados e vendidos pela empresa em um determinado período.
Global de uma filial	Soma da margem de contribuição de todos os produtos fabricados e vendidos por uma das filiais da empresa em um determinado período.
Departamental	Consiste na apuração da margem de contribuição obtida pela soma da margem de contribuição dos produtos fabricados e vendidos por um departamento em um determinado período.
Total por produto	É obtido por meio da soma da margem de contribuição multiplicada pelo número de itens fabricados e produzidos de um tipo de produto apenas em um determinado período.
Unitária	Revela a margem de contribuição de uma unidade de um único produto.

FORMA DE APURAÇÃO	EM QUE CONSISTE
Divisão de negócios	Soma da margem de contribuição de todos os produtos fabricados e vendidos por uma das divisões de negócios da empresa em um determinado período.

Quadro 5 - Formas de apuração da margem de contribuição / Fonte: adaptado de Fragalli e Castro (2018).

Lunkes (2007, p. 121) entende que “margem de contribuição é a quantia de receita que permanece depois de deduzir os custos e despesas variáveis”, ou seja, o lucro variável seja ele por unidade, por departamento ou total.

Oliveira e Perez Junior (2012, p. 222) afirmam que a margem de contribuição pode ser entendida como “a diferença entre o preço de venda e a soma das despesas e custos variáveis de um produto ou serviço”. E será com o conceito desses dois últimos autores que esse assunto será tratado, ou seja:

$$\text{Margem de contribuição} = \text{Preço de venda} - \text{custos variáveis} - \text{despesas variáveis}$$

Como os custos variáveis em conjunto com as despesas variáveis formam os gastos variáveis, pode-se assim simplificar:

$$\text{Margem de contribuição} = \text{Preço de venda} - \text{gastos variáveis}$$

Assim, podemos concluir que a margem de contribuição é o que sobra para a empresa cobrir os custos e despesas fixas, ou seja, os gastos que ocorrem independentes da produção.

A margem de contribuição é, em outras palavras, a “sobra financeira” de cada produto ou divisão de uma empresa para a recuperação — ou amortização — das despesas e dos custos fixos de uma entidade e para a obtenção do lucro esperado pelos empresários (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012, p. 222).

A título de exemplo, apresentaremos a margem de contribuição de uma indústria de móveis que fabrica carteiras, mesas e cadeiras. Suponhamos que, no mês de abril, a empresa tenha produzido 1.300, 1.600 e 2.500 unidades, respectivamente. Com os gastos variáveis já apurados, a margem de contribuição unitária, por produto e global, são:

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS NO MÊS	CARTEIRAS	MESAS	CADEIRAS
	R\$	R\$	R\$
a. Preço de venda de cada unidade vendida	80,00	70,00	50,00
b. Gastos variáveis			
b1. Despesas variáveis por unidade	(5,15)	(5,00)	(4,50)
b2. Custos variáveis por unidade	(36,00)	(40,00)	(22,00)
c. Margem de contribuição unitária (a - b)	38,85	25,00	23,50
d. Quantidade produzida e vendida	1.300 un.	1.600 un.	2.500 un.
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	50.505,00	40.000,00	58.750,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	149.255,00		

Quadro 6 - Margem de contribuição unitária por produto e global / Fonte: adaptado de Fragalli e Castro (2018).

Por meio do quadro, pode-se verificar que o produto que apresenta a maior margem de contribuição unitária no mês é a carteira. No entanto, ao considerar o total produzido, o produto que mais contribuiu para amortizar os gastos fixos da empresa foi a cadeira, mesmo possuindo a menor margem de contribuição unitária. Isso foi possível pelo fato de o volume de vendas das cadeiras terem sido, representativamente, superior às carteiras.

Nesse sentido, é importante verificar que nem sempre o produto que apresenta a maior margem de contribuição por unidade é o mais interessante para a empresa, pois o volume produzido e comercializado é um fator relevante nesse sentido. De acordo com Ribeiro (2018, p. 439):

APROFUNDANDO

Na análise da rentabilidade de cada produto, a margem de contribuição unitária multiplicada pelo total das unidades fabricadas relativas a cada produto, família ou grupo evidenciará a capacidade que cada produto, família ou grupo tem para gerar recursos para a empresa.

Além de calcular a margem de contribuição relativa aos produtos, seja de forma unitária, por produto ou global, a empresa pode optar por analisar a margem de contribuição por filial (FRAGALLI; CASTRO, 2018). Essa informação possibilita verificar qual filial é mais ou menos rentável para o grupo. O quadro a seguir demonstra um exemplo desse cálculo.

FILIAIS	01	02	03
	R\$	R\$	R\$
Volume de vendas no mês	5.000.000	4.000.000	6.000.000
Gastos variáveis			
Despesas variáveis no mês	(1.000.000)	(900.000)	(1.800.000)
Custos variáveis no mês	(1.500.000)	(1.000.000)	(2.200.000)
Margem de contribuição por filial	2.500.000	2.100.000	2.000.000
Margem de contribuição global da empresa	6.600.000		

Quadro 7 - Margem de contribuição por filial / Fonte: as autoras.

Conforme demonstrado no quadro, a filial 03, com maior volume de vendas, não é a que apresenta maior margem de contribuição. Devido aos gastos variáveis serem menores na filial 01, esta apresenta a maior margem de contribuição.

O exemplo foi apresentado supondo as filiais de uma empresa, o que não impede que esse procedimento seja realizado com departamentos ou por divisão de negócios.

Segundo Oliveira e Perez Junior (2012), por meio da análise da margem de contribuição, é possível:

- I - Verificar quais produtos são mais rentáveis e os menos rentáveis ou deficitários.
- II - Qual foi o produto que mais contribuiu para amortizar os gastos fixos da empresa.

Essas informações podem levar a decisões de quais produtos ou linha de produção podem ser fomentados ou, até mesmo, eliminados.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Mesmo em empresas prestadoras de serviços que não possuem estoques, seria aplicável a margem de contribuição para fins de decisão?

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E OS FATORES LIMITATIVOS DE PRODUÇÃO

Por meio da demonstração da margem de contribuição, pode-se, a princípio, acreditar que o mais interessante, a decisão mais acertada por parte do administrador seja fomentar a produção e venda do produto que possui a maior margem de contribuição em relação aos demais produtos. No entanto, de acordo com Fragalli e Castro (2018, p. 132-133), essa premissa é verdadeira somente nos seguintes cenários:

- a) a organização não possui fatores que limitem sua produção (hora máquina, hora mão-de-obra, matéria-prima etc.);
- b) Toda demanda de mercado/venda está sendo atendida pela empresa, não existem clientes que estão sendo atendidos parcialmente face algum limitador de produção.

Contudo, caso a empresa possua algum fator que limite a sua produção, a decisão sobre qual produto deve ser priorizado não deve ser tomada com base no produto que apresenta a maior margem de contribuição unitária. A partir desse momento, é necessário tomar as decisões com base na margem de contribuição pelo fator limitativo de produção.

Para exemplificar o que é um fator limitativo de produção, observemos a empresa F&F S.A. Ela é fabricante de peças de aço para a construção civil. Em um determinado mês, a empresa produziu e vendeu três produtos com as seguintes margens de contribuição unitária:

VALORES UNITÁRIOS	PRODUTO A	PRODUTO B	PRODUTO C
Preço de venda	300,00	300,00	420,00
Gastos variáveis	(160,00)	(130,00)	(240,00)
Margem de contribuição	140,00	170,00	180,00

Quadro 8 - Margem de contribuição unitária / Fonte: as autoras.

Considerando apenas esses dados, o Produto C apresenta-se como o mais rentável, pois possui a maior margem de contribuições, porém é o que leva mais tempo para ser produzido:

DADOS DA PRODUÇÃO DO MÊS	PRODUTO A	PRODUTO B	PRODUTO C
Quantidade de horas-máquinas para produzir cada unidade	4,0 h	2,5 h	8,0 h
Unidades produzidas e vendidas no mês	2.000 und.	1.000 und.	3.000 und.
Total de horas-máquinas para fabricação de cada produto	8.000 h	2.500 h	24.000 h
Total de horas-máquinas gastas no mês	34.500 h		

Quadro 9 - Horas-máquinas para fabricação dos produtos / Fonte: as autoras.

Nesse exemplo, estamos considerando que a empresa trabalhou com sua capacidade máxima das máquinas e equipamentos, ou seja, o limite de produtividade de seus aparelhos é de 34.500 horas mensais. Sendo assim, a hora-máquina representa um fator limitativo de produção e deve ser considerado no cálculo da margem de contribuição.

Para comparar o impacto do fator limitativo de produção, inicialmente, vamos supor que a empresa optou por atender totalmente à demanda do produto C, tendo em vista que ele oferece a maior margem de contribuição unitária. Contudo, as demandas dos produtos A e B foram atendidas parcialmente, conforme apresentado no quadro a seguir:

PRODUTOS	QUANTIDADE FABRICADA/VENDIDA	DEMANDA
Produto A	2.000 unid.	3.000 unid.
Produto B	1.000 unid.	1.400 unid.
Produto C	3.000 unid.	3.000 unid.

Quadro 10 - Quantidade fabricada/vendida X demanda de cada produto / Fonte: as autoras.

O administrador acredita ter tomado a decisão correta em priorizar a produção e venda do produto que oferecia a maior margem de contribuição em relação aos outros produtos, ou seja, o produto C. No entanto, será que essa foi uma decisão acertada?

Considerando que, no referido mês, os custos e despesas fixas totalizaram R\$ 600.000,00, verificaremos qual é o resultado obtido com a produção e venda realizada de acordo com a decisão dos administradores da empresa.

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS NO MÊS	PRODUTO A	PRODUTO B	PRODUTO C
a. Preço de venda de cada unidade - de venda	300,00	300,00	420,00
b. Gastos variáveis	(160,00)	(130,000)	(240,00)
c. Margem de contribuição unitária	140,00	170,00	180,00
d. Quantidade produzida e vendida	2.000	1.000	3.000
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	280.000,00	170.000,00	540.000,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	990.000,00		
g. Gastos fixos do mês	(600.000,00)		
h. Resultado	390.000,00		

Quadro 11 - Cálculo do resultado sem considerar o fator limitativo de produção / Fonte: as autoras.

Nesse segundo momento, consideramos o fator limitativo de produção, ou seja, o tempo de horas-máquinas utilizado na fabricação dos produtos. Para levar em consideração o fator limitativo no cálculo da margem de contribuição, basta dividir a margem de contribuição unitária pela quantidade de horas necessárias para produzir cada item, assim encontramos o quanto cada produto rende por hora para a empresa.

VALORES UNITÁRIOS	PRODUTO A	PRODUTO B	PRODUTO C
Margem de contribuição unitária	140,00	170,00	180,00
Quantidade de horas-máquinas para produzir cada unidade	4,0 h	2,5 h	8,0 h
Margem de contribuição por fator limitativo de produção	35,00	68,00	22,50

Quadro 12 - Cálculo da margem de contribuição com fator limitativo de produção / Fonte: as autoras.

Como demonstra o quadro, considerando o tempo gasto na fabricação, o Produto B passa a ser o mais rentável, e não mais o Produto C. Isso porque, apesar de apresentar uma margem de contribuição intermediária (R\$ 170,00), o Produto B é o que leva menos tempo para ser fabricado.

Sendo assim, se o administrador tivesse levado em consideração o fator limitativo de produção, o produto que deveria ser priorizado para produção e venda seria o produto B, com margem de contribuição por fator limitativo de R\$ 68,00. Em seguida, seria o produto A, com R\$ 35,00 de margem de contribuição por fator limitativo. E somente o tempo que restar de horas-máquinas deveria ser utilizado na fabricação do produto C, com R\$ 22, 50 de contribuição por fator limitativo.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Tendo identificado quais produtos devem ser priorizados, a empresa pode agregar o fator demanda, ou seja, procurar atender, primeiramente, a demanda do produto mais rentável, em seguida, a demanda do segundo mais rentável, e assim por diante (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

Portanto, a empresa deveria procurar atender, em primeiro lugar, a demanda do Produto B (1.400 unidades), o que consumiria 3.500 horas-máquina. Em seguida, o Produto A (3.000 unidades), que utilizaria 12.000 horas-máquina.

E, por fim, como a capacidade total das máquinas e equipamentos é de 34.500 horas, restariam 19.000 horas para fabricação do Produto C, sendo possível concluir somente 2.375 unidades.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Nesta situação, não será possível atender toda a demanda do Produto C, contudo, como ele é o menos rentável, levando em consideração o fator limitativo de produção, a decisão de atender prioritariamente a demanda do produto B, para, em seguida, atender o produto A e, só então, atender o produto C é a melhor opção para a empresa.

O quadro a seguir demonstra como ficaria o resultado da empresa ao optar por levar em consideração os fatores limitantes hora-máquina e demanda.

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS NO MÊS	PRODUTO A	PRODUTO B	PRODUTO C
a. Preço de venda de cada unidade vendida	300,00	300,00	420,00
b. Gastos variáveis	(160,00)	(130,000)	(240,00)
c. Margem de contribuição unitária	140,00	170,00	180,00
d. Quantidade produzida e vendida	3.000	1.400	2.375
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	420.000,00	238.000,00	427.500,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	1.085.500,00		
g. Gastos fixos do mês	(600.000,00)		
h. Resultado	485.500,00		

Quadro 13 - Cálculo do resultado considerando o fator limitativo de produção / Fonte: as autoras.

Por meio da comparação entre o resultado obtido nos quadros, pode-se verificar que houve um incremento de R\$ 95.500,00 no resultado da empresa. É importante deixar claro que esse ganho ocorreu pelo simples fato da empresa ter levado em consideração o fator limitativo de produção.

Esse exemplo prático demonstra que, quando existirem fatores que limitem a produção de uma forma que a demanda de mercado não possa ser atendida, a simples premissa de incentivar a produção e venda do produto que possui a maior margem de contribuição unitária não possui mais validade (FRAGALLI; CASTRO, 2018).



INDICAÇÃO DE LIVRO

Contabilidade de Custos

Sinopse: são inúmeras as áreas da Contabilidade, sendo necessário munir-se de bons livros para estudá-las e compreendê-las. Uma dessas áreas é a Contabilidade de Custos, que, particularmente, exige análises bem detalhadas para a tomada de decisões. Ao contrário do que muitos pensam, estudar custos não é uma tarefa difícil.

E, com este livro, você terá uma experiência de leitura inigualável, uma vez que o autor faz uso da didática progressiva: parte sempre dos temas mais fáceis até chegar aos mais complexos, tornando o aprendizado mais acessível e estimulante, mesmo para aqueles que nunca estudaram custos.



Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio representa o estágio em que as receitas se igualam aos custos e despesas totais da empresa. Segundo Ribeiro (2018, p. 447), “neste estágio, a situação econômica da empresa estará em pleno equilíbrio, isto é, o volume de vendas é suficiente para cobrir os custos e as despesas totais, não havendo lucro nem prejuízo”.

O ponto em que o lucro líquido se iguala a zero pode ser mensurado em unidades físicas ou monetárias.

O modelo do ponto de equilíbrio tem por objetivo determinar o nível de produção em termos de quantidade ou de valor, que se traduz pelo equilíbrio entre a totalidade dos custos e despesas em relação às receitas. Para um nível abaixo desse ponto, a empresa estará na zona de prejuízo e, acima dele, na zona de lucratividade, conforme demonstrado a seguir.

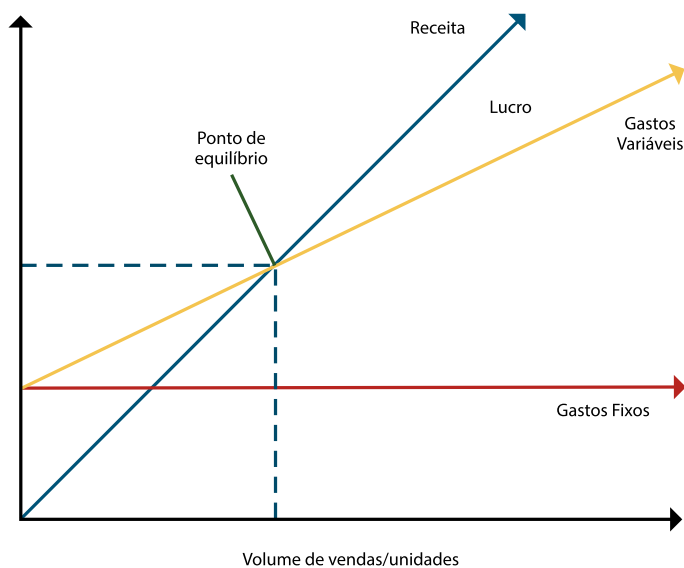


Figura 2 - Ponto de equilíbrio / Fonte: as autoras.

Descrição da Imagem: o ponto em que o lucro líquido se iguala a zero pode ser mensurado em unidades físicas ou monetárias.

Conforme afirma Ribeiro (2018, p. 448), “o ponto de equilíbrio tem por finalidade revelar o volume mínimo que a empresa deve produzir e vender para que consiga pelo menos cobrir os seus custos e despesas totais”.

PONTO DE EQUILÍBRIO CONTÁBIL (PEC)

O ponto de equilíbrio pode ser adaptado conforme a necessidade de informação de cada gestor, ou seja, “pode buscar o ponto em que a empresa não tem lucro nem prejuízo considerando todos os custos e despesas, ou considerando determinados gastos” (FRAGALLI; CASTRO, 2018, p. 138).

Quando você observar o termo ponto de equilíbrio, sem especificação, ele estar se referindo ao ponto de equilíbrio contábil (PEC). Segundo Fragalli e Castro (2018, p. 138), o PEC “se refere ao estágio no qual a receita total iguala-se aos custos e despesas totais, apresentando um resultado igual a zero, isto é, nem lucro nem prejuízo”.

As fórmulas para encontrar o ponto de equilíbrio contábil são:

Ponto de equilíbrio contábil
 PEC em unidades PEC Gastos fixos
 ção unitária
 PEC em receita bruta PEC Gastos fixos
 ção unitária
 100

A indústria de alimentos enlatados Sabor do Campo Ltda. apresenta os seguintes dados de produção para o cálculo do ponto de equilíbrio. Os gastos fixos foram apurados por meio de uma média dos últimos 12 meses.

Preço de venda por unidade	R\$ 15,00
Gasto variável por unidade	
Custo variável	R\$ 7,00
Despesa variável	R\$ 2,00
Gastos fixos (custos fixos + despesas fixas)	R\$ 180.000,00

Quadro 14 - Sabor do Campo Ltda. (dados de produção e venda) / Fonte: as autoras.

Considerando o exemplo proposto, para calcularmos o ponto de equilíbrio contábil, inicialmente, devemos calcular a margem de contribuição unitária, tanto de forma monetária como em porcentagem:

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R\$	%
Preço de venda por unidade	15,00	100%
(-) Gastos variáveis por unidade	(9,00)	(60%)
(=) Margem de contribuição por unidade	6,00	40%

Quadro 15 - Sabor do Campo Ltda. (margem de contribuição) / Fonte: as autoras.

Em seguida, basta aplicar a fórmula. Primeiramente, calcularemos o ponto de equilíbrio contábil em unidades.

$$PEC = \frac{R\$ 180.000,00}{R\$ 6,00} = 30.000$$

Isso significa que a empresa apresentará um resultado igual a zero quando produzir e vender 30.000 unidades, conforme demonstrado no quadro a seguir:

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS	R\$
a. Preço de venda por unidade	15,00
b. Gastos variáveis	
b1. Custos variáveis por unidade	(7,00)
b2. Despesas variáveis por unidade	(2,00)
c. Margem de contribuição unitária	6,00
d. Quantidade produzida e vendida	30.000 unid.
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	180.000,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	180.000,00
g. Gastos fixos do mês	(180.000,00)
h. Resultado	0

Quadro 16 - Sabor do Campo Ltda. (demonstração do ponto de equilíbrio por unidade) / Fonte: as autoras.

Para complementar, calcularemos o ponto de equilíbrio contábil em receita bruta, ou seja, qual a receita bruta necessária para que o resultado da empresa seja zero.

$$PEC = \frac{R\$ 180.000,00}{40} \times 100 = R\$ 450.000,00$$

Segundo o cálculo, a empresa necessita alcançar uma receita bruta de R\$ 450.000,00 para conseguir cobrir todos os seus gastos.

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS	R\$
Receita bruta	450.000,00
(-) Gastos variáveis (R\$ 9,00 x 30.000)	(270.000,00)
(-) Gastos fixos	(180.000,00)
(=) Resultado	0

O ponto de equilíbrio contábil, portanto, revela o volume a ser produzido e vendido ou a receita bruta a ser alcançada para que, contabilmente, não seja apurado nem lucro, nem prejuízo ou, no caso das cooperativas, nem sobras nem perdas.

PONTO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (PEF)

O ponto de equilíbrio financeiro refere-se ao momento em que a receita bruta se iguala aos custos e despesas totais, diminuídos dos custos e despesas não financeiras. Segundo Ribeiro (2018, p. 463):

Os custos e as despesas não financeiros são aqueles que, embora tenham sido considerados na apuração do resultado, integrando o total dos custos e despesas fixos, não correspondem a saídas de dinheiro da empresa, como é o caso das despesas ou custos com depreciação, amortização, exaustão, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, com perdas estimadas para redução de estoques ao valor realizável líquido etc.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Ao desconsiderar os custos e despesas não financeiras ou não desembolsáveis, o ponto de equilíbrio financeiro possibilita identificar o nível de produção e vendas necessário para que a empresa consiga "pagar" pelos seus gastos. Isso não significa que o resultado contábil será "zero", mas será o necessário para cobrir os gastos que exigem a saída de dinheiro do caixa.

O ponto de equilíbrio financeiro pode ser encontrado por meio das seguintes fórmulas:

Para demonstrar a aplicação do ponto de equilíbrio financeiro, continuaremos com o exemplo da empresa Sabor do Campo Ltda. Além dos dados mencionados, suponhamos que, dos R\$ 180.000,00 de custos e despesas fixos, R\$ 12.000,00 refiram-se à depreciação, isto é, gasto que não é desembolsável. Sendo assim, o ponto de equilíbrio financeiro, em unidades, será de:

$$PEF = \frac{R\$ 180.000,00 - R\$ 12.000,00}{R\$ 6,00} = 28.000$$

Isso significa que, para obter um resultado financeiro igual a zero, a empresa precisará produzir e vender 28.000 unidades de enlatados. Se você prestar atenção, vai perceber que são duas mil unidades a menos que a quantidade encontrada no ponto de equilíbrio contábil. Essa diferença corresponde aos custos e despesas não desembolsáveis que, apesar de serem considerados no cálculo do resultado, não representam saída de caixa.

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS	R\$
a. Preço de venda por unidade	15,00
b. Gastos variáveis	
b1. Custos variáveis por unidade	(7,00)
b2. Despesas variáveis por unidade	(2,00)
c. Margem de contribuição unitária	6,00
d. Quantidade produzida e vendida	28.000 unid.
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	168.000,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	168.000,00
g. Gastos fixos do mês	(180.000,00)
h. Resultado	(12.000,00)

Quadro 17 - Sabor do Campo Ltda. (demonstração do ponto de equilíbrio financeiro em unidades) /
Fonte: as autoras.

Por meio do quadro, pode-se perceber que, no ponto de equilíbrio financeiro, o resultado contábil é negativo, apresentando um prejuízo de R\$ 12.000,00. Apesar do resultado negativo, este ponto demonstra o nível de atividade necessário para que a empresa consiga cobrir seus gastos desembolsáveis. Sendo assim, por mais que o resultado contábil tenha sido negativo, neste ponto, a empresa consegue "pagar" todos os seus gastos.

Utilizando as mesmas informações, o ponto de financeiro, agora em receita bruta, será de:

$$PEF = \frac{R\$ 180.000,00 - R\$ 12.000,00}{40} \times 100 = R\$ 420.000,00$$

Isso significa que a empresa precisa faturar R\$ 420.000,00 para cobrir seus custos e despesas financeiras.

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R\$
Receita bruta	420.000,00
(-) Gastos variáveis (R\$ 9,00 x 28.000)	(252.000,00)
(-) Gastos fixos	(180.000,00)
(=) Resultado	(12.000,00)

Quadro 18 - Sabor do Campo Ltda. (demonstração do ponto de equilíbrio financeiro em receita bruta) /
Fonte: as autoras.

Perceba que, no ponto de equilíbrio financeiro, o prejuízo encontrado corresponde exatamente aos custos e despesas não desembolsáveis. Sendo assim, mesmo apresentando um prejuízo, as receitas auferidas são suficientes para cobrir os gastos financeiros, ou seja, os gastos que provocam a saída de recursos do caixa.

PONTO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO (PEE)

Por meio do ponto de equilíbrio econômico, é possível projetar os resultados que a empresa poderá obter em diversos níveis de atividades de produção e de vendas, mantidas constantes as demais variáveis, tais como margem de contribuição, total das despesas e custos fixos etc. O ponto de equilíbrio econômico corresponderá ao nível de atividade necessário para se atingir o resultado esperado ou projetado.

Ponto de equilíbrio econômico é o estágio alcançado pela empresa no momento em que a receita total, derivada da venda de produtos, é suficiente para cobrir os custos e as despesas totais e ainda proporcionar uma margem de lucro aos proprietários, como remuneração do capital por eles investido na empresa (RIBEIRO, 2018, p. 458).

Quando uma pessoa investe no capital de uma empresa, ela espera receber como remuneração, no mínimo, os juros de mercado. Quando a empresa opera no ponto de equilíbrio contábil, os investidores nada recebem pelo investimento,

afinal o resultado é zero. Contudo, quando a empresa utiliza o ponto de equilíbrio econômico, ela projeta um retorno mínimo desejado para cobrir os custos e despesas totais e, ainda, remunerar seus investidores.

O ponto de equilíbrio econômico pode ser encontrado por meio das seguintes fórmulas:

PONTO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO	
PEE em unidades	$PEE = \frac{\text{Gastos fixos} + \text{Resultado projetado}}{\text{margem de contribuição unitária}}$
PEE em receita bruta	$PEE = \frac{\text{Gastos fixos} + \text{Resultado projetado}}{\% \text{ Margem de contribuição unitária}} \times 100$

Quadro 19 - Fórmulas ponto de equilíbrio econômico / Fonte: as autoras.

O resultado projetado, por sua vez, corresponde à margem de lucro que servirá de remuneração ao capital investido. Este pode ser calculado de diferentes formas: percentagem do capital investido; percentagem da receita bruta; valor fixo; entre outros.

ZOOM NO CONHECIMENTO

Muitas empresas têm adotado políticas de metas para seus funcionários, principalmente, no setor de vendas. O ponto de equilíbrio econômico pode ser utilizado na determinação dessas metas.

Utilizando o exemplo da empresa Sabor do Campo Ltda., calcularemos o ponto de equilíbrio econômico sabendo que o Capital Social da empresa é de R\$ 500.000,00 e que os investidores esperam receber uma remuneração de 6% sobre o investimento realizado, isto é, R\$ 30.000,00 .

$$PEE = \frac{R\$ 180.000,00 + R\$ 30.000,00}{R\$ 6,00} = 35.000$$

Isso significa que, para a empresa conseguir cobrir todos os seus custos e despesas e ainda proporcionar o lucro desejado aos seus investidores, será necessário produzir e vender 35.000 unidades de enlatados.

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS	R\$
a. Preço de venda por unidade	15,00
b. Gastos variáveis	
b1. Custos variáveis por unidade	(7,00)
b2. Despesas variáveis por unidade	(2,00)
c. Margem de contribuição unitária	6,00
d. Quantidade produzida e vendida	35.000 unid.
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	210.000,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	210.000,00
g. Gastos fixos do mês	(180.000,00)
h. Resultado	(30.000,00)

Quadro 20 - Sabor do Campo Ltda. (demonstração do ponto de equilíbrio econômico em unidades) / Fonte: as autoras.

Conforme demonstra, a produção e venda de 35.000 unidades de enlatados proporcionam à empresa cobrir todos os seus custos e despesas e gerar um resultado positivo de R\$ 30.000,00, que atende o desejo dos investidores.

Em termos de receita bruta, considerando as novas informações, o ponto de equilíbrio econômico é de:

$$PEE = \frac{R\$ 180.000,00 + R\$ 30.000,00}{40} \times 100 = R\$ 525.000,00$$

Para a empresa remunerar seus investidores em 6% do capital investido, é necessário apurar uma receita bruta de R\$ 525.000,00.

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R\$
Receita bruta	525.000,00
(-) Gastos variáveis (R\$ 9,00 x 28.000)	(315.000,00)
(-) Gastos fixos	(180.000,00)
(=) Resultado	30.000,00

Quadro 21 - Sabor do Campo Ltda. (demonstração do ponto de equilíbrio econômico em receita bruta) / Fonte: as autoras.

No caso das cooperativas, o ponto de equilíbrio econômico representa a sobra desejada, a qual os gestores da cooperativa almejam alcançar para serem distribuídas ou reinvestidas na empresa.

PONTO DE EQUILÍBRIO MULTIPRODUTOS

Até o momento, estudamos os pontos de equilíbrio contábil, financeiro e econômico, considerando que a empresa fabrique apenas um tipo de produto, mas sabemos que essa situação é improvável, já que as empresas, normalmente, fabricam diferentes tipos, modelos ou tamanhos de produtos ao mesmo tempo.

ZOOM NO CONHECIMENTO

Sendo assim, o ideal seria calcular o ponto de equilíbrio de cada produto, mas, quando a variedade de mercadorias for grande, esse procedimento se torna inviável (FRAGALLI; CASTRO, 2018).

A solução, então, é calcular o ponto de equilíbrio global, utilizando a margem de contribuição ponderada dos diversos produtos. Após esse cálculo e com base na mesma proporção utilizada para determinar a margem de contribuição, calcula-se quanto deve ser fabricado e vendido de cada produto.

Suponhamos uma determinada indústria de móveis escolares que fabrica três tipos de carteira: Simples, Silver e Gold. Os dados de produção estão relacionados no quadro.

	SIMPLES	SILVER	GOLD
Preço de venda por unidade	80,00	130,00	170,00
Gastos variáveis	(35,00)	(70,00)	(80,00)
Margem de contribuição	45,00	60,00	90,00

Quadro 22 - Indústria de móveis escolares (margem de contribuição) / Fonte: as autoras.

Para calcular a margem de contribuição ponderada, é necessário realizar um estudo na empresa de forma a identificar a proporção existente na venda dos produtos. Em nosso exemplo, as vendas de carteiras ocorrem na seguinte proporção: normalmente, são vendidas cinco unidades do modelo Simples para cada três unidades do modelo Silver e um unidade do modelo Gold.

Com esses dados, é possível calcular a margem de contribuição ponderada (MCP):

$$MCP = \frac{5(45) + 3(60) + 1(90)}{9} = 55$$

Considerando que os custos e despesas fixos totalizam R\$ 247.500,00, o ponto de equilíbrio contábil para essa indústria de móveis é de:

$$PEC = \frac{R\$ 247.500,00}{55} = 4.500$$

Isso significa que a empresa necessita produzir e vender 4.500 unidades de carteiras para que a receita total seja suficiente para cobrir todos os custos e despesas fixos e, assim, apurar um resultado igual a zero.

Contudo, 4.500 unidades representam o total a ser produzido e vendido, sem distinção de produto. Para encontrarmos a quantidade a ser produzida de cada tipo de carteira, é necessário efetuar os seguintes cálculos:

$$\text{Carteira Simples: } \left(\frac{4.500}{9} \right) \times 5 = 2.500 \text{ unidades}$$

$$\text{Carteira Silver: } \left(\frac{4.500}{9} \right) \times 3 = 1.500 \text{ unidades}$$

$$\text{Carteira Gold: } \left(\frac{4.500}{9} \right) \times 1 = 500 \text{ unidades}$$

Os cálculos demonstram que, dos 4.500 produtos necessários para alcançar o ponto de equilíbrio contábil, 2.500 unidades devem ser da Carteira Simples, 1.500 unidades da Carteira Silver e 500 unidades da Carteira Gold.

Como você pode observar no quadro a seguir, se a empresa produzir e vender as carteiras nesta proporção, alcançará o ponto de equilíbrio contábil.

PRODUTOS FABRICADOS E VENDIDOS	SIMPLES	SILVER	GOLD
a. Preço de venda por unidade	80,00	130,00	170,00
b. Gastos variáveis	(35,00)	(70,00)	(80,00)
c. Margem de contribuição unitária	45,00	60,00	90,00
d. Quantidade produzida e vendida	2.500 unid.	1.500 unid.	500 unid.
e. Margem de contribuição total por produto (c x d)	112.500,00	90.000,00	45.000,00
f. Margem de contribuição global da empresa no mês	247.500,00		
g. Gastos fixos do mês	(247.500,00)		
h. Resultado	0		

Quadro 23 - Indústria de móveis escolares (ponto de equilíbrio contábil em unidades para multiprodutos) / Fonte: as autoras.

A utilização do ponto de equilíbrio para mais de um produto pode ser efetuada também para o ponto de equilíbrio financeiro e econômico, desde que mantidos os princípios descritos anteriormente.

Grau de alavancagem operacional

O grau de alavancagem operacional é a forma de medir em que proporção o resultado da empresa é afetado quando o volume de vendas sofre alterações. Tendo em vista que a composição dos gastos das empresas se divide em fixos e variáveis, quando o volume de atividades da empresa sofre alterações, o resultado não reage na mesma proporção.

Esse aspecto se dá pelo fato dos gastos fixos permanecerem inalterados, enquanto os gastos variáveis oscilam, proporcionalmente, a essa alteração.

O grau de alavancagem operacional é calculado da seguinte forma:

As empresas com composição de gastos fixos maiores que os variáveis possuem uma alavancagem mais elevada em relação àquelas com gastos fixos menos representativos. Isso porque, quando há um aumento na produção e nas vendas, os gastos fixos são distribuídos por um número maior de produtos, gerando um gasto unitário menor, enquanto os gastos variáveis acompanham, proporcionalmente, o aumento da produção.

Para exemplificar, utilizaremos os dados da empresa Alfa S.A., que possui três filiais: A, B e C.

	A	B	C
Vendas no mês	500.000,00	500.000,00	500.000,00
(-) Gastos variáveis no mês	(300.000,00)	(300.000,00)	(300.000,00)
(=) Margem de contribuição global	200.000,00	200.000,00	200.000,00
(-) Gastos fixos	(150.000,00)	(175.000,00)	(190.000,00)
(=) Resultado	50.000,00	25.000,00	10.000,00
Grau de alavancagem operacional	200.000,00/ 50.000,00 = 4	200.000,00/ 25.000,00 = 8	200.000,00/ 10.000,00 = 20

Quadro 24 - Grau de Alavancagem Operacional / Fonte: as autoras.

Para facilitar seu entendimento, consideramos que todas as filiais possuem a mesma margem de contribuição. É claro que essa realidade é praticamente impossível, mas isso é só para você perceber que, como os gastos fixos de cada filial é diferente, cada uma apresenta um grau de alavancagem operacional distinto, sendo 4 para filial A, 8 para filial B e 20 para filial C. Perceba que a filial C, a que apresenta o maior gasto fixo (R\$ 190.000,00) é a que apresenta o maior grau de alavancagem operacional.

Isso significa que, para cada ponto percentual de variação no volume de vendas, o resultado das empresas A, B e C aumentará em 4, 8 e 20 vezes esse percentual, respectivamente. Supondo que todas as empresas tivessem um aumento de 10% no seu nível de vendas, ou seja, R\$ 50.000,00, o resultado de cada empresa aumentaria nas seguintes proporções:

- Filial A: $10\% \times 4 = 40\%$
- Filial B: $10\% \times 8 = 80\%$
- Filial C: $10\% \times 20 = 200\%$

Verificando se houve, de fato, aumento no resultado, conforme previsto pelo grau de alavancagem operacional, temos:

	A	B	C
Vendas no mês	550.000,00	550.000,00	550.000,00
(-) Gastos variáveis no mês	(330.000,00)	(330.000,00)	(330.000,00)
(=) Margem de contribuição global	220.000,00	220.000,00	220.000,00
(-) Gastos fixos	(150.000,00)	(175.000,00)	(190.000,00)
(=) Resultado	70.000,00	45.000,00	30.000,00

Quadro 25 - Grau de alavancagem operacional (verificação do índice) / Fonte: as autoras.

Como você pôde perceber, o aumento das vendas em 10% também provocou um aumento dos gastos variáveis em 10%. Contudo, como os gastos fixos mantiveram-se inalterados, o impacto no resultado final foi diferente em cada uma das empresas.

Por meio do quadro, é possível verificar a variação do resultado aplicando-se à variação de 10% no resultado, ou seja, de R\$ 500.000,00, passando para R\$ 550.000,00. O resultado final varia conforme previsto no cálculo do grau de alavancagem operacional, conforme demonstrado a seguir.

	A	B	C
Resultado anterior	50.000,00	25.000,00	10.000,00
Variação em %	40%	80%	200%
Resultado atual	70.000,00	45.000,00	30.000,00

Quadro 26 - Grau de alavancagem operacional (comparação de resultado)

Por meio do quadro, pode-se verificar qual foi a variação percentual no resultado obtido com a variação de 10% nas receitas, ou seja, na organização A; 40%; na organização B; 80%; e na organização C; 200% . Isso ocorre devido à proporcionalidade existente entre a estrutura de gastos fixos e variáveis das organizações.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Métodos de Custeio Comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas

Sinopse: Não há, no mercado brasileiro e, até onde seja do nosso conhecimento, no mercado mundial, um livro sobre custos que se dedique a mostrar as características e as diferenças dos principais métodos de custeio. Absorção (parcial, integral e variantes), Variável, RKW, ABC são métodos tratados nos livros de custos, mas uma análise crítica sobre cada um dos métodos, como apresentada neste livro, é inédita.



NOVOS DESAFIOS

Foi possível identificar que o custeio por absorção leva em consideração todos os custos fixos e variáveis no cálculo do custo de produção. É um processo de apuração de custos, cujo objetivo é ratear todos os seus elementos (fixos ou variáveis) em cada fase da produção. Já o custeio variável elimina esse problema de rateio, considerando custos de produção somente aqueles inerentes aos produtos produzidos (variáveis). É por meio do custeio variável que surge a margem de contribuição.

A margem de contribuição talvez seja o mais importante tema quando se fala da fabricação de produtos e sua viabilidade e rentabilidade na comercialização.

A margem de contribuição mede de forma brilhante o quanto determinado produto oferece em termos de sobra financeira para amortizar os gastos da entidade que independem da existência de atividade (gastos fixos). Isso ocorre diretamente conectado com o mercado, devido ao cálculo da margem de contribuição se iniciar com o preço de venda, sendo, depois, deduzidos os gastos inerentes à fabricação e venda daquele bem (gastos variáveis).

Conforme estudado, caso a empresa apresente algum fator que limite sua produção, como horas-máquinas, matéria-prima, demanda etc., o simples cálculo da margem de contribuição não faz muito sentido. Torna-se necessário calcular a margem de contribuição com base no fator limitativo.

Avançando a unidade, pôde-se perceber que a margem de contribuição é quem oferece subsídios para o cálculo do ponto de equilíbrio. Foram abordados três tipos de pontos de equilíbrio: contábil, financeiro e econômico, cada um ofertando metodologia de cálculo para se encontrar um nível mínimo de atividade em volume (quantidade) ou faturamento (receita bruta).

Por fim, o grau de alavancagem operacional demonstra o reflexo das variações nas vendas no resultado da empresa. Isso porque a variação no resultado não acompanha proporcionalmente a variação das vendas devido aos gastos fixos que a empresa possui.

AUTOATIVIDADE

1. Para determinar o custo de produção, o gestor precisa optar por um método de custeio. Sobre os métodos estudados nesta unidade (custeio variável e custeio por absorção), identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O custeio por absorção consiste em apropriar todos os custos referentes ao processo de fabricação aos produtos, sejam eles fixos ou variáveis.
- () Ao considerar todos os custos de produção na apuração do custo do produto, o custeio por absorção atende ao princípio contábil do Registro pelo Valor Original.
- () No custeio variável, os custos indiretos são alocados aos produtos, enquanto os custos diretos são registrados na conta de resultado do exercício.
- () Para fins de apuração do Imposto de Renda, o método exigido é o custeio variável, que considera apenas os gastos ligados diretamente à produção.

A sequência correta é:

- a) V, V, V, V.
 - b) V, F, F, V.
 - c) V, F, F, F.
 - d) F, F, V, V.
 - e) F, F, F, F.
2. A empresa Pé de Chinelo Ltda. trabalha na fabricação de calçados infantis.

No mês de abril, a empresa apresentou os seguintes dados:

Dados	Modelo 1	Modelo 2
Quantidade produzida	2.300 unidades	1.850 unidades
Preço de venda	R\$ 60,00/unid.	R\$ 75,00/unid.
Custos variáveis	R\$ 32,00/unid.	R\$ 48,00/unid.
Despesas variáveis	R\$ 4,20/unid.	R\$ 4,80/unid.

Com base nos dados apresentados, calcule a margem de contribuição unitária por produto e total da empresa.

3. Tomar decisões única e exclusivamente com base na margem de contribuição de cada produto pode não ser uma boa ideia, é necessário levar em consideração os fatores limitativos de produção. O que são fatores limitativos de produção? Exemplifique.

AUTOATIVIDADE

4. A empresa Azul Ltda. trabalha na fabricação de piscinas e apresenta os seguintes dados:

Preço de venda	R\$ 2.000,00/unid.
Custos variáveis	R\$ 950,00 /unid.
Despesas variáveis	R\$ 200,00/unid.
Gastos fixos	R\$ 19.550,00
Depreciação	R\$ 1.700,00
Resultado projetado	R\$ 7.650,00

Com base nos dados apresentados, o ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico, em unidades, são, respectivamente:

- a) 20 , 26 e 30 unidades.
 - b) 21, 24 e 29 unidades.
 - c) 24 , 19 e 28 unidades.
 - d) 23 , 21 e 32 unidades.
 - e) 27 , 25 e 20 unidades.
5. A empresa Aconchego Ltda. trabalha na fabricação de sofás. Normalmente, são vendidos quatro sofás de dois lugares para cada venda de sofá de três lugares. Os dados da produção são:

Dados	Sofá de 2 lugares	Sofá de 3 lugares
Preço de venda	R\$ 900,00/unid.	R\$ 1.220,00
Custos variáveis	R\$ 450,00 /unid.	R\$ 600,00
Despesas variáveis	R\$ 80,00/unid.	R\$ 100,00

Sabendo que a empresa tem um gasto fixo mensal de R\$ 32.000, 00 e que projeta um resultado de R\$ 8.000, 00 , o ponto de equilíbrio econômico, em unidades, é de:

- a) 100 unidades de sofá de 2 lugares e 100 unidades de sofá de 3 lugares.
- b) 80 unidades de sofá de 2 lugares e 20 unidades de sofá de 3 lugares.
- c) 70 unidades de sofá de 2 lugares e 30 unidades de sofá de 3 lugares.
- d) 30 unidades de sofá de 2 lugares e 70 unidades de sofá de 3 lugares.
- e) 20 unidades de sofá de 2 lugares e 80 unidades de sofá de 3 lugares.

REFERÊNCIAS

BLOCHER, E. J. *et al.* **Gestão Estratégica de Custos**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406com-pilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

CASTRO, S. C. de. **Contabilidade Gerencial**. Maringá: Unicesumar, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/ins-trucoes/inst059.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>

[CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80). Acesso em: 27 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codi-go=2009/001255. Acesso em: 21 jul. 2020.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011.** Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020. 212

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.** 2017. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 27 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019.** Dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, J. M.; LIMA, E. B. C. **Contabilidade Geral.** Maringá: Unicesumar, 2017.

CURVELO, C. L. P. **Terceiro setor:** o impacto na adoção IASB/IFRS nas organizações de economia social. 2015. Dissertação (Mestre em Ciências Empresariais) -, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5234/1/DM_CarremCurvelo.pdf Acesso em: 21 jul. 2020.

FAVERO, H. L. *et al.* **Contabilidade:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FISCHER, R. M. **Práticas e Responsabilidade Social entre Empresas do Terceiro Setor.** São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRAGALLI, A. C.; CASTRO, S. C. de. **Custos de Produção.** Maringá: Unicesumar, 2018.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GELBCKE, E. R. *et al.* Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, M. N. *et al.* Custos da administração: estudo de uma cooperativa de prestação de serviços médicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. **Anais [...].** Uberlândia: CBC, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/23>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Contabilidade para Não Contadores.** 3. ed. São Paulo: Altras, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Contabilidade Introdutória:** atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARION, J. C. Contabilidade Básica. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARION, J. C. Contabilidade Básica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MARTINS, E. Contabilidade de Custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, C. de L. **Contabilidade lintermediária**. Maringá: Unicesumar, 2018. NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de Custos para Não Contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: Contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SESCOOP. **ITG 2004 Comentada. Cooperativa Legal**. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <http://www.sescooprps.coop.br/app/uploads/2018/10/cartilha-itg.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SZUSTER, N. *et al.* **Contabilidade Geral**: Introdução à Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REFERÊNCIA ON-LINE

1 Em: <http://www.portalprudente.com.br/apostilas/Contabilidade/ManualContabilidade.doc>. Acesso em: 21 jul. 2020.

2 Em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/estatica-patrimonial/24898>. Acesso em: 21 jul. 2020.

3 Em: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2019/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

4 Em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5470/o-irpj-e-a-csll-no-resultado-das-cooperativas/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

5 Em: https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2018_08_21_tratamento_contabil.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

GABARITO

1. C.

2. **Margem de contribuição unitária**

* Modelo 1: R\$ 23,80

* Modelo 2: R\$ 22,20

Margem de contribuição por produto

* Modelo 1: R\$ 54.740,00

* Modelo 2: R\$ 41.070,00

Margem de contribuição total

* R\$ 95.810,00

3. São fatores que limitam a capacidade de produção ou o nível de vendas de um determinado produto. São exemplos de fatores limitativos de produção: demanda de mercado; capacidade de produção das máquinas; quantidade de funcionários; disponibilidade de matéria-prima; entre outros.

4. D.

5. B.

